

OUTUBRO ■ NOVEMBRO/2008 Nº98 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

WALL ST
Para onde vai
a crise capitalista?

CHINA E VIETNÃ:

OS DESAFIOS DA RENOVACÃO DO SOCIALISMO



Plácido de Castro

O sacrifício de um herói brasileiro.

O nome de Plácido de Castro está escrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Plácido de Castro encarnou a indignação do povo brasileiro com a ascendência política da Bolívia sobre o Acre, fato à época tolerado pelo próprio governo do Brasil. Desde o final do Século XIX a questão do Acre era debatida nas metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, em função da movimentação internacional para usurpar os seringais acreanos, fonte mais produtiva do látex e da borracha, o ouro negro essencial para a revolução industrial que transformava a economia do mundo.

Plácido de Castro, militar nascido em São Gabriel - RS, aceitou a convocação de seringalistas, comerciantes e intelectuais de Manaus e do Acre, indo comandar o exército de seringueiros formado para guerrear pela afirmação da soberania brasileira na última fronteira da Amazônia.

Em 06 de agosto de 1902, ele deflagrou a Revolução Acreana, que em 24 de janeiro de 1903 incorporou para sempre o Acre ao Brasil.

Seis anos depois, em 11 de agosto de 1908, Plácido de Castro foi assassinado numa tocala às margens do Igarapé Distração, no Seringal Benfica.

O sacrifício do maior herói da revolução também alertou que a luta para fazer do Acre a terra sonhada pelos revolucionários continuaria a exigir sacrifícios, determinação e muito trabalho.

Desde então, o Acre se afirmou como Estado brasileiro, chamou a atenção do mundo para a defesa da floresta e agora constrói uma nova etapa da sua história de libertação trabalhando com a mesma determinação dos nossos revolucionários para fazer deste recanto do Brasil o melhor lugar para se viver na Amazônia.

Centenário de Morte

Plácido de Castro 1908-2008



China, Vietnã e “emergentes”: vetores progressistas no desfecho da crise

Tendo como epicentro os Estados Unidos da América (EUA) – principal potência capitalista do mundo –, um terremoto financeiro e econômico, neste ano 8 do Século XXI, atinge o conjunto dos países.

Este sismo de magnitude comparado à depressão de 1929 teve seus primeiros “tremores” em agosto do ano passado quando estourou a gigantesca bolha imobiliária estadunidense. De lá para cá a crise, cujo fim e alcance estão longe de se revelarem, já se propagou com violência para as demais praças capitalistas, notadamente Europa e Japão.

Mais de três trilhões e meio de dólares já foram aplicados pelos Bancos Centrais e outras instituições das grandes potências para socorrer bancos, seguradoras e outras instituições financeiras. As Bolsas cravam a seta para baixo e oscilam erraticamente. A cotação dos valores das empresas despenca.

A grande mídia e os ideólogos do sistema reinante alardeiam cifras astronômicas dos “prejuízos” das instituições financeiras e ocultam questões fundamentais referentes aos impactos desta nova crise sistêmica do capitalismo.

Primeiro. A crise do capitalismo revela o quão ele é nocivo à humanidade e desmascara os dogmas neoliberais. A banca está nua com suas fraudes, com seus derivativos voláteis e executivos corruptos.

Segundo. Quem pagará a conta desta crise? Como sempre ocorreu ao longo do capitalismo, os governos dos EUA e de outras potências buscam jogar os prejuízos sobre os povos e os trabalhadores. Recessão, desemprego, aumento da pobreza, corte de linhas de crédito são parte dessas consequências danosas. No concreto, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) calcula 20 milhões de novos desempregados até 2009, o que dará uma soma de 210 milhões. Nos EUA e em outros países inúmeros trabalhadores terão sua aposentadoria prejudicada, pois os fundos de pensão tiveram grandes perdas decorrentes da compra de ações podres.

Terceiro. Que mundo resultará desta crise? A resposta demandará alguns anos e resultará de grandes lutas políticas, sociais e ideológicas. Mesmo em declínio, os EUA não abdicarão pacificamente de suas ambições e posições. A crise incide sobre uma transição mundial da qual uma das tendências é a construção de uma ordem multipolar, distinta da atual, marcada pela regência imperial dos Estados Unidos da América.

O pólo que rivaliza com o centro capitalista que irradia recessão, instabilidade e ameaças bélicas é, exatamente, o bloco dos países em desenvolvimento do qual fazem parte Brasil, Índia, China, Vietnã, África do Sul, Rússia, entre outros. Apesar das distinções, muitos deles romperam com a lógica neoliberal e levantaram a bandeira da democracia, da soberania, da justiça social e da paz.

Serão de grande valor, nesta quadra em que se acirrarão as contradições entre os campos da democracia e do conservadorismo, as articulações construídas pela luta social, política e pela diplomacia dos países em desenvolvimento. Na América Latina, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba); o G-20, articulação em defesa dos países em desenvolvimento, no âmbito da Organização Mundial do Comércio; Índia, Brasil e África do Sul, (IBAS); a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), entre outros. De igual modo, jogará papel especial a luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais, bem como o Fórum Mundial.

A China e o Vietnã, que neste ano completam 30 e 20 anos, respectivamente, da adoção de caminhos novos à construção do socialismo, se constituem em contrapontos positivos à realidade de crise do mundo capitalista. Ambos mantêm elevados índices de crescimento econômico combinados com a melhoria da qualidade de suas populações. Certamente, também, não estão imunes aos efeitos da crise, mas têm margem de resistência e manobra.

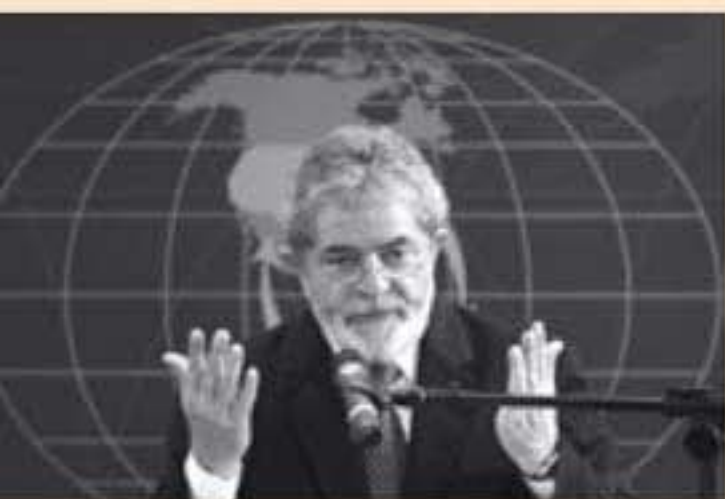
No momento em que os povos buscam saídas progressistas para a humanidade, as pátrias socialistas em aliança com o conjunto de países regidos por governos democráticos e patrióticos formam o campo no qual se depositam as melhores esperanças para as lutas duras que acompanham as grandes crises. A China socialista – pelo seu peso na economia global e o sentido progressista de sua política – neste contexto de incertezas chama a atenção em especial.

Princípios

Índice

CAPA

A crise financeira e econômica global e as perspectivas da Ásia
Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo..... **6**



O mundo capitalista em crise sistêmica: hora de cuidarmos do futuro do Brasil
Lecio Moraes..... **11**



Reforma e abertura “a inalterável força dirigente do desenvolvimento chinês”
Wen Jiabao..... **16**

Acerca da estratégia e os desafios do projeto chinês
Elias Jabbour **21**



Os caminhos da Revolução Chinesa
Augusto Buonicore..... **26**



Vietnã: a vitória sobre três imperialismos
José Carlos Ruy..... **29**

Vinte anos de renovação e a perspectiva do Vietnã
Nguyen Thac Dinh..... **33**



Crime (financeiro) contra a humanidade
José Saramago **40**

ESPORTE



O Brasil em Pequim
Orlando Silva..... **42**

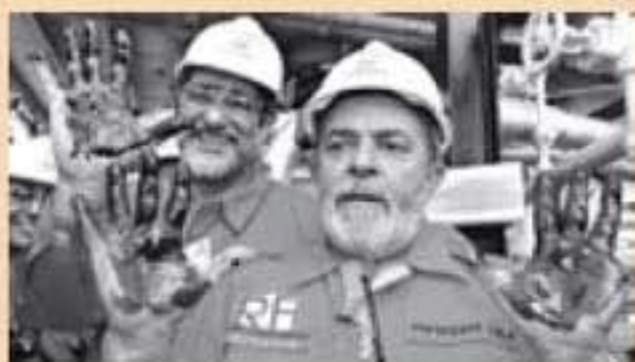
CIÊNCIA

O Grande da "Big Science"
Entrevista com Olival Freire..... **66**



CULTURA

Bienal de Artes de São Paulo: ser ou não ser?
Entrevista com Ivo Mesquita..... **46**



HISTÓRIA

Plácido de Castro: O gaúcho que liderou a conquista do Acre para o Brasil
Binho Marques... **73**



História urbana: labirinto e fronteira – parte II
Luiz Sérgio Duarte da Silva e Adriana Mara Vaz de Oliveira..... **75**

BRASIL

Pré sal discussões e grandes perspectivas
Haroldo Lima **51**



INTERNACIONAL



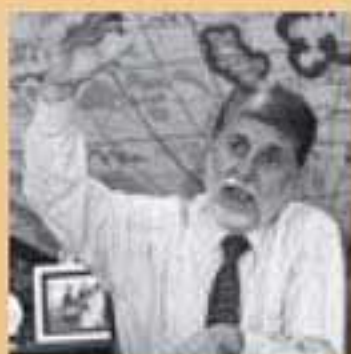
O mundo quer paz
Entrevista com Socorro Gomes..... **56**

RESENHAS

O anagrama chinês
Sérgio Barroso..... **80**

O Sentido da Revolução
Júlio Velloso..... **81**

Crises e conflitos num mundo em transição
Ronaldo Carmona..... **59**



A crise financeira e econômica global e as perspectivas da Ásia

POR A. SÉRGIO BARROSO E ELIAS JABBOUR

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo há anos empreende um incisivo estudo crítico sobre o capitalismo contemporâneo e já havia apontado alguns componentes desta crise que sacode o mundo. Nesta entrevista, ele sublinha que os trabalhadores e os povos serão enormemente prejudicados. E analisa os impactos dessa situação sobre países em desenvolvimento, em particular os da Ásia.

Princípios - *“O banho de sangue”, “A grande queda”, “Crise financeira épica”, assim se referiram analistas para dimensionar a convulsão financeira, incluindo a falência do Lehman Brothers e a compra do Merrill Lynch pelo Bank Of America (quarto banco de investimento dos EUA) e a injeção bilionária na gigantesca corretora de seguros AIG. Para a “repressão financeira” de Bretton-Woods, saímos dos escombros humanos e materiais da Segunda Guerra. Dá para enxergar mudanças na regulação financeira global “depois da queda”?*

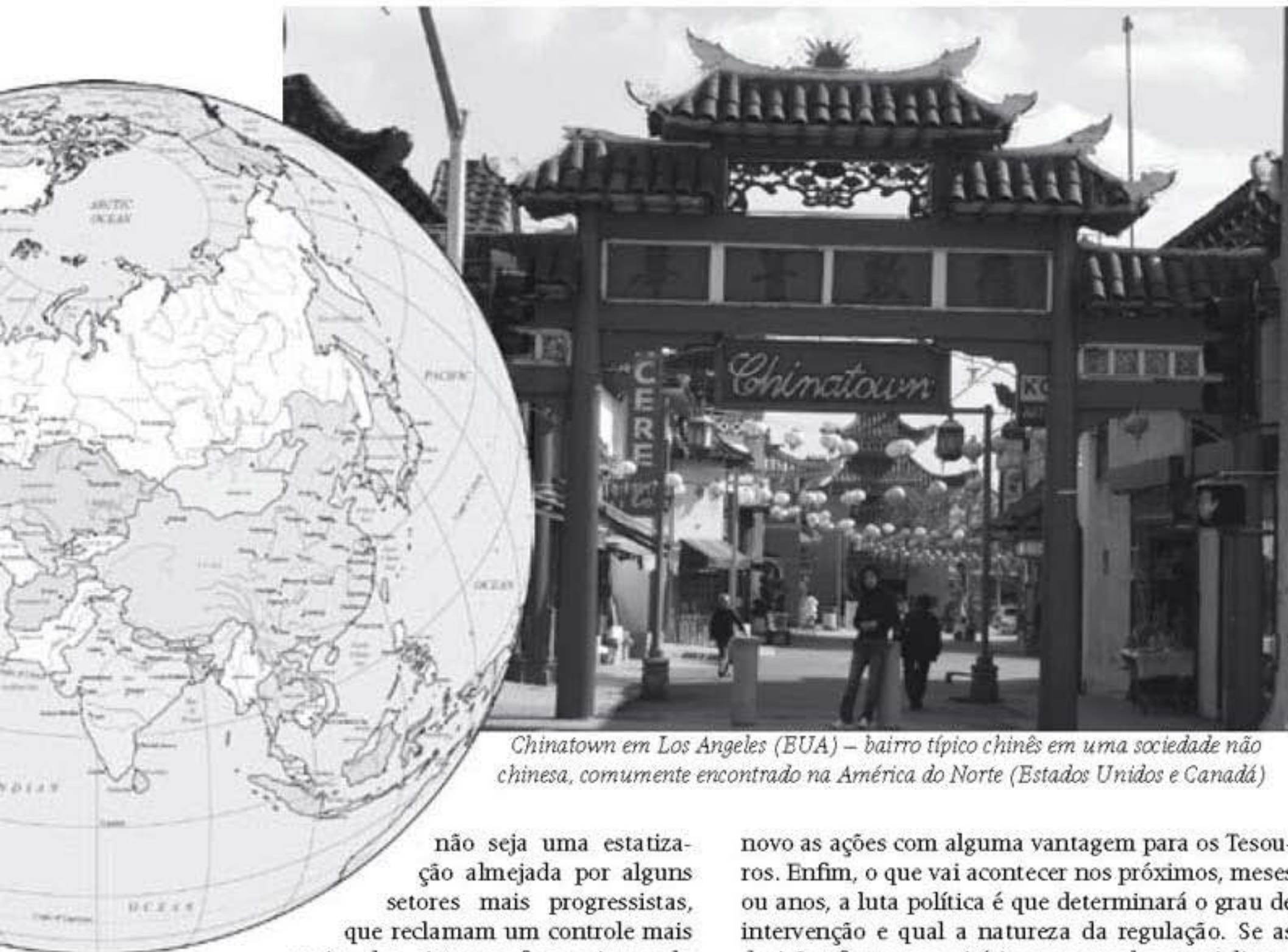
Belluzzo - Essa é uma das questões debatidas pelos analistas. Há certa tendência de tratar esse problema como se fosse puramente técnico. Todavia, é preciso suprir as deficiências não só dos organismos reguladores como também ampliar talvez o

papel do Banco Central nessa regulação dos quase-bancos, os chamados “sistemas de bancos sombras”, ou seja, os bancos de investimentos e os seus desdobramentos, os SIV (Special Investment Vehicle). Eles ficaram de fora da supervisão dos Bancos Centrais.

A diferença é que esse “sistema de banco sombras” abastecia seu funding nos mercados monetários, de curto prazo, sobretudo através da emissão de comercial papers e da extrema alavancagem. A estratégia de alavancagem foi permitida porque não estava submetida a regras impostas aos bancos comerciais. Aliás, as regras da Basileia suscitaram a fuga para o sistema de “banco sombras”. Por isso, o cerne da desregulamentação financeira tem esses componentes. Decorreu dela um sistema quase bancário à margem da regulação do Banco Central, o que permitiu que a alavancagem e a assunção de posições muito arriscadas ficassem fora da supervisão do Banco Central e das outras autoridades reguladoras.

Os Bancos Centrais foram obrigados a ignorar o fato de que eles não tinham mandato para supervisionar e, então, violaram todos os mandatos e fizeram uma intervenção maciça. Há uma discussão hoje absolutamente peregrina, como dizia o velho Marx: se isso representa uma estatização ou não. É, sim, uma estatização, queiram as pessoas ou não. Talvez





Chinatown em Los Angeles (EUA) – bairro típico chinês em uma sociedade não chinesa, comumente encontrado na América do Norte (Estados Unidos e Canadá)

não seja uma estatização almejada por alguns setores mais progressistas, que reclamam um controle mais estrito dos sistemas financeiros pelo poder público ou pelas instâncias públicas. Por isso, vejo com preocupação essa idéia de que o neoliberalismo acabou, porque essa intervenção é muito conveniente: os Bancos Centrais assumem a compra das ações dos bancos em dificuldades. A Inglaterra foi mais rigorosa nos controles. Os ingleses ameaçam colocar no conselho de administração representantes do governo. Entretanto, os americanos deixam claro, inclusive Henry Paulson, que essas medidas são temporárias, decorrentes de uma atitude emergencial da qual ele pretende escapar rapidamente! Para alguns, isso vai durar por volta de sete anos, até que seja “absorvido” o prejuízo e aí devolveriam aos bancos ou venderiam de

Quero destacar um problema, que não está sendo sublinhado: os prejuízos que se acumularão para a população em termos de recessão, desemprego, perda de salário, perda de aposentadorias.

novo as ações com alguma vantagem para os Tesouros. Enfim, o que vai acontecer nos próximos meses ou anos, a luta política é que determinará o grau de intervenção e qual a natureza da regulação. Se as decisões ficarem a critério somente de especialistas, eles vão adotar soluções conservadoras.

Quero destacar um problema, que não está sendo sublinhado: os prejuízos que se acumularão para a população em termos de recessão, desemprego, perda de salário, perda de aposentadorias. Um fenômeno ainda não percebido pelas pessoas, que foi apontado, inclusive, num documento do Congresso norte-americano, de 15 de outubro último. As perdas serão importantes com a aposentadoria. Quem se aposentaria agora só vai consegui-lo daqui a alguns anos. Para enfrentar isso, seria necessário uma outra intervenção do governo, com mais gasto, para proteger os direitos dos futuros aposentados.

A Comissão de Orçamento do Congresso dos Estados Unidos – que cuida das questões fiscais e financeiras – é, na verdade, uma assessoria do Congresso, que inclusive teve importância até na definição do pacote de salvamento dos bancos. Essa assessoria é muito independente – uma virtude que alguns corpos americanos têm – e muito pouco complacente com a tentativa de lobby político. Ela está preocupada, sobretudo com o caso dos planos com benefícios definidos. Para estes terá de haver uma suplementação. O grave é nos EUA, a maior parte do patrimônio desses fundos ser de benefícios definidos ou indefinidos – em ambos os casos, a maior parte é constituída por ações. Por isso, eles sofreram uma perda patrimonial brutal. Lá, os lastros desses fundos têm uma composição distinta dos fundos que há no nosso país. No Brasil, a maior parte do patrimônio, dos fundos, é feita com títulos de renda fixa, sobretudo de títulos do governo. Há limitações impostas à participação de ações. Nos EUA ocorre ao contrário.

Lá os fundos são muito sensíveis ao desempenho da Bolsa e certamente haverá problemas de complementação de recursos por parte dos empregadores. O trabalhador vai levar um “cano” dessa empresa. Por isso, chamei a atenção para o prejuízo que haverá na aposentadoria de muitos.

Há uma espécie de ilusão de que a intervenção do governo simplesmente nos bancos vai aplacar a crise. Para mim, o problema hoje não é mais das instituições financeiras, os governos acharam o caminho para impedir um crash generalizado. O problema agora é das consequências sociais e econômicas, da recessão, da perda dos benefícios sociais. Se, por um lado, até determinado momento o povo foi beneficiado, enquanto consumidor, por outro, hoje está sendo prejudicado na outra ponta como assalariado, como pensionista etc.

Pela minha opinião, é uma ilusão, uma ingenuidade supor que isso será resolvido por um passe de mágica, de uma maneira simplesmente técnica. Esta crise tem amplas repercussões políticas e deixo uma pergunta: quais forças políticas conseguirão levar adiante, canalizarão esse descontentamento que está claro na população, não só americana como europeia, quem vai canalizar isso? Quais forças, quais partidos? Quem vai canalizar isso? Eu não sei, não tenho a resposta. A meu ver, nos últimos anos a so-

cial-democracia e os partidos de esquerda encolheram ou aderiram. Os social-democratas eleitos nos últimos anos, tanto na Itália quanto na Inglaterra – talvez à exceção dos nórdicos que estão lá no seu canto, sossegados. Em geral a alternância no poder não mudou muito a adesão aos princípios ditos neo-liberais. E, agora, quem canalizará essa insatisfação que nascerá naturalmente da recessão e da perda de renda, de emprego?

Princípios - 1997-2007: duas severas crises sistêmicas iniciadas na Ásia e nos EUA. O que essa “passagem” da periferia ao centro indicaria? O comércio intra-asiático já é maior que entre os EUA e a Europa. Comente essas mudanças.

Belluzzo - É impossível compreender o desenvolvimento recente da Ásia até o anterior sem entender o papel de economia cêntrica dos EUA e a sua forma de desenvolvimento. Como os bons analistas, há que prestar atenção nas relações entre as entidades: não existe a Ásia como entidade autônoma, a Ásia existe

em suas relações com a economia capitalista central. Assim como a periferia no século XIX só existia como produto da expansão britânica, na forma de integração proposta pela intenção britânica. Isso é muito claro e Marx dá todas as pistas para que se trate essa questão dessa forma. Marx não era um teórico das entidades, mas das relações contraditórias. Os Estados Unidos

emergiram no final do século XIX como a economia mais pujante do mundo a partir da integração reativa à expansão do capitalismo liberal britânico.

Como isso se estabelece? Esse crescimento da Ásia é um subproduto da expansão americana do pós-guerra. E “o último grito” da expansão americana do pós-guerra é o desenvolvimento da China. Mas, na verdade, isto quer dizer que o desenvolvimento da China não pode se afastar do desenvolvimento americano? Não, porque isso introduz relações contraditórias de expansão conjunta. Chamo esse modelo de sino-americano porque foi a forma dominante de expansão dos outros todos, inclusive nós – o Brasil – nos subordinamos a essa expansão. A China, ainda que tenha feito essa integração via comércio por conta do investimento na indústria manufatureira, sempre contou com o upgrade tecnológico. Aliás, quando perguntei, Paul Krugman reco-

Quais forças políticas conseguirão levar adiante, canalizarão esse descontentamento que está claro na população, não só americana como europeia, quem vai canalizar isso?

nheceu a importância da captura da China. Indaguei: ele dizia nos anos 1990 que a expansão da China não estava prejudicando os empregos nos EUA. Isso ele disse nos anos 1990. Depois reconsiderou sua posição num artigo escrito recentemente. Por que voltou atrás? A China, na verdade, se transformou no grande centro manufatureiro global. Isso significa que ela coloca em xeque a capacidade dos EUA de avançar sem alterar as relações. O circuito se fecha com o financiamento chinês do Balanço de Pagamentos dos EUA pelos asiáticos em geral, inclusive o Japão. Não fora isso, a economia americana não teria tido essa espantosa expansão do consumo que, por outro lado, estimulava o crescimento das exportações da China. Então, imaginar que a China vai conseguir escapar completamente da recessão é uma ingenuidade, porque ela não tem autonomia para fazer isso. Ela pode na verdade se defender melhor, aumentar a participação da sua demanda doméstica, sobretudo investimento público, porque tem os instrumentos para isso. A China tem uma situação fiscal muito favorável porque usa o sistema bancário como um instrumento para-fiscal. Ela financia até investimento de infra-estrutura com o crédito bancário. Isso é uma peculiaridade da economia chinesa, ao mesmo tempo em que ela tem um grau de manobra muito maior que as outras por conta da forma como estão organizadas as relações entre, digamos, seu mercado cambial e seu mercado financeiro. Ela não deixa que o câmbio, por exemplo, se movimente de uma maneira absurda de modo a prejudicar as políticas de gasto doméstico. Mas isso nós não podemos fazer, não temos condições sociais e políticas para tanto.

É proibido tudo, menos a aquisição de divisas para saldar compromissos em conta corrente, ou seja, pagamentos na compra e venda de bens e serviços. Não se pode portar moeda estrangeira, não tem conversa, não adianta reclamar. E ninguém reclama porque não adianta. Imaginar que eles estão imunes à crise, que não sofrerão a contração da deman-

da global, não é uma posição realista, nem correta. Mas vamos ver como a China se movimentará em relação a seus parceiros da Ásia. Essa questão é relevante porque, recentemente, o comércio intra-asiático cresceu mais do que o comércio com os EUA e a Europa – pela ordem, primeiro o intra-asiático, a Europa, depois os EUA. Isso dá certa autonomia aos chineses, mas é preciso lembrar que tam-

bém os outros asiáticos têm uma dependência grande do comércio americano. E se se juntar EUA e Europa dá mais do que o comércio infra-asiático. Como a Europa também vai entrar em recessão, algum ajustamento terão de fazer.

Ouvi um debate na BBC feito na China com a presidente de uma empresa chinesa, um diretor do Banco Central da China e um diplomata, e perguntaram a ele: como vocês vão fazer com o modelo chinês? Ele respondeu: “a China não tem modelo, vocês estão enganados. Temos um processo de busca, sabemos qual é nosso objetivo, sabemos qual a estrutura da economia atual, mas não consideramos adequado falar em modelo”. Isso é próprio da cultura chinesa, o mundo em movimento. Por isso eles compreenderam melhor do que os russos a dialética, por estarem mais preparados. Eles não têm inclinação ao dogmatismo racionalista ocidental, aliás, se livraram logo do russos quando eles começaram a perturbar. A China, de fato, para resumir, não tem um espaço de liberdade para decidir exatamente o que ela quer, mas tem mais liberdade do que os outros.

Princípios - O dinamismo asiático – dependente, sobretudo de China, Índia, Japão e Coreia do Sul – , teve agora a má notícia da recessão que se avizinha no Japão. Qual resposta de política econômica seria mais adequada que esses países deveriam dar?

Belluzzo - O Japão vai de recessão em recessão. Dó escapou da última por causa da China (ele é seu fornecedor de peças, equipamentos, bens de capital, financiamento). A Coreia do Sul está na situação mais difícil, porque repetiu os erros que a levaram à



crise em 1997: a crise coreana. A Coréia é um exemplo. Ela tinha todos os fundamentos em ordem, menos o que era a tomada de recursos em curto-prazo no mercado, nos bancos americanos para financiar investimentos. Quando deu a crise os recursos saíram e ela ficou na mão. A Coréia não está tão bem, mas a Índia sim, aparentemente, está resistindo melhor. A China tem maior capacidade de resistir, assim como Taiwan, e todos os países que se cobriram e que têm reservas altas.

Evidentemente, isso tudo depende do tamanho da desaceleração, do tamanho da recessão. Não há nenhum determinismo, dependerá das decisões de política econômica que os países tomarem. No caso dos chineses, disseram: vamos estimular mais a demanda doméstica. Eles já estão aumentando um pouco o gasto público, baixaram a taxa de juros, deram estímulo fiscal nas exportações, aumentaram os rebates fiscais, quer dizer, a pessoa exporta e recebe em crédito. O Brasil está ainda tateando... Mas, enfim, com os chineses não tem isso, eles dizem: atravessaremos o rio caminhando pelas pedras. A meu ver, a China conseguirá resistir à crise seja do tamanho que for.

A China tem maior capacidade de resistir, assim como Taiwan, e todos os países que se cobriram e que têm reservas altas

Princípios - *Após seis anos, o Banco Popular da China reduziu suas taxas de juros, o que sinaliza um incremento do investimento e conseqüentemente do consumo. Trata-se de uma resposta chinesa à crise financeira norte-americana, crise esta que na ponta do processo pode significar baixa de suas exportações aos EUA? Ou será um sinal para mais um alavancamento de seu mercado interno, de maneira semelhante às suas respostas à crise asiática de 1997?*

Belluzzo - É uma maneira de responder. Eles na verdade apostarão no mercado interno, agora, E isso está combinado com o controle da conta de capitais, com o controle que eles fizeram do mercado cambial. O objetivo da política econômica deles está ligado à proteção da economia nacional chinesa. Se o indivíduo ganha ou deixa de ganhar dinheiro é um problema da pessoa. Repito, a política econômica deles está direcionada para proteger o Estado nacional chinês.

Princípios - *A China e seu mercado financeiro estão em constante expansão; há um processo de fusões e aquisições de empresas estrangeiras por chinesas, pelo mundo afora. Como o*

senhor vê o futuro da China em meio a essa turbulência econômica mundial? Tornar-se-ia nas próximas décadas o centro dinâmico da economia mundial, vis-à-vis os EUA?

Belluzzo - É cedo para dizer, mas ela se transformará num protagonista muito importante, embora levará algum tempo para a China se transformar realmente num centro dominante como diz sua pergunta; nem sei se irá. Vivemos um momento em que de fato os EUA, como ficou demonstrado por essa intervenção, não têm capacidade mais pelas suas políticas de ordenar o mundo. Eles têm de desordenar. Os EUA têm de recorrer aos parceiros e dentre eles o parceiro competidor mais importante, sem dúvida, é a China. Ela é uma potência militar, política e econômica, e os americanos não farão como em 1985 (Acordos do Plaza): eles concertaram a valorização do dólar e jogaram o Japão às urtigas.

O Japão está nessa situação porque tinha uma dependência muito maior dos EUA. Até pelo tamanho da sua economia, do que hoje tem a China – que tem mais autonomia em relação aos EUA do que tinha o Japão. Os EUA? Não, os EUA continuarão a ser um país

importante, tanto do ponto de vista tecnológico, financeiro, militar. Mas não estão mais como nos anos 1990, sozinhos na parada, por conta até do próprio desenvolvimento deles, que gerou a China como potência, que é seu sócio competidor. Os EUA teriam de negociar. Isto é da natureza das relações que o capitalismo criou – relações econômicas e políticas. Mas não adianta afirmar que os EUA emergirão dessa crise como potência dominante, unilateral. Não irão. Todavia, isso não quer dizer que o país deixa de ser importante. Ou seja, temos de desconstruir o mito da permanente supremacia americana. Mas não sei se essa situação será conduzida de forma diplomática e pacífica pelo Poder Americano. A revista *The Nation* fez uma matéria assustadora sobre os “patriotas fundamentalistas” que não admitem outra situação senão a supremacia absoluta. Há milhões de racistas, xenófobos e intolerantes.

Aloísio Barroso é doutorando em economia e membro da Comissão Editorial de Princípios e Elias Jabbour é geógrafo e membro do Conselho Editorial de Princípios.

O mundo capitalista em crise sistêmica: hora de cuidarmos do futuro do Brasil

LECIO MORAIS

Lula critica sistema financeiro dos EUA para uma platéia de altos executivos norte-americanos e autoridades do governo Bush e defende os países em desenvolvimento



Paulo Whitaker - Reuters

A atual crise financeira ressaltou o papel essencial

do Estado na economia, a despeito do que prega o neoliberalismo. No Brasil, para verdadeira proteção da economia, o Estado deve alterar as regras excessivamente liberais do setor financeiro, contendo a descontrolada movimentação do capital



Divulgação

George Bush

A crise americana do subprime transformou-se no último mês de setembro em uma crise sistêmica do capitalismo mundial. Uma crise sistêmica é aquela capaz de em sua fase aguda paralisar momentaneamente os circuitos financeiros, impedindo temporariamente a acumulação de capital, seguindo-se um período mais ou menos longo em que há uma forte redução na acumulação e ocorre uma destruição de capitais que, embora de modo diferenciado, atinge generalizadamente todos os setores econômicos.

O sistema financeiro dos EUA, União Européia e Grã-Bretanha ainda se mantém funcionando graças ao forte financiamento de seus respectivos Bancos Centrais e a uma estatização parcial. As demais economias nacionais rapidamente vão sentindo os efeitos da crise; nenhuma delas pode se considerar livre de perdas ou mesmo da ameaça de um colapso econômico. Mesmo que o inédito e gigantesco plano de resgate americano de US\$ 700 bilhões venha evitar a marcha ruínosa das finanças americanas, as consequências da crise sistêmica serão severas, embora variáveis de país para país. É o preço que ciclicamen-

te a humanidade paga ao capitalismo e, em especial, agora, ao recente processo de globalização que dominou o mundo sob a hegemonia político-econômica americana. Nem o capitalismo nem a hegemonia americana acabarão nesta crise, porém não serão mais os mesmos.

O bilionário plano de resgate financeiro americano de 700 bilhões muito provavelmente não funcionará. A crise de liquidez evoluiu rapidamente para uma crise de solvência da maior parte do sistema financeiro americano e europeu. A solução, agora, está na capitalização, ou seja, na estatização das principais instituições financeiras. O que custará mais política e ideologicamente. De toda forma, quero tratar neste artigo de questões mais específicas da crise, admitindo a hipótese de que a fase aguda da crise sistêmica seja revertida.

A primeira questão é a negação do paradigma neoliberal da racionalidade superior do mercado. A idéia de que o mercado “auto-regulado” é capaz de organizar a vida social criando e distribuindo adequadamente a riqueza ficou irremediavelmente comprometida, perdendo, de uma vez por todas, sua condição de verdade auto-evidente e incontestável.

A segunda questão é como a crise pode atingir o Brasil e de que maneira a queda do paradigma neoliberal sobre a auto-regulação dos mercados pode ajudar a defender nossa economia. A súbita e significativa desvalorização do real frente ao dólar, invertendo a tendência dos últimos anos, e as iniciativas já tomadas pelo Banco Central mostram que a primeira onda de impacto da crise americana chegou às nossas praias.

A queda do principal paradigma neoliberal

Já virou lugar comum a afirmação de que a ação do FED e do Tesouro americano nesta crise pôs fim ao ideário neoliberal. O mais comum dos argumentos a justificar a afirmação é o fato de os EUA e outros Estados do centro capitalista estarem a salvar instituições financeiras privadas com dinheiro público.

Embora correto, o argumento é insuficiente para entendermos o tamanho do prejuízo que a crise vem impondo ao arcabouço teórico do neoliberalismo. Na

verdade, a interferência do Estado no mercado, estabelecendo regras ou mesmo utilizando dinheiro público para cobrir prejuízos privados, é ação justificável pela teoria neoliberal.

O neoliberalismo revigorou o conceito de livre mercado do liberalismo clássico ao admitir a crítica marxista e keynesiana de que os mecanismos de mercado não são perfeitos e que, se entregues às suas próprias forças, tenderão à desorganização e ao desastre. Mas, ao mesmo tempo, o neoliberalismo afirmou que os mercados são imperfeitos apenas por faltar aos agentes um acesso igual às informações, a chamada “assimetria informacional”. Se o mercado puder contar com instituições (regras) que minimizem tal assimetria, permitindo sua auto-regulação, continuará a ser superior em eficiência e estabilidade ao Estado.

Essa assimetria informacional decorre de situações complexas em que certos agentes dominam melhor que outros detalhes operacionais ou mesmo por conta de processos de monopolização, limitando a racionalidade com que os agentes decidem. Isso ocasiona mais erros e prejudica a livre concorrência, levando à perda de eficiência, à instabilidade e à crise. Porém, segundo os neoliberais, a tentativa de correção dessa imperfeição

por parte do Estado mediante regras impositivas, “rígidas”, apenas aumenta as distorções.

Desse modo, ao Estado caberia apenas organizar mecanismos que eliminem a assimetria informacional, utilizando os incentivos próprios do mercado, a auto-regulação, garantindo sua racionalidade “intrínseca”. Mesmo que os agentes individualmente cometam erros de avaliação, tais erros não são cometidos sempre na mesma direção e terão uma distribuição aleatória, fazendo com que se anulem mutuamente e a soma das consequências resulte igualmente nula. Ou seja, o mercado sempre faz a opção mais racional e correta. Já o Estado, sujeito às paixões políticas, não.

A própria especulação é defendida como uma forma espontânea de o capitalismo antecipar tendências e eventos futuros. É uma função necessária ao mercado que evita surpresas desestabilizadoras e previne perdas. Da mesma maneira, regras inibidoras do livre trânsito de bens e, principalmente, de capitais, bem como os obstáculos ao livre câmbio de moedas, deveriam ser suprimidos.

O neoliberalismo revigorou o conceito de livre mercado do liberalismo clássico ao admitir a crítica marxista e keynesiana de que os mecanismos de mercado não são perfeitos

Evidentemente, a melhor regulamentação disponível, a mais adequada, seria aquela praticada pelos mercados mais maduros, as instituições (regras e organizações) existentes especialmente nos países de tradição anglo-saxônica (EUA e Reino Unido), herdeiros dos valores liberais. Daí a insistência das políticas neoliberais, desde os anos 1980, em replicar em todos os países – por meio de governos e das instituições multilaterais – a mesma fórmula institucional adotada pelos EUA: agências reguladoras independentes (a começar pelos bancos centrais), liberdade de movimento de capitais, baixas tarifas de importação, isenção tributária das exportações, equilíbrio fiscal, e as chamadas “boas práticas” financeiras e contábeis.

Embora a globalização comercial tenha avançado pouco – devido às barreiras tarifárias e não-tarifárias e aos subsídios impostos pelos países centrais – a globalização que mais importava – a do livre trânsito de capitais – praticamente imperou no mundo.

Mas esse paradigma neoliberal permite, em certos casos, operações públicas de “salvamentos” de empresas. Eles podem ocorrer em decorrência de fatores externos ao mercado, ameaçando seu funcionamento normal, como choque exógeno, guerra civil e outras comoções políticas, ou ainda quando os mercados não estejam “adequadamente regulados”. Essas exceções justificavam iniciativas como a do PROER, no governo FHC, por exemplo, ou a criação de um fundo para adquirir títulos “podres” do mercado imobiliário americano, em 1989.

A diferença desta crise é que ela acontece em um mercado cuja regulação serviu de modelo para todo o mundo, que ela não se deu a partir de fatores externos e que sem o salvamento estatal teria (ou terá) desorganizado o sistema capitalista. Mesmo sendo a economia americana a mais poderosa e “adequadamente regulada”, ela não foi capaz de superar as flutuações econômico-financeiras de modo estável e continuado. Sem a intervenção direta do Estado,

o mercado tendeu ao colapso. E isso aconteceu sem que houvesse qualquer choque externo, tendo se originado da flutuação cíclica de expansão e retração da atividade econômica e da ação especulativa, considerada como essencial ao bom funcionamento do mercado.

Afora os EUA, não existe outro modelo possível de mercado que sirva de paradigma, exceto na fantasia teórica. A crise desmascarou a utopia neoliberal

do mercado eficiente e estável, que precisa do Estado apenas como um auxiliar secundário para funcionar à perfeição. Essa é a fratura exposta no ideário teórico e ideológico do neoliberalismo legitimador do capitalismo da “globalização financeira”.

Negado esse princípio básico, o neoliberalismo e a sua cartilha de políticas econômicas têm pouco a oferecer ao mundo. Fica especialmente em xeque a livre movimentação de capitais e a rejeição de regulamentação do mercado que derive do poder de império do Estado. Acabou-se a aura “científica” da superioridade absoluta do mercado. Como corolário, sai bastante desgastado outro conceito caro ao princípio da superioridade do mercado: de que os agentes agem guiados por “expectativas

racionais”. O que implica uma perda de legitimidade na ação do capitalista como organizador da produção da riqueza e da vida social.

Mas a quebra desse paradigma, sublinhe-se, não significa a derrota da ideologia capitalista. Nem mesmo garante que as idéias neoliberais deixarão de influenciar o mundo no futuro imediato. Por um lado, a idéia e a legitimidade do mercado como instituição social ainda gozam e continuarão gozando de grande apoio social, pelo menos quanto a sua suposta superioridade, agora relativa, frente ao Estado, que pode ser a base de um novo constructo ideológico que sirva de nova teoria a uma provável retomada capitalista pós-crise. Por outro, a experiência histórica mostra que idéias estabelecidas são muito resistentes à contestação empírica; elas tendem a persistir por certo



A crise desmascarou a utopia neoliberal do mercado eficiente e estável, que precisa do Estado apenas como um auxiliar secundário para funcionar à perfeição

período, mesmo quando já se mostram inadequadas.

No entanto, uma coisa é certa: após essa crise, o capitalismo não se apresentará da mesma maneira. Há agora a necessidade de reduzir o poder do capital na sociedade. A realidade da ruptura ideológica no neoliberalismo abrirá, daqui por diante, um grande espaço para a discussão de novas políticas públicas e econômicas com base em pressupostos até hoje estigmatizados por ele, como a reafirmação da soberania nacional, instrumento legítimo de defesa de um Estado frente ao poder econômico do mais forte. Também a hegemonia americana terá sofrido um forte revés, ao mostrar ao mundo uma fragilidade em um de seus pilares fundamentais, sendo a evidente culpada – tanto política como ideologicamente – de impor às nações perdas generalizadas e um período de instabilidade com consequências políticas e econômicas ainda imprevisíveis.

Brasil: as três frentes do choque externo

A volta da desvalorização do real, a acentuada queda da Bolsa de São Paulo, as recentes intervenções do Banco Central e outras medidas tomadas pelo governo são uma demonstração inequívoca de que a crise sistêmica começa a afetar a economia brasileira. Apesar de o Brasil estar em melhores condições do que a maioria dos países para enfrentar a crise, o processo de contaminação, por pertencermos ao sistema capitalista mundial, é inevitável. Em especial, deve-se levar em consideração que a recessão internacional, pela dimensão já assumida – e mesmo que não sobrevenha nenhum desastre maior –, deverá perdurar por dois ou até mais anos, após encerrada a fase mais aguda que vivemos.

Autoridades e analistas apontam dois canais de transmissão da crise: as exportações e o crédito externo. A esses dois canais deve-se acrescentar um terceiro, a conta de capital, associada aos mercados financeiro e de câmbio, a que denomino mais apropriadamente como frentes de choque. As três frentes são interligadas e formam o que se pode considerar a vulnerabilidade externa da economia. A conta de capital difere das outras duas frentes de choque por decorrer diretamente da regulação de abertura dos mercados financeiro e cambial que veio sendo adotada desde os anos 1990 sob a direção do paradigma neoliberal do livre mercado.

A exportação. As perdas comerciais mais expressivas decorrerão do comportamento dos preços de commodities e também da disponibilidade de linhas de crédito comercial externo e de crédito interno, principalmente o crédito agrícola. É de se

esperar uma queda paulatina tanto na quantidade como no valor das exportações por um período considerável de tempo, impactando as contas externas e reduzindo o crescimento do PIB, especialmente no setor agrícola e mineral. As perdas na renda interna devem ser compensadas parcialmente pela desvalorização do real frente ao dólar, desde que não seja anulada por um novo processo inflacionário.

O crédito externo. A redução do crédito externo deve ser considerável e deve ocorrer nas linhas comerciais, nas operações de repasse aos bancos nacionais e também no financiamento de investimentos – tanto os investimentos diretos como os no fornecimento de bens de capitais estrangeiros para grandes projetos de infra-estrutura. Ao contrário das exportações, nesta frente a redução tende a ser brusca e já começou.

O governo Lula mostra-se empenhado em garantir a oferta de crédito externo e interno, mas é impossível suprir toda a perda que sobrevirá. A oferta de crédito externa é obviamente insubstituível, exceto parcialmente pelo mecanismo de mercados de câmbio local, como o que foi criado com a Argentina, sem intermediação do dólar. Esses mercados podem ser rapidamente expandidos a todo o MERCOSUL e a outros países sul-americanos. As reservas podem até suprir parte desse crédito, mas de forma limitada e provisória. Resta ao governo a capacidade de pelo menos poder hierarquizar as prioridades nacionais.

As perdas decorrentes da redução do crédito poderão ainda ser ampliadas em caso de um surto inflacionário e reduzirão o crescimento do PIB por meio da queda significativa dos investimentos de 2009 em diante.

Os mercados mobiliário e cambial. A terceira frente de choque – que não vem sendo referida por autoridades e analistas da mídia – é a dos mercados mobiliário e cambial. Ao contrário das duas outras frentes, que resultam mais da abertura comercial, a dos mercados financeiro e cambial decorre diretamente das reformas liberalizantes da globalização financeira, inspiradas no paradigma da superioridade dos mercados livres e auto-regulamentados. A reforma desses dois mercados, iniciada no governo Collor e concluída em 2005, mantém o câmbio fluante, permitindo a mais completa liberdade para o fluxo de capitais entre o Brasil e o mundo, inclusive para os capitais de brasileiros residentes que podem ser transferidos para o estrangeiro, subordinando-se apenas à satisfação das obrigações fiscais.

As duas primeiras frentes prejudicam a acumulação de capitais no Brasil, a terceira permite a transferência de capitais aqui acumulados para o centro do sistema capitalista.

Os estrangeiros acumularam um enorme patri-

mônio em ações e títulos desde 2003. Essas aplicações têm grande liquidez, apesar de poderem se desvalorizar também rapidamente. A saída de aplicações de estrangeiros em ações da Bovespa – cerca de US\$ 19 bilhões entre abril e setembro – para cobrir perdas em Nova Iorque e em outros centros financeiros ilustra a situação.

Mas a transferência registrada ainda representa uma pequena parcela do patrimônio em ativos financeiros que os investidores estrangeiros acumularam no país desde 2003. Em março de 2008, último dado disponível, eles detinham o equivalente a US\$ 154 bilhões em ações na Bovespa e US\$ 56 bilhões em títulos de renda fixa. Ao final de setembro, estimam-se esses estoques em cerca de US\$ 90 bilhões e US\$ 40 bilhões, respectivamente (1). Um patrimônio mobiliário ainda muito elevado para o tamanho de nossa economia e de nosso mercado financeiro, sendo superior, inclusive, a dois terços de nossas reservas internacionais (2). Caso os ativos financeiros continuem a ser liquidados e remetidos neste ritmo, as reservas em divisas se reduzirão mais rapidamente do que indicam as perdas decorrentes das duas outras frentes de choque.

Por outro lado, a forte desvalorização do real em setembro decorreu, por exemplo, não da saída de divisas, mas o saldo cambial continuou liquidamente positivo no mês. Ela foi determinada por aplicações especulativas na Bolsa de Mercadorias & Futuros de São Paulo (BM & F), comandada por investidores estrangeiros que, desde agosto, fecharam contratos de mais de sete bilhões de dólares em posições de compra de dólar no mercado futuro (o que equivale a uma aposta na alta do dólar). Ao elevarem a cotação futura do dólar, “puxaram” a cotação à vista, desvalorizando nossa moeda sem precisar sequer comprar ou vender. Esse tipo de operação foi em grande parte responsável também pela valorização do real desde 2004.

A abertura da conta de capitais e a regulamentação do mercado financeiro, seguindo o padrão ame-

ricano, permitem esse tipo de operação, fazendo com que nossa moeda fique vulnerável a movimentos especulativos, gerando perdas financeiras, pressão inflacionária, incerteza e instabilidade aos investimentos produtivos.

Conclusão

As perdas com as exportações e com o crédito externo serão inevitáveis, embora possam ser minoradas. O governo já vem adotando medidas nesta direção, e outras podem ainda ser tomadas, especialmente a redução da taxa de juros. Porém, onde o Estado po-

de defender o país de modo mais efetivo é alterando as regras excessivamente liberais dos mercados cambial e financeiro, em especial as de negociação de contratos de futuro. De imediato, estar-se-á evitando a drenagem das reservas de US\$ 208 bilhões que podem contrabalançar as perdas com exportações e crédito externo. É hora de proteger nossa economia e as

melhorias recentes no padrão de vida do povo, limitando a irrestrita liberdade de movimento do capital.

Para tanto, torna-se necessário que o governo e as forças que o apóiam comecem a criar as condições políticas que permitam adotar essas mudanças. Logo chegará a hora em que o governo Lula terá de conclamar toda a Nação a apoiar essa ação defensiva que minimizará as perdas do presente e poderá garantir um futuro viável para o Brasil no novo mundo que surgirá do rescaldo desta crise sistêmica.

A quebra no paradigma da supremacia absoluta do mercado sobre o Estado pode ser um facilitador das restrições que o Brasil venha a fazer à movimentação de capitais. Mesmo porque, é de se esperar que países do mundo inteiro estarão reformando seus mercados na mesma direção, buscando, como nós, protegerem-se da grande borrasca que se inicia.

Lecio Morais é economista, mestre em Ciência Política e assessor na Câmara dos Deputados.

O governo Lula mostra-se empenhado em garantir a oferta de crédito externo e interno, mas é impossível suprir toda a perda que sobrevirá

Notas

- (1) Os valores em dólares são calculados ao câmbio de cada mês. A forte desvalorização do real em setembro é responsável pela maior parte da redução do valor dos dois ativos.
- (2) Para uma discussão sobre a vulnerabilidade externa e o crescimento dos ativos financeiros de estrangeiros no Brasil, ver MORAIS, Lecio. "Vulnerabilidade externa e investimento estrangeiro: sentados sobre uma bolha especulativa 2008" (Artigo). http://www.desempregozero.org.br/artigos/vulnerabilidade_Lecio.pdf

Reforma e Abertura

“A inalterável força dirigente do desenvolvimento chinês”

WEN JIABAO

O ano de 2008 marca os 30 anos da política de Reforma e Abertura na China. Este processo garantiu “a histórica transição de uma economia centralmente planificada a uma vigorosa economia de mercado socialista e de uma sociedade fechada ou semifechada para outra completamente aberta ao mundo”. São três décadas de contínuo crescimento econômico. Contradições e dilemas, todavia, ainda terão de ser vencidos para a China ultrapassar “o estágio primário do socialismo”. Este é o tema do pronunciamento do Primeiro Ministro da República Popular da China, Wen Jiabao no Fórum Econômico Mundial de Verão Davos realizado na China em setembro de 2008.



Wen Jiabao



Em 37 anos, desde seu início, o Fórum Econômico Mundial tem aumentado sua importância como uma plataforma para intercâmbios internacionais e diálogo e um importante ator na promoção do progresso e do desenvolvimento mundial. No ano passado, Davos realizou seu primeiro bem-sucedido encontro anual em Dalian, China, e hoje promove seu segundo encontro anual em Tianjin. Nós nos congratulamos com o progresso do Fórum e seus feitos, e com o aprofundamento da cooperação entre a China e o Fórum.

Balanco dos últimos 30 anos de reforma na China

Este ano marca o 30º aniversário da implementação da política de Reforma e Abertura da China. Como classificar a China de 30 anos atrás? Naquele tempo, tínhamos posto um fim à “Revolução Cultural”, e o país era um Estado fechado ou semifechado com sua economia à beira de um colapso. “Qual caminho deveríamos seguir?” Foi a grande e urgente questão posta ao povo chinês. Seguindo os princípios de libertar as mentes e buscar a verdade nos fatos, escolhemos o caminho da reforma e da abertura – uma escolha correta que desde então norteia o curso do desenvolvimento da China contemporânea.

As reformas em nosso país iniciaram-se na zona rural. Espalharam-se do campo para

as cidades e do setor econômico para o político, o cultural, o social e para todas as outras áreas. O que se iniciou como uma pequena corrente transformou-se em uma poderosa corrente. O esforço do processo de abertura iniciou-se com o estabelecimento de Shenzhen e outras três Zonas Econômicas Especiais seguidas pela expansão ao longo do litoral, rios e áreas de fronteiras, e de forma gradual seu alcance tornou-se algo direcionado por todo o país como um elo com o papel de multidirecionar o processo de abertura. Temos logrado uma histórica transição de uma economia centralmente planejada a uma vigorosa economia de mercado socialista, e de uma sociedade fechada ou semifechada para outra completamente aberta ao mundo. Temos estabelecido um sistema econômico básico e adequado ao estágio primário do socialismo, um moderno sistema corporativo em harmonia com as necessidades de uma economia de mercado, e um moderno sistema mercantil capaz de gerenciar o sistema de forma aberta, competitiva e em boa ordem. Temos viabilizado um sistema de regulação macroeconômica baseada principalmente em meios legais e econômicos. E, de forma gradual, estamos melhorando o sistema em que a distribuição de acordo com o trabalho é a forma dominante, coexistindo com variadas formas de distribuição. A rede de segurança social está sendo melhorada para aumentar a igualdade e a justiça. Ao mesmo tempo, temos avançado na reforma da educação, cultura, ciência e tecnologia, saúde e outras áreas, promovendo reestruturações políticas focando a expansão da democracia socialista e adotando a estratégia de construir um país guiado pela lei.

Containers com produtos chineses que saem dos portos da China para portos de outros países do mundo

do um sistema econômico básico e adequado ao estágio primário do socialismo, um moderno sistema corporativo em harmonia com as necessidades de uma economia de mercado, e um moderno sistema mercantil capaz de gerenciar o sistema de forma aberta, competitiva e em boa ordem. Temos viabilizado um sistema de regulação macroeconômica baseada principalmente em meios legais e econômicos. E, de forma gradual, estamos melhorando o sistema em que a distribuição de acordo com o trabalho é a forma dominante, coexistindo com variadas formas de distribuição. A rede de segurança social está sendo melhorada para aumentar a igualdade e a justiça. Ao mesmo tempo, temos avançado na reforma da educação, cultura, ciência e tecnologia, saúde e outras áreas, promovendo reestruturações políticas focando a expansão da democracia socialista e adotando a estratégia de construir um país guiado pela lei.

A Reforma e a Abertura trouxeram uma fundamental mudança ante o isolamento, o atraso e a ossificação que marcaram nosso país por muitos anos. A Reforma e a Abertura libertaram a mente do povo, romperam as barreiras institucionais à viabilização do desenvolvimento, desencadearam um tremendo entusiasmo e criatividade de centenas de milhões de chineses, injetando grande vigor e vitalidade no seio da nação, e de forma robusta estimularam o desenvolvimento econômico e social. Como resultado, a China conseguiu 30 anos de contínuo e rápido crescimento econômico. Em 1978, o PIB chinês significava somente 1% do total mundial. Em 2001,



Ciclistas em Pequim, 1978



Helena - Picasa web

ultrapassamos a marca de 5%. Entre 1978 e 2007 a participação chinesa no comércio mundial saltou de menos de 1% para aproximadamente 8%. A política de Reforma e Abertura tem redundado reais benefícios para o povo, cujo padrão de vida tem experimentado grandes mudanças – da falta de alimentação e vestuário adequados para uma moderada prosperidade. O mais importante reside no fato de a Reforma e Abertura estar revigorando a sociedade como um todo e permitindo ao povo a possibilidade de uma vida feliz através do trabalho árduo, com simplicidade e sabedoria.

A China se encontra no estágio primário do socialismo

As transformações ocorridas na China nas últimas três décadas não seriam reais fora dos marcos da política de Reforma e Abertura. Para atingirmos os objetivos de nosso processo de modernização e colocar a China no rumo de uma nação próspera, forte, democrática, culturalmente avançada e numa nação harmoniosa, devemos continuar e aperfeiçoar a nossa reforma e abertura.

A China se encontra no estágio primário do socialismo e vai permanecer nesse estágio por muito tempo, e existem muitas questões econômicas e sociais que clamam nossa atenção. Por exemplo, existem desequilíbrios e desarmonia no desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais, dentro das diferentes regiões e

entre os setores econômicos e sociais. O padrão do crescimento econômico permanece extensivo. Existem pesadas pressões populacionais, ambientais e de recursos, assim como muitos desafios em matéria de emprego, previdência social, distribuição de renda, educação e saúde. A corrupção é também um problema sério. A solução fundamental para tais problemas reside no aprofundamento da reforma. Somente pela continuidade da reforma e a abertura poderá ter a China um brilhante futuro. A política de Reforma e Abertura guarda grande importância e entusiasmo ao processo integral do esforço de modernização da China.

Continuaremos a aprofundar a reforma econômica. Dar-se-á continuidade ao aperfeiçoamento da base dos sistemas econômicos e de mercado, intensificará as reformas fiscais, sobre os impostos, e dos sistemas bancários. E se buscará a melhora sobre

o sistema de regulação macroeconômica. No presente estágio, tem particular importância acelerar a reforma dos mecanismos de formação dos preços de determinados produtos, de forma que o mercado jogue maior papel na alocação de recursos, promover a continuidade da reforma institucional do sistema de ações nas Empresas Estatais e aperfeiçoar o sistema moderno corporativo. Estará em andamento a viabilização de um melhor sistema público financeiro, da transferência do sistema de pagamentos, levar adiante a reforma da taxa sobre valor agregado e implementar um sistema de compensações pelo uso de recursos e por prejuízos causados ao meio-ambiente.

Sem democracia, não pode haver socialismo

Continuarão a evoluir a promoção da reestruturação e reforma do sistema político em outros aspectos. A Democracia Popular é a essência do socialismo. Sem democracia não pode haver socialismo. Não somente estamos utilizando o aspecto econômico no sentido

de elevar o nível de vida de nosso povo, mas concomitantemente ao desenvolvimento econômico estamos processando a proteção de seus direitos democráticos aperfeiçoando a democracia e um sistema legal sob o impulso da promoção da igualdade social e da justiça. Estamos construindo um país socialista sob a égide

da lei tanto sobre o Estado quanto aos assuntos relacionados às questões sociais. Criam-se condições para que o povo não seja impedido de criticar e supervisionar de forma mais eficiente o trabalho do governo, gestando um ambiente político vivaz de forma que qualquer cidadão sinta-se satisfeito e a sociedade se desenvolva com harmonia. Faz-se necessário garantir que nosso sistema educacional seja compatível com as necessidades do povo, e que toda criança frequente a escola e receba uma boa educação. Iniciamos o provimento cuidadoso de um sistema básico de saúde que venha atender alcançar toda nossa população. E promoveremos um sistema previdenciário capaz de abranger as áreas urbanas e rurais de forma rápida e eficiente, fazendo o melhor possível ante a vulnerabilidade da sociedade de forma que todos colham os frutos da reforma e do desenvolvimento.

A China se encontra no estágio primário do socialismo (...) e existem muitas questões econômicas e sociais que clamam nossa atenção



Michel R.

Vista de Shanghai do Hotel Peace

Grande contribuição à humanidade

Daremos continuidade ao aprofundamento com maior extensão ao processo de abertura. A abertura é sinônimo de primeira grandeza de nossa reforma. Somente um país aberto e incluído na ordem internacional poderá prosperar. A abertura de nosso país no longo prazo e em todas as direções deverá beneficiar a todos. Implementaremos toda e qualquer política no sentido de facilitar nossa abertura. Manteremos nossos aprendizados e observações acerca de todas as conquistas da civilização humana. Tomaremos parte ativa na globalização econômica, atuando para que se estabeleça um justo e equilibrado regime comercial e financeiro. Firmemente apoiaremos os esforços para que brevemente e de forma balanceada alcancemos um ponto de equilíbrio na Rodada de Doha e sejam adequadas as normas que regem o comércio internacional, levando adiante a liberalização do comércio e do investimento, e continuando a jogar um papel construtivo na multilateralização do sistema de comércio internacional. Jogaremos peso na reforma estrutural dos aspectos relacionados ao comércio internacional, elaborando novos regulamentos, leis e

políticas, expandindo o acesso ao mercado, fortalecendo a proteção aos direitos relacionados à propriedade intelectual e prover um melhor ambiente aos negócios relacionados ao comércio exterior na China. Com um sistema aperfeiçoado, uma dinâmica sociedade, com desenvolvimento sólido, sustentado e com alto grau de abertura, a China não somente estará beneficiando seus 1,3 bilhão de habitantes, mas consequentemente daremos uma grande contribuição à paz e ao desenvolvimento mundial.

Como relatei no início do ano, 2008 poderá ser muito difícil à economia chinesa. Experimentamos uma grande tempestade de neve e chuvas de granizo, além de um devastador terremoto, e enfrentamos uma completa e mutante situação interna e externa. Ainda temos de lidar com dificuldades, entre elas as relacionadas à garantia e à manutenção do rápido crescimento econômico. Nos primeiros seis meses do ano, O PIB cresceu 10,4% em comparação ao mesmo período do ano passado. A agricultura tem experimentado um bom desempenho e as colheitas de verão registraram cinco anos seguidos de crescimento. As demandas por investimentos, consumo e exportações estão crescendo num ritmo mais balan-

ceado como expressão de uma melhor coordenação no desenvolvimento econômico. Com a aceleração do ajuste na estrutura industrial, notáveis progressos na conservação e redução de emissão de poluentes, e um rápido e evidente crescimento na arrecadação de impostos e maiores benefícios comerciais, a qualidade e a eficiência do desenvolvimento têm-se mantido em contínua progressão. Mais empregos têm sido criados nas áreas urbanas, e a renda rural e urbana continua elevando-se. Nos últimos meses, o índice de preços ao consumidor tem tido tendência de queda. Resumindo, os fundamentos econômicos da China não passaram por grandes mudanças e a economia move-se na direção pré-estabelecida nos marcos de uma política de controle macro-econômica.

Nota-se o interesse dos senhores acerca da capacidade da economia chinesa de no futuro manter um crescimento acelerado. Deixe-me compartilhar com vocês minhas observações. Estamos enfrentando consideráveis dificuldades. Primeiro, o ambiente econômico mundial está adentrando a uma situação difícil e de maior complexidade, com a exacerbação da volatilidade financeira e uma diminuição lenta da atividade econômica. Segundo, a pressão ao aumento dos preços internos continua alta. Os fundamentos da agricultura continuam perdendo força. Os limites ao desenvolvimento, entre eles a energia e os recursos, são por demais sérios. Algumas indústrias e atividades relacionadas à produção estão passando por dificuldades no campo da produção e do gerenciamento, já não se pode ocultar problemas no setor financeiro. Entretanto, todas as mencionadas dificuldades são parte intrínseca ao curso de nosso desenvolvimento. Existem muitas condições favoráveis para a manutenção de um crescimento rápido e sustentável em nosso país. A China encontra-se em um estágio caracterizado por uma rápida industrialização e urbanização e com grande potencial de crescimento econômico. Perdurará por muito tempo o importante período estratégico caracterizado pela existência de oportunidades ao desenvolvimento chinês. Contamos com uma grande reserva de trabalho e capital bem como com um grande potencial de crescimento de demandas por consumo e investimentos internos. O mercado chinês é vasto e suas empresas estão se tornando mais competitivas e dinâmicas. Nossa capacidade e o nível do controle macroeco-

Contamos com uma grande reserva de trabalho e capital bem como com um grande potencial de crescimento de demandas por consumo e investimentos internos

nômico continuam progredindo através da prática. Gozamos de uma satisfatória estabilidade política e social. No processo da política de Reforma e Abertura temos elaborado linhas básicas, estratégias e princípios que nos permitem aprofundar nossos conhecimentos acerca de nossas condições nacionais e da situação de nosso povo. Todos esses fatores terão impacto no longo prazo. Acrescento que atualmente a paz e o desenvolvimento continuam a ser tendência central do mundo, e o ambiente internacional como um todo é favorável ao desenvolvimento da China. Temos plena confiança e aptidão para obter êxito ante as várias dificuldades que surgirem no

sentido de manter um rápido crescimento da economia nacional por um longo período de tempo.

A cidade-sede deste Fórum, Tianjin, é o berço da moderna indústria chinesa e uma das primeiras cidades a ser aberta ao mundo. Trata-se de uma importante cidade portuária. Desenvolver e abrir a Nova Zona de Binhai, nela situada. Toda uma estrat-

tégia foi elaborada para no futuro esta Zona vir a se tornar um novo ponto de crescimento de nosso país. Muitos de vocês representam grandes e dinâmicas empresas e com grande potencial de desenvolvimento. Serão muito bem-vindos para investir em nosso país, dar início a negócios em Tianjin e aproveitar de forma firme as oportunidades de desenvolvimento. Concluindo, de forma sincera, desejo que este Fórum seja logrado de êxito!

Wen Jiabao é geólogo e desde 2003 acumula os cargos de primeiro-ministro da República Popular da China e de membro do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China

Intervenção proferida na abertura do encontro anual de Verão de Davos, promovido pelo "Fórum Econômico Mundial", na cidade de Tianjin, 27 de setembro de 2008.

Título original: "Full text of Chinese Premier Wen Jiabao's speech at 2008 Summer Davos in Tianjin – Reform and Opening-up – the Eternal Driving Force For China's Development".

Disponível em: <http://english.cpc.people.com.cn/66102/6508063.html>

Tradução – Elias Jabbour

Acerca da estratégia e dos desafios do projeto chinês

ELIAS JABBOUR

A história recente demonstrou a capacidade da China em se desenvolver na dinâmica das contradições de seu singular processo. Apesar dos inúmeros desafios e problemas, este país chega aos dias de hoje com uma forte economia e seus dirigentes proclamam a firme decisão de dar continuidade à edificação do socialismo



A imensa Hong Kong



Muitos números serão divulgados pela passagem dos 30 anos, pela China, do início da implementação da política de reforma da estrutura produtiva e da abertura ao exterior. De nossa parte pretendemos, neste espaço, discutir acerca da estratégia e dos desafios postos e norteadores desse projeto nacional de caráter recente, porém sob o aciccate de uma civilização de 5000 anos, um Estado Nacional nascido antes de Cristo, de uma economia de mercado com mais de três milênios de

existência e da maior revolução social ocorrida no século passado – a Revolução Nacional-Popular de 1949.

A grande estratégia, idéias-força e molas propulsoras

Em rápidas palavras podemos expor que o marco da atual estratégia chinesa reside no processo de transformação do país em uma nação moderadamente desenvolvida pelos idos da metade do presente século. Esse processo, expresso por Deng Xiaoping, passa por oito duplicações do PIB chinês até 2050, tendo o ano de 1978 como marco, de forma que, nas palavras do próprio Xiaoping: “É verdade, nós estamos construindo o socialismo, mas isso não significa que o que nós conquistamos até agora corresponde ao padrão socialista. Não antes da metade do próximo século, quando nós tivermos atingido o nível das nações moderadamente desenvolvidas poderemos dizer que realmente construímos o socialismo e declarar de forma convincente que o socialismo é superior ao capitalismo. Nós estamos avançando rumo a essa conquista” (1).

Essa estratégia capaz de ter sobrevivido à débâcle do bloco socialista no início da década de 1990 guarda em si algumas idéias-força, entre elas: a idéia elaborada ainda por Mao Tsetung do chamado socialismo com características chinesas, a da teorização pelo economista russo Evgeni Preobrazhenski de uma determinada etapa primária do socialismo sintetizada sob uma base econômica privada e mercantil, porém hegemônica pelo setor socialista da economia sob a égide de uma superestrutura de poder popular, cuja síntese pode ser vista sob a essência de um chamado, nada paradoxal, socialismo de mercado. Todo esse conjunto de idéias e conceitos trabalhados minuciosamente é parte de um todo que envolve uma grande política de Estado nascida em 1978, cujas palavras-de-ordem estão expostas sob o impulso das chamadas Quatro Modernizações (2).

De forma concreta, as expostas idéias-força implicaram o reconhecimento da impossibilidade de uma 3ª Guerra Mundial, envolvendo o capitalismo e o socialismo, abrindo condições políticas internas a um amplo processo histórico e geográfico de inserção soberana chinesa na chamada “globalização” como forma – em um mundo marcado pelo rápido desenvolvimento das forças produtivas (decadência do modelo fordista com grandes impactos negativos sobre a URSS e o nascimento da 3ª Revolução Industrial centrada no Japão) – de re-projetar o país no rol das grandes nações. É mister salientar que esse processo de retificação de curso baseou-se em dois

movimentos, um interno e outro externo, capazes de moldar as duas molas propulsoras iniciais do projeto chinês, a saber:

Lo movimento de reconstrução de pacto de poder de 1949 de forma que as relações entre campo e cidade passassem a ser favoráveis à agricultura, o que redundou na utilização da capacidade milenar de comércio e de acumulação do camponês médio chinês, através não somente da produção agrícola em si, mas principalmente do aparecimento das chamadas empresas de cantão e povoado (ECP`s), que, por um lado, ao abrigar mão-de-obra intensiva no campo transformou o processo de urbanização na China como um fenômeno tipicamente rural e, por outro, tais empresas ao responderem por até 40% das exportações recentes chinesas, criaram condição de primeira ordem à invasão pelo mundo de produtos *Made In China*. Na ponta desse processo, podemos dizer com tranquilidade, a utilização desse potencial camponês foi o epicentro de uma política econômica baseada no acúmulo de reservas internacionais como a base interna à sustentação do projeto de modernização do país. Eis a primeira mola propulsora do projeto e da estratégia chinesa; e

2o movimento de constituição de um círculo internacional chinês espalhado pelo Sudeste Asiático. Círculo esse com poder financeiro suficiente para carrear ao continente seus excedentes, viabilizando, assim, tanto o financiamento externo da modernização e a internalização de avançadas técnicas modernas de administração, quanto a solução de pendências históricas como Hong-Kong, Macau e principalmente Taiwan. Este círculo internacional tomou-se, assim, a segunda mola propulsora do processo (3).

Socialismo, Estado e planejamento

As ditas “molas propulsoras” elencadas acima integram a base de uma necessidade de qualquer processo histórico que enceta a construção do socialismo: a harmonia entre superestrutura e base econômica. Trata-se de uma questão objetiva, tratada – entre outras formas – de uma teoria e prática que colocam a concorrência interna entre os setores estatal e privado da economia como meio de dinamizar a própria base econômica socialista da economia. Além do reconhecimento da historicidade de determinadas categorias, entre elas o mercado e a lei do valor. No plano externo, idem: os chineses trouxeram a disputa entre os dois sistemas para o campo

do comércio exterior (4).

Consequência dessa “guerra comercial” é encerrada em seu crescente poderio financeiro como a tábua em que se assenta uma planificação do comércio exterior possibilitadora da implementação de uma convivência imediata com o imperialismo que inclui – não espantosamente – o financiamento dos chamados déficits gêmeos do próprio imperialismo. Porém, a grande expressão dessa nova força financeira internacional está na possibilidade de proscrição dos principais órgãos financeiros surgidos no âmbito de Bretton Woods, notadamente o FMI e o Banco Mundial – conforme a política africana e latino-americana da China vem demonstrando nos últimos anos (5).

A grande pré-condição de toda essa alcatéia político-econômica reside no controle estatal sobre os setores estratégicos da economia e principalmente no controle dos instrumentos cruciais do processo de acumulação (crédito, juros, câmbio e sistema financeiro). Combinado a esse controle seletivo está o planejamento, possibilitando à China anteparo ante crises externas, conforme a resposta chinesa à crise asiática de 1997 e perante a atual crise financeira centrada nos EUA: em ambos os casos, os chineses giraram o compasso de seu crescimento em torno de seu mercado interno, combinando alavancamento de imensas obras públicas e financiamento a consumo e produção internos, a partir de uma política de juros altamente atraente ao crédito.

O resultado dessa política calculada está no estelamento mundial com o desempenho econômico chinês. Porém, sabendo que a contradição é o motor do processo e o próprio processo de desenvolvimento é marcado pela sucessiva solução/surgimento de contradições, não podemos nos esquivar ante as grandes contradições surgidas no bojo desse processo, conforme veremos a seguir.

A contradição como o motor do processo

Podemos de imediato relacionar três grandes fontes de limites, que se relacionam, ao processo em andamento na China. Trata-se da relação entre o tamanho de sua população, os recursos existentes em

seu território e o modelo clássico de industrialização extensiva. Desta relação podem ser extraídas as principais contradições surgidas nessa esteira desenvolvimentista: a pressão sobre os recursos naturais, as desigualdades sociais e regionais e a danificação ao meio ambiente.

A população chinesa ainda não atingiu seu pico. O início de sua curva decrescente deverá ocorrer por volta de 2030, quando o país poderá chegar a 1,5 bilhão de habitantes. A sua economia corresponde somente a 1/7 da economia norte-americana e a 1/3 da japonesa, o que a coloca – apesar das duplicações do PIB pós-1978 – entre as economias de baixa renda per capita. Com 1/5 da população mundial, a China conta com somente 5% das terras em condições de plantio no planeta.

No campo de análise da produção industrial e do

caráter extensivo caracterizado por um grande aporte de capital e trabalho, em detrimento da incorporação de novas tecnologias, podemos afirmar que esse tipo de produção é grande fonte de contradições, cuja superação é determinada pela incorporação de novos paradigmas tecnológicos capazes de acelerar a produtividade do trabalho. Não somente isso – conforme o desenvolvimento interno do país vem nos

mostrando também é necessário aprofundar a mudança em curso do modelo. O que significa dizer: fortalecimento da demanda interna e das empresas nacionais e lenta diminuição do fator comércio exterior na composição do PIB que passou de 22% em 1992 para a altíssima taxa de 47% em 2006 (6).

Os impactos ao meio-ambiente de 30 anos de industrialização rápida e ininterrupta também têm sido altos. Por exemplo, 70% das águas subterrâneas do país estão contaminados, principalmente as localizadas no norte do país onde 60 milhões de pessoas seguem com dificuldade para dispor de água potável. Dezesesseis das 20 cidades mais poluídas do mundo localizam-se na China que, por sua vez, ocupa o segundo posto em emissão de dióxido de carbono (apesar de sua emissão per capita ainda ser muito baixa), e o primeiro lugar na emissão de clorofluorobunetos e de dióxido sulfúrico por superfície habitada. Os prejuízos ao país somente em 2005 foram da ordem de US\$ 10 bilhões por conta dos efeitos da chuva ácida (7).

A grande expressão dessa nova força financeira internacional está na possibilidade de proscrição dos principais órgãos financeiros surgidos no âmbito de Bretton Woods, notadamente o FMI e o Banco Mundial

Em que pese a grande façanha da inclusão na China, a grande verdade é que o ritmo do nível das desigualdades aumentou substancialmente. Além disso, apesar da pobreza rural ter diminuído, a pobreza urbana aumentou, pois entre 1999 e 2003 a pobreza urbana passou de 11 milhões, ou 2,5% da população, para 23 milhões, ou 4% da população urbana. Voltando à questão do aumento das desigualdades, se tomarmos o quociente 20/20 (parte da renda nacional dos 20% mais ricos e 20% mais pobres) perceberemos que o mesmo aumentou de 6,5 em 1990 para 10,6 em 2001. Este dado se confirma se partirmos das bases de cálculo do índice de Gini (10/10): entre 1999 e 2001 os 10% mais ricos passaram a deter de 24,6% para 33,1% da renda nacional (8).

É imperioso demonstrar também a pressão sobre os recursos naturais originados desse tipo de organização industrial: atualmente a China necessita de 832 toneladas de petróleo para produzir US\$ 1 milhão em riquezas, isto é, quatro vezes mais que os EUA (209 ton.), seis vezes mais que a Alemanha (138 ton.) e sete vezes mais que o Japão (118,8 ton.) (9).

À luz da estratégia

À luz da estratégia chinesa remodelada em 1978, e observando atentamente o atual curso de contradições em marcha no país, podemos expor que trinta anos após a inauguração do projeto de Reforma e Abertura o país encontra-se em um outro patamar, para enfrentar tanto seus desafios externos, quanto – e principalmente – os internos.

Não se trata de mais uma repetição atualizada de conjunturas como a de 1949, em que a necessidade de industrialização rápida e acelerada contava com pífios recursos, nem como a de 1978, quando os requerimentos da modernização, em larga medida, assentavam-se numa grande inflexão externa do regime, dada sua não-autonomia financeira e tecnológica. O que a China e seu projeto têm a favor na atual contenda é o fato de suas soluções estarem ao alcance de uma economia já calcada em bases industriais sólidas, com uma política ativa em ciência e tecnologia e, o principal, nos marcos de uma solidez financeira jamais sonhada pelas antigas gerações.

Essa conjunção de fatores é condição objetiva

ao lançamento de novas e superiores formas de planejamento, como expressão prática e em correspondência aos objetivos e desafios colocados pela conjuntura à atual geração dirigente. Um planejamento de nível superior que signifique a utilização do acúmulo financeiro chinês ao combate às desigualdades sociais e regionais num outro pa-

tamar e que seja capaz de aproveitar a oportunidade dada pela história, que se caracteriza, na atualidade, pela convivência em um mesmo mundo de milhares de cabeças, homens dedicados à ciência; homens esses que em nenhum momento da história foram contemporâneos – tanto nossos, quanto de si mesmos – e que à sua disposição contam, especialmente no centro do

sistema, com recursos materiais inimagináveis e capacidade de dar curso a suas elaborações mediados por um planejamento estatal e privado cada vez mais milimétrico.

Ora, se a prática é o critério primário capaz de auferir a verdade é muito claro que novas abordagens em matéria de planejamento estão altamente inseridas em projetos como os relacionados ao desenvolvimento do oeste, à recente reforma financeira que possibilitou reduzir a “zero” os impostos sobre os camponeses (tendo como resultado a colheita recorde de grãos de 501 milhões de toneladas em 2007), o “plano quinquenal” voltado ao meio-ambiente com previsões de gastos da ordem de US\$ 150 bilhões entre 2007 e 2011 (10). Tais abordagens planificadoras podem ser registradas, inclusive, no atual aproveitamento da oportunidade aberta pela crise financeira dos EUA para a compra, por parte de chineses, de ativos bancários tanto norte-americanos, quanto europeus.

No plano da política isto se expressa em novas idéias-força, entre elas o objetivo de construção de uma “sociedade socialista harmoniosa” e a transformação do “conceito científico de desenvolvimento” em política de Estado.

Enfim, se podemos falar de um legado que se clarifica no passar dos últimos 30 anos, pode-se registrar que, como uma civilização milenar, os chineses puderam tanto modelar seu próprio projeto revolucionário quanto adaptar os tentos da Revolução Industrial inglesa com as próprias formas rurais de industrialização, dando cores novas ao desenvolvi-

Trinta anos após a inauguração do projeto de Reforma e Abertura o país encontra-se em um outro patamar, para enfrentar tanto seus desafios externos, quanto – e principalmente – os internos

mentismo de tipo asiático e gerando, conforme M. Castells, um “Estado Revolucionário e Desenvolvimentista”.

Prova dessa fusão – entre o Estado Revolucionário fundado em 1949 e o Estado Desenvolvimentista internalizado em 1978 – é encerrada na própria capacidade chinesa de enfrentar seus verdadeiros

problemas internos e externo, conforme a história recente registra e nos presenteia.

Elias Jabbour é geógrafo, doutorando em Geografia Humana pela FFLCH-USP, pesquisador da Fundação Maurício Grabois e membro do Conselho Editorial de Princípios

Notas:

- (1) XIAOPING, Deng. “To Uphold Socialism We Must Eliminate Poverty”. In, XIAOPING, Deng: *Selected Works*. Foreign Languages Press, Beijing. 1994. Vol. 3, p. 221-223.
- (2) Trata-se da modernização da Agricultura, Indústria, Forças Armadas e dos setores relacionados à Ciência e Tecnologia. Esta idéia surge elaborada inicialmente pelo outrora primeiro-ministro Zhou Enlai em 1964.
- (3) Poucos se dão conta de alguns fatos: o primeiro relacionado aos investimentos de chineses não-residentes na China que chegaram no ano de 2007, segundo o China Statistical Yearbook, a 68,7%, o segundo: a relação inicial entre a implementação das chamadas Zonas Econômicas Especiais, sendo que as quatro primeiras instaladas em 1982 situam-se em cidades geograficamente voltadas ao sudeste asiático, a Hong-Kong e Taiwan criando uma grande zona de convergência econômica entre a China, os chineses ultramarinos e os citados territórios. Terceiro: o processo em andamento de transformação da Ásia em novo centro dinâmico da economia mundial concomitante com a viabilização nas próximas décadas da unificação econômica do território chinês, a partir de transferência de capital e tecnologia de seu litoral ao interior. Por fim, e de cunho mais teórico, o da chamada “via dos produtores” trabalhada por Marx à transição feudalismo-capitalismo que consiste na transformação de camponeses ligados à pequena produção mercantil em empresários: na cidade sulina de Shenzhen, 90% dos empresários haviam sido camponeses médios em 1978. Lênin, ainda em 1893, chama a atenção para a utilização da poder empreendedor inerente à pequena produção mercantil à construção do socialismo. In, LÊNIN, V. “On The So-Called Market Question”. In, LENIN V., *Collected Works*, 4 th English Edition. Progress Publishers. Moscou. 1972. Vol. 4 pp. 75-175.
- (4) A relação entre o processo de solidificação do socialismo e a concorrência entre os setores socialista e privado da economia pode ser encontrada em *Princípios do Comunismo*, de Engels. Esta relação foi retomada por Lênin em meio à NEP soviética e está em claras palavras em: LÊNIN, V. “We Have Paid Too Much”. In, LENIN V., *Collected Works*, 2th Printing. English Edition. Progress Publishers. Moscou. 1972. Vol. 33 pp. 330-334.
- (5) Se na Idade Média o comércio entre feudos era variável de ínfima consideração, o mesmo não ocorre na contemporaneidade na medida em que o comércio internacional transformou-se em variável de primeira grandeza, o que nos sugere que a investigação que busque sínteses de longo prazo não pode prescindir da variável comércio internacional como o locus síntese de primeira hora das contendas que envolvem as nações.
- (6) Deve-se ter uma visão de conjunto e certa rigidez teórica e metodológica ao analisar o fator “industrialização extensiva” na China, pois a grandeza territorial e populacional do país faz-nos sugerir que – na China – estão em plena convivência as três chamadas “revoluções industriais”, significando que ao lado de formas típicas da 2ª Revolução Industrial (RI) existem ainda grandes parcelas da economia transitando tanto à primeira quanto à segunda e desta à terceira RI (setor espacial, por exemplo).
- (7) JABBOUR, Elias. *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. p. 125.
- (8) BUSTELO, Pablo. “China 2006-2010: hacia una nueva pauta de desarrollo”. In, *Revista Electrónica de la Fundación Real Instituto Elcano*. Madrid. n° 127-2005 - 26.10.2005.
- (9) BEI Jin: “From Concept to Implementation: a Scientific Concept of Development”, *Times*, 24/01/2007. Disponível em: <http://www.safea.gov.cn/english/content.php?id=12742807>.
- (10) “China plan to protect environment”. BBC News, 18/07/2006. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia_pacific/5192376.htm

Os caminhos da Revolução Chinesa

AUGUSTO BUONICORE

A Revolução Chinesa foi vitoriosa porque não se prendeu a fórmulas “universais”. Ela trilhou seus próprios caminhos. Para dar respostas a problemas novos, Mao Tse-tung elaborou a estratégia da Guerra Popular prolongada e da Nova Democracia. Essas elaborações ajudaram o povo chinês a vencer seus dilemas. Outras teses, como reconhecem os próprios chineses, não tiveram tanta sorte. Mas com os erros também se aprende



Folhetins com a face de Mao Tsetung são populares nas grandes cidades chinesas

A incapacidade da dinastia Manchú de garantir a integridade territorial da China, levou a bandeira nacional a se articular com a republicana e democrática e, em 1911, à proclamação da República pelo líder nacionalista Sun Yat-sen, que foi seu primeiro presidente, à frente do Guomindang (Partido Nacionalista da China; na forma antiga transcrito como Kuomitang), um partido de frente-única nacionalista.

Após a I Guerra Mundial as potências imperialistas tentaram reforçar as humilhações impostas aos chineses. Os territórios roubados pelos alemães passaram para o Japão, como recompensa por ter apoiado a aliança entre Inglaterra, França e Estados Unidos. Mas já em 4 de maio de 1919 realizaram-se vigorosos

movimentos de protesto, contra esta imposição.

Já a Rússia soviética, por sua vez, abriu mão de todas suas “conquistas” czaristas na China, e enviou assessores para auxiliar na luta contra a reação interna e as potências imperialistas.

O Partido Comunista da China foi fundado em julho de 1921 e, dois anos depois, por influência da Internacional Comunista, a revolução chinesa foi definida como nacional-democrática, sendo aprovada uma aliança estratégica dos comunistas com o Guomindang. Nacionalistas e comunistas reconheciam que “a China ainda não estava madura para o socialismo, mas para a realização de sua unidade e independência nacionais”.

Nestes primeiros anos, Mao Tse-tung dirigia o Partido na província de Hunan, situação que lhe per-

mitiu entender melhor o papel das massas camponesas na revolução. Por isso, passou a ser visto com desconfiança pela direção partidária, e pela própria Internacional Comunista, que tendiam a colocar os camponeses em segundo plano.

Com a morte de Sun Yat-sen em 1925, Chiang Kai-shek assumiu a direção do Guomindang. Teve início uma fase de direitização da organização. Apesar disso, o novo dirigente foi nomeado “presidente de honra” da Internacional, numa tentativa de neutralizá-lo e trazê-lo para o lado soviético. A decisão, entretanto, não conseguiu arrefecer o anti-comunismo da direção burguesa do Guomindang.

Graças às sublevações populares, o exército nacionalista de Chiang conseguiu grandes vitórias. Temendo que a revolta popular levasse a uma revolução, a burguesia compradora e os latifundiários uniram-se sob a direção de Chiang, que não os decepcionou. Quando entrou triunfante em Xangai, em 1927, suas primeiras medidas foram desarmar as milícias operárias e iniciar uma dura repressão contra os comunistas. Milhares de pessoas foram assassinadas.

Em resposta, os comunistas organizaram um levante armado em Cantão (Guangzhou, na transcrição atual). Em várias cidades ocorreram insurreições operárias precipitadas, sob inspiração da Internacional Comunista. Todas foram derrotadas. A estrutura urbana do PC chinês desmantelou-se, e os comunistas foram obrigados a se retirar para o campo.

Devemos dizer que a opção pela guerra popular de base camponesa, em certo sentido, foi fruto da tática esquerdista de insurreições urbanas. Esquerdista pois não havia correlação de forças para que tais movimentos pudessem ser vitoriosos naquele momento. A derrota enfraqueceu a classe operária, que vinha crescendo em sua consciência e combatividade.

No interior do país os comunistas criaram áreas libertadas. Em novembro de 1931 elas foram unificadas e proclamou-se a República Popular da China, cujo primeiro ato foi declarar guerra ao Japão, que havia invadido a Manchúria, onde instalou um governo fantoche.

Chiang, por sua vez, colocava em segundo plano a luta contra os invasores japoneses, concentrando suas ações no combate aos comunistas, contra os quais lançou um gigantesco exército.

Naquela época, os conflitos de Mao com a dire-

ção do partido cresceram e, em 1934, ele chegou a ser afastado do governo soviético. Os dirigentes chineses ligados a Moscou, que haviam sido os principais idealizadores dos levantes urbanos da década de 1920, defendiam o confronto direto entre exércitos numa guerra convencional.

A derrota dessas estratégias fortaleceu Mao que, no ano seguinte, assumiu o posto de principal dirigente do Partido, e suas teses sobre o papel revolucionário dos camponeses e da guerra popular prolongada começaram a ser amplamente aceitas.

Não tendo como resistir a uma força militar tão superior, os comunistas organizaram uma retirada estratégica. Era o início da Grande Marcha, que durou de outubro de 1934 a outubro de 1935, percorrendo dez mil quilômetros pelo interior do país. A marcha partiu das províncias de Hunan e Kiangsi com cerca de 100 mil homens e chegou ao final, em Yenan, com apenas 10 mil.

Novamente, Mao propôs a criação de uma frente única para libertar a China, idéia que teve grande receptividade entre o povo. Enquanto isso, os problemas no lado inimigo cresciam e, em dezembro de 1936, Chiang chegou a ser preso pelos seus subordinados, que não aceitavam mais sua inação diante dos invasores japoneses.

Enquanto ainda se discutia a formação da Frente Única, o Japão avançou sobre novos territórios chineses. A II Guerra Mundial e o ingresso da URSS, ocorrido em

1941, fizeram com que o “problema chinês” adquirisse maior importância. Para lutar contra o Japão, aliado de Hitler e de Mussolini, os comunistas formaram o 4^a e 8^o Exércitos e, desta vez, não foi exigida a fusão e subordinação das tropas do PCCh ao Guomindang.

Os comunistas realizaram importantes reformas nas regiões libertadas, entre elas a reforma agrária, conquistando a adesão de milhares de camponeses. Embora eles tenham sustentado o maior peso da resistência contra o Japão, os aliados – com os EUA à frente – continuaram priorizando o apoio militar ao Guomindang.

Em 1946 os Estados Unidos – e os soviéticos – propuseram a formação de um governo chinês de União Nacional, para a reconstrução do país, mas sob condições inaceitáveis: as milícias populares deveriam se desarmar e os exércitos sob o comando comunista deviam se subordinar a Chiang.

Traídoiramente, o Guomindang realizou uma



grande ofensiva militar contra os comunistas que, para resistir, formaram o Exército Popular de Libertação (EPL). E, no rastro do avanço desse exército, foi feita uma profunda revolução agrária. Assentado nos camponeses pobres, o EPL se tornou uma força invencível, que foi ocupando uma atrás da outra as províncias e cidades do país, até que, em 1º de outubro de 1949, Mao proclamou a República Popular da China.

A camarilha de Chiang Kai-shek fugiu ante este avanço, refugiando-se na ilha de Taiwan onde, protegida por uma frota norte-americana, continuou sendo reconhecida pelas potências imperialistas como o autêntico governo chinês.

A necessidade de enfrentar a contra-revolução interna e o cerco imposto pelas potências ocidentais levaram Mao a aumentar os laços econômicos e políticos com a URSS e a radicalizar o processo transformador. Uma revolução que se pretendia nacional-democrática se transformou rapidamente numa revolução democrático-popular rumo ao socialismo.

Em dezembro de 1952 foi estabelecido o primeiro plano quinquenal. A prioridade, a exemplo soviético, era a indústria pesada. A agricultura foi coletivizada. Escrevendo sobre esta experiência inicial Mao afirmou: “Naqueles dias a situação era tal que, uma vez que não tínhamos experiência de construção econômica, não tínhamos alternativas a não ser copiar a União Soviética (...) Naquela época foi absolutamente necessário agir assim, mas isso também foi uma fraqueza”.

Para acelerar ainda mais este processo, em 1957 foi lançado o “Grande Salto à Frente”, que fortaleceu as comunas populares no campo, nas quais passou a ser realizada parte da produção industrial. Também foi realizada uma mobilização de estudantes e funcionários para o trabalho no campo, para aumentar a produção agrícola. Foi um esforço “voluntarista” com resultados decepcionantes e, a partir de 1960, esta política começou a ser repensada e alterada.

A crise econômica chinesa coincidiu com a divisão do movimento comunista internacional, precipitada pela guinada reformista adotada pelo Partido Comunista da União Soviética após seu XX Congresso, em 1956. Em 1960, a URSS retirou seus técnicos da China, causando um grande prejuízo a uma economia já debilitada. Esta foi a maneira encontrada pelos soviéticos para tentar subordinar o PCCh às novas diretrizes políticas emanadas de Moscou: a coexistência e a competição pacífica com o imperialismo. O tiro saiu pela culatra. Reforçou-se o nacionalismo chinês e sua animosidade contra os russos.

Paralelamente, no interior do PCCh começaram a ocorrer disputas entre vários projetos, caracterizadas como um conflito entre esquerda, representada

por Mao, e a direita, liderada por Liu Shao-chi. No confronto – apoiado no Exército Popular de Libertação – Mao buscou mobilizar as massas urbanas, especialmente os estudantes. Era o início da chamada Grande Revolução Cultural Proletária, lançada em 1967. Surgiram os guardas vermelhos que, por sua vez, se dividiam em tendências opostas, embora todas se reivindicassem fiéis seguidoras do “pensamento de Mao Tse-Tung”.

Em pouco tempo o movimento saiu do controle. Liu Shao-chi foi humilhado e depois preso. Deng Xiaoping foi afastado de seus cargos na direção e depois colocado numa espécie de exílio em seu próprio país. A estrutura do Partido quase se dissolveu.

Devemos dizer que os erros cometidos nestes anos não impediram a China de crescer, embora a níveis inferiores do que poderia ter sido. O país se industrializou e houve uma sensível melhora nas condições de vida do povo, especialmente quando comparado aos países capitalistas vizinhos.

Mao Tse-tung, fortalecido, buscou colocar um fim aos abusos cometidos na Revolução Cultural. Pouco a pouco, aquele movimento recuou, sendo restabelecida a proeminência do Partido Comunista, agora sob incontestável direção maoista.

Derrotada a chamada ala direita do Partido, travou-se uma luta contra os esquerdistas, que se encontravam no Grupo Central da Revolução Cultural. Nesta nova fase Deng foi reabilitado, tornando-se vice-presidente. Após a morte de Chou En-lai, em janeiro de 1976, Deng voltou a ser rebaixado, em uma última e brevíssima campanha anti-direitista.

Alguns meses depois, em setembro, Mao também morreu. Sem os dois principais dirigentes, começou uma disputa em torno dos programas de construção do socialismo. Hua Guofeng, considerado um representante do centro, assumiu momentaneamente a direção enquanto Deng, reabilitado, passou ser a principal figura dentro do Partido.

Abriu-se uma luta sem quartel contra os líderes da extrema-esquerda, que passaram a ser denominados “bando dos quatro”. Realizam-se grandes julgamentos nos quais os seus principais expoentes foram condenados a longos períodos de prisão. Criaram-se assim as condições para o lançamento, no final de 1978, da bem sucedida política de “reforma e abertura”; sob a direção de Deng, a China entrou numa nova fase de maior estabilidade política e de crescimento econômico, tendência que não foi interrompida nem mesmo pelos conflitos de inspiração pró-ocidental ocorridos em 1989 na Praça da Paz Celestial, em Pequim.

Augusto Buonicore é historiador e membro da Comissão Editorial de Princípios

Vietnã: *a vitória sobre três imperialismos*

JOSÉ CARLOS RUY



Ho Chi Minh

Ao derrotar o Japão, a França e os EUA os vietnamitas deram a demonstração de que o imperialismo não é invencível

Em três décadas, os vietnamitas venceram três potências imperiais: expulsou o Japão, que ocupou o país durante a Segunda Guerra Mundial; derrotou a França, que tentou recolonizar o país depois de 1945; e, finalmente, venceu os EUA e sua tentativa de manter o país dividido e o sul comandado por uma ditadura militar fiel ao governo de Washington.

Entre o final da Segunda Guerra Mundial e a fuga estadunidense, em 30 de abril de 1975, foram três décadas de guerra, sem contar a resistência anterior contra a ocupação francesa, iniciada em 1884, que impôs ao país um regime colonial “marcado pelo racismo, pela brutalidade, por uma política econômica, social e educacional desesperadamente retrógrada, e pela exploração mais cruel dos trabalhadores e camponeses”, diz o estudioso Richard Morrock.

A resistência contra a ocupação estrangeira se manifestou logo no início do século XX, como registrou o Informe Político ao 9º Congresso do Partido Comunista do Vietnã: “Desde o final do século XIX às primeiras décadas do século XX nosso povo nunca deixou de se insurgir contra o colonialismo”.

Em 1905 um grupo de estudantes e intelectuais organizou o movimento anticolonialista, que promoveu as primeiras lutas antiimperialistas. O movimento cresceu e, na década de 1920, surgiram importantes organizações, como a Liga Revolucionária da Juventude Vietnamita (1925), fundada em 1925 por Ho Chi Minh, e o Partido Nacional do Vietnã (Viet-Nam Quôc Dân Dong, VNQDD, de 1927), indicando a força que o nacionalismo revolucionário adquiria. Em fevereiro de 1930, o VNQDD liderou uma insurreição contra os franceses que, embora derrotada (e seus dirigentes foram presos, assassinados ou exilados), foi um marco na luta pela independência nacional.

No Vietnã, a luta pela independência nacional fez parte, desde cedo, do programa socialista. Em 1930, Ho Chi Minh fundou o Partido Comunista do Vietnã, com forte base entre os trabalhadores. Ele foi herdeiro da Liga Revolucionária da Juventude e, em 1930 e 1931, dirigiu greves e protestos, e grandes manifestações envolvendo milhares de camponeses e trabalhadores rurais. Em alguns lugares, como na província de Nghe-na, foram criados sovietes e tribunais populares. A repressão francesa foi brutal; em 1932, as prisões e os campos de trabalho tinham 32 mil prisioneiros. “Os vietnamitas têm inúmeros mártires desta época”, escreveu o filósofo inglês Bertrand Russel, .

Ho Chi Minh já era um líder nacional reconhecido. Ele fez parte do grupo de patriotas vietnamitas que, na Conferência de Versalhes que reorganizou o mundo depois da Primeira Guerra Mundial, teve a ousadia de exigir dos aliados (e à França, em particular), a autonomia dos povos da Indochina. Foram rechaçados, mas esta atitude teve grande repercussão no Vietnã, fazendo a fama daquele que, nas décadas seguintes, seria o principal dirigente da resistência nacional.

Com a Segunda Guerra Mundial, o quadro começou a mudar aceleradamente. A França, ocupada pelos nazistas em julho 1940, manteve sua autonomia apenas sobre o sul de seu território nacional, sob o governo pró-nazista do marechal Philippe Pétain.

O Japão, aliado de Adolf Hitler, já havia ocupado a Coréia e, depois, a Manchúria, na China. Em 1941, com a queda da França, ocupou também a Indochina, mas manteve a burocracia colonial francesa, encarada como “aliada”.

Para enfrentar a ocupação do país pelo Japão, a

liderança comunista, com Ho Chi Minh, Vo Nguyen Giap e Pham Van Dong à frente, formou em maio de 1941 uma ampla frente patriótica, a Liga da Independência Vietnamita, (Viet-Nam Doc Lap Dong Minh, conhecido como Viet Minh). Ela uniu a resistência popular e dirigiu a luta contra a ocupação japonesa usando, principalmente, a luta guerrilheira. Quando o fim da guerra se aproximava os japoneses, em 9 de março de 1945, afastaram os franceses e assumiram o controle direto da Indochina. Naquele ano a presença do Viet Minh estava consolidada em grandes áreas, principalmente no norte. Assim, no fim da Segunda Guerra, “eles estavam em posição de exigir de fato o poder de Estado”, diz Bertrand Russel. Em 19 de agosto depuseram Bao Dai, o imperador títere dos franceses e japoneses, e formaram o governo nacional, em Hanói, a capital do norte; em 2 de setembro, Ho Chi Minh proclamou a independência.

Não era o final que os colonialistas franceses previram, e eles logo iniciaram ações militares contra a independência; no final de 1945, já tinham 50 mil soldados no país. Contra a resistência vietnamita, que logo se manifestou, os “massacres se tornaram lugar-comum”, escreveu

Bertrand Russel. E, em abril de 1949, os franceses reconduziram Bao Dai ao trono; desde então, a guerra colonialista teve a máscara de defesa do governo “legítimo” do imperador.

Foi uma guerra longa. Em 1953, o Viet Minh controlava 3/4 do norte e 1/3 do sul do país. Aquele foi o ano decisivo, quando o governo de Hanói preparou sua maior ofensiva. No início de 1954, o número de mortos franceses chegava a 92 mil, e o de feridos, a 114 mil. A batalha final ocorreu em Dien Bien Phu, uma importante posição estratégica no norte do país. O cerco, comandado por Vo Nguyen Giap, começou em novembro de 1953. A guarnição francesa caiu em maio de 1954, numa derrota memorável que colocou a potência colonial de joelhos.

Naquele ano, o envolvimento dos EUA na guerra já era grande. Segundo o *The New York Times* (4-6-1954), citado por Bertrand Russel, Washington já era responsável por 78% dos custos da guerra. E, em 1954, durante o cerco a Dien Bien Phu, o secretário de Estado do governo dos EUA, John Forster Dulles, ofereceu a seu colega francês, o chanceler Georges Bidault, armas nucleares para serem usadas naquela batalha.

A vitória em Dien Bien Phu marcou o início de

No Vietnã, a luta pela independência nacional fez parte, desde cedo, do programa socialista

uma nova etapa na guerra. O armistício com a França, assinado em Genebra, Suíça, em julho de 1954, previa a divisão temporária do país, dando o controle do norte ao Viet Minh, governado por Ho Chi Minh e seus companheiros. O sul, abaixo do paralelo 17, seria governado por Bao Dai até a eleição que decidiria sobre a reunificação do país e a formação de um governo nacional, que o acordo de Genebra marcou para 1956.

O povo do Vietnã, entretanto, não aceitava a divisão e tudo indicava que, em 1956, elegeria seu herói nacional Ho Chi Minh para governar o país e dirigir sua reunificação. Antecipando-se à derrota, o primeiro-ministro nomeado por Bao Dai, o direitista Ngô Dinh Diem, deu um golpe. Ele convocou um plebiscito para outubro de 1955, que acabou com a monarquia e o elegeu presidente da República. Em seguida, Diem declarou o sul independente e cancelou a eleição marcada para 1956. O apoio de Washington foi imediato, justificado por uma declaração de 1954 do presidente dos EUA, o general Dwight David Eisenhower, e que lançou a chamada teoria do dominó: “Se você colocar uma série de peças de dominó em fila e empurrar a primeira, logo todas acabarão caindo, até a última... Se permitirmos que os comunistas conquistem o Vietnã corremos o risco de se provocar uma reação em cadeia e todo os estados da Ásia Oriental tornar-se-ão comunistas, um após o outro”.

Diem foi um títere feroz dos EUA, apoiado por “conselheiros” militares estadunidenses, cuja presença vinha crescendo. Para lutar contra a ditadura, comunistas e nacionalistas criaram, em dezembro de 1960, a Frente de Libertação Nacional (à qual os estadunidenses estenderam o apelido de viet cong), que iniciou a luta armada contra o governo sul-vietnamita. Tentando isolar os comba-



A garota Phan Thi Kim Phúc, que tinha 9 anos quando foi atingida pelo napalm com o qual seu povoado foi bombardeado, em junho 1972

tentes da FLN de sua base camponesa, o regime de Diem começou a esvaziar os povoados rurais suspeitos de colaborar com a guerrilha, alojando a população em “povoados estratégicos” que eram verdadeiros campos de concentração. Estabeleceu-se o reinado do terror onde a polícia secreta logo chegou a centenas de milhares de agentes. “Seus processos eram incrivelmente cruéis”, diz Bertrand Russel. Até 1963 o regime já havia assassinado 163 mil pessoas; outras 700 mil foram torturadas e mutiladas; havia 400 mil presos; 31 mil pessoas foram violentadas; três mil foram estripadas tendo o fígado arrancado enquanto ainda viviam; quatro mil foram queimadas vivas. E o auge da guerra ainda estava longe...

A escalada estadunidense na guerra foi exponencial. Suas tropas no país passaram de 900 em 1960 para 11 mil em 1962, 50 mil em 1963, 180 mil em 1965, até o auge de 540 mil em 1969. Mas a determinação da resistência vietnamita ficou clara em 1968. Em janeiro daquele ano, a ofensiva do Tet atacou 36 cidades e chegou a ocupar a embaixada dos

EUA em Saigon (atual Ho Chi Minh). O ataque arrasador foi contido, mas a vitória política foi inegável, demonstrando ao mundo a disposição de expulsar os invasores e reunificar o país. O impacto sobre o governo dos EUA, e também sobre a opinião pública, foi forte: a guerra era cada vez mais impopular, e os políticos de Washington tiveram de admitir que seu fim estava longe, e que o melhor que alcançariam seria uma “saída honrosa” de um conflito em cujo horizonte estava o espectro da derrota da maior potência financeira e militar do planeta.

A crônica da guerra, a partir de então, foi um rosário crescente de



Em fevereiro de 1968, o coronel, Nguyen Ngoc Loam, chefe da polícia do governo do Vietnã do Sul, assassina em praça pública, com um tiro a queima roupa o capitão Nguyen Van Lém, que havia sido preso

barbáries cometidas pelas tropas de ocupação (como o massacre de My Lai, uma aldeia onde soldados dos EUA estupraram mulheres e mataram pelo menos 102 camponeses, denunciado em 1970). As tentativas diplomáticas de negociar uma paz que envolvia a busca da saída honrosa ansiada por Washington, as pretensões do governo sul-vietnamita, e a chantagem da militar dos EUA, cujos ataques (principalmente aéreos) cresciam nos intervalos dos períodos de negociação. Um exemplo foi o bombardeamento aéreo de Hanói e Haiphong, entre 18 e 30 de dezembro de 1972, considerado o mais devastador da história. Ao mesmo tempo, a ação dos aviões militares se generalizou pela península indochinesa, atingindo o Camboja e o Laos.

Paradoxalmente – e demonstrando, mais uma vez, que a guerra é um acontecimento político, e não tecnológico ou financeiro – essa inútil demonstração de força ocorria no período em que se acentuou o declínio da ocupação e do governo pró-EUA no sul. Em janeiro de 1973, o governo dos EUA decidiu vietnamizar a guerra e começar a retirada de suas tropas, supondo que, dando armas e dinheiro, poderia transferir as operações para o exército títere do sul. Não deu certo, e o fim se aproximava rapidamente. A ofensiva, guerrilheira e através de tropas regulares, dos vietnamitas cresceu em 1974, desarticulando as desmoralizadas forças militares do sul e, no final, seu próprio governo ilegítimo. Daí até a vitória final, em 30 de abril de 1975, foi um passo.

Aquela foi uma guerra sórdida. Matou 1,5 milhão de vietnamitas (do norte e do sul), e 3 milhões de feridos – quase 4% de mortos e 8% de feridos numa população de 39 milhões. O EUA tiveram cerca de 47 mil mortes, 313 mil feridos, e gastaram no mínimo 600 bilhões de dólares.

O Vietnã foi o país mais bombardeado nas guerras do século XX. Os aviões dos EUA jogaram sobre seu território 45 milhões de toneladas de bombas, mais do que caiu na Alemanha em toda a Segunda Guerra Mundial. A criminosa guerra química teve larga aplicação, com o uso desde bombas de napalm até desfolhantes químicos de vários tipos – o principal deles foi o desfolhante chamado agente laranja – despejados sobre florestas e também sobre plantações, envenenando a terra, rios e lagos.

Bertrand Russel citou o relato de um médico vie-

tnamita que, na época, visitou várias aldeias que sofreram esses ataques. “Geralmente”, disse ele, “são empregados em forma de pó, ou lançados de forma líquida, sobre vastas extensões, por aeroplano”. Eles “envenenam a água, os alimentos, a vegetação, e toda vida animal e humana. O envenenamento da água e da vegetação amplia a ação das substâncias para áreas ainda maiores. Substâncias tóxicas são também misturadas ao arroz [e também ao açúcar – NR], que é a seguir vendido ou distribuído entre o povo. Encontrei isso nas províncias de Kon Tum e Gia Lai, em 1965”. Muitos vietnamitas morreram, entre grandes sofrimentos. “Examinei onze crianças

que estavam seriamente doentes por terem nadado em um riacho que fora envenenado. Três delas ficaram cegas”.

O livro de Bertrand Russel, escrito no calor dos acontecimentos, é um relato de barbáries e heroísmo. É uma homenagem aos que lutavam. “O povo do Vietnã é heróico e sua luta é épica: é um comvente e permanente exemplo do

inacreditável ânimo de que os homens são possuídos quando lutam por um ideal nobre. Saudemos o povo do Vietnã”, escreveu ele. Este mesmo ânimo está na base do esforço de reconstrução e desenvolvimento do país, que marca o período de paz iniciado depois da derrota dos três imperialismos.

José Carlos Ruy é jornalista e membro da comissão Editorial de Princípios e editor do jornal “A Classe Operária”

A ofensiva, guerrilheira e através de tropas regulares, dos vietnamitas cresceu em 1974, desarticulando as desmoralizadas forças militares do sul e, no final, seu próprio governo ilegítimo

Referências

- Hobsbawn, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- Le Thanh Khoi. “Algumas características dos movimentos nacionais no Sudeste Asiático”. In Santiago, Theo. *Descolonização*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1977.
- Morrock, Richard. “Revolução e intervenção no Vietname”. In Horowitz, David. *Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- Partido Comunista do Vietnã. IX Congrès National – documents. Hanoi, Editions Thé Giói, 2001.
- Russel, Bertrand. *Crimes de guerra no Vietnã*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.



Vinte anos de renovação e a perspectiva no Vietnã

NGUYEN THAC DINH

Em 1986 o 6º Congresso do Partido Comunista do Vietnã (PCV) aprovou a diretriz denominada Renovação Política com o objetivo de encontrar soluções aos entraves que impediam o avanço da construção da nova sociedade. Depois de mais de vinte anos, a economia de mercado sob a orientação socialista, segundo o PCV, descortinou uma trajetória efetiva de desenvolvimento que impulsiona a transição para o socialismo

O 6º Congresso do Partido Comunista do Vietnã (PCV), realizado em 1986, aprovou a Renovação Política (chamada Doi Moi no Vietnã) cujo principal objetivo é a transformação da economia vietnamita de uma centralização burocrática e mecanismos de subsídios estatais em uma economia de múltiplos setores de commodities operando de acordo com as regras do mercado, sob regulamentações com a orientação socialista do Estado do Vietnã. Em suma, é a construção de uma economia de mercado com orientação socialista no Vietnã.

A consciência socialista e a trajetória para o socialismo no Vietnã foram confirmadas pelo Partido Comunista do Vietnã em 1991 com a Plataforma sobre a construção nacional na transição para o socialismo com seis características fundamentais. Essa Plataforma foi reafirmada no 10º Congresso do Partido em 2006, quando passou a apresentar oito características fundamentais:

- *Uma sociedade caracterizada por um povo próspero e um país forte, democrático e civilizado.*
- *O povo é o verdadeiro dono do país.*
- *Uma economia desenvolvida e compatível com as relações de produção, baseada nas forças produtivas.*
- *Uma cultura avançada inspirada nas características nacionais.*
- *Um povo livre da opressão e da injustiça, vivendo com prosperidade, liberdade, felicidade e condições propícias para um desenvolvimento inclusivo.*
- *As nacionalidades na comunidade vietnamita devem ser igualitárias, unidas e solidárias entre si, visando ao progresso comum.*
- *Um Estado Legal socialista do povo, para o povo e pelo povo, sob a liderança do Partido Comunista.*
- *Relações de amizade e cooperação com os povos de outros países no mundo.*

A decisão por uma economia de mercado com orien-

tação socialista no Vietnã não é uma associação subjetiva e arbitrária entre a economia de mercado e o socialismo. Pelo contrário, é o resultado da compreensão e a utilização de um movimento objetivo da economia de mercado na era corrente. Trata-se também da adoção de realizações seletivas das diferentes civilizações na humanidade, com o propósito de promover fatores positivos da economia de mercado nas forças produtivas, a socialização do trabalho, o desenvolvimento de técnicas e tecnologias e a otimização das condições de vida

do povo etc., convivendo simultaneamente com os elementos negativos existentes na economia de mercado.

A realidade desses vinte anos de renovação e desenvolvimento econômico, de acordo com a economia de mercado com orientação socialista no Vietnã, provou que esta é uma trajetória efetiva de desenvolvimento da economia em transição para o socialismo. É também um processo de renovação do pensamento

teórico, especialmente do ponto de vista econômico, fundamentado no acompanhamento rigoroso de regras objetivas e na observação oportuna da vida real no Vietnã. A orientação socialista no Vietnã visa a manter a independência nacional e o socialismo que se reflete em todos os aspectos da vida social. Não é apenas o objetivo e a aspiração política natural do povo vietnamita, mas também os seus anseios econômicos, culturais e políticos.

O 10º Congresso do Partido Comunista do Vietnã esclareceu novos conteúdos fundamentais da orientação socialista no desenvolvimento da economia de mercado no Vietnã, divididos em quatro critérios a seguir.

Primeiro, o objetivo da economia de mercado com orientação socialista é criar as condições para que tenhamos um povo próspero, um país forte, uma sociedade igualitária, democrática e civilizada. Tais conquistas irão contribuir para liberar e desenvolver as forças produtivas, melhorar as condições de vida do povo, reduzir a pobreza, favorecer o enriquecimento lícito da população e ajudar os pobres a viverem melhor.

Segundo, quanto às diretrizes para o desenvolvimento: construir uma economia de múltiplos setores e de propriedades, na qual o Estado desempenhe um papel de direção. Uma economia estatal e cooperativa concorrerá para o desenvolvimento de uma base econômica nacional sólida.

Com o país em crescimento econômico, com o povo tendo participação mais ativa na vida política, abre-se a possibilidade da realização de gestões democráticas e desenvolvimentistas nos municípios

Terceiro, sobre as diretrizes sociais e de distribuição: praticar o progresso social e a igualdade em cada política de desenvolvimento adotada e medida tomada. Emparelhar o crescimento econômico com o desenvolvimento social, cultural, educacional etc., e tratar adequadamente as questões sociais de maneira a favorecer o crescimento dos recursos humanos. Trabalhar para a distribuição de renda, da eficiência econômica e do capital gerado, transformando-os em bem-estar social.

Quarto, abrange-se o gerenciamento: dar a maior importância ao poder popular e, ao mesmo tempo, garantir o papel do gerenciamento econômico e a regulamentação do Estado socialista sob a liderança do Partido Comunista do Vietnã.

Realizações em 20 anos de Renovação (1986-2006):

Após esses 20 anos de renovação, o Vietnã verdadeiramente registrou significativas realizações, como seguem:

1 Retirada do país da crise econômica, alcançando alto crescimento econômico e melhorando a infraestrutura, com a criação de premissas para um novo período de desenvolvimento

O sucesso do plano quinquenal 1986-1990 abrangeu a recuperação da produção, a transição de um estilo de gerenciamento econômico antigo para um novo e a renovação inicial na vida sócio-econômica. A taxa média anual do PIB nesse período foi de 4,4%.

Nos cinco anos subsequentes (1991-1995), a economia ultrapassou o atraso, o declínio e alcançou índices crescentes, altos e abrangentes, excedendo a maioria das metas planejadas. A taxa média anual do PIB no quinquênio foi de 8,2%.

O período 1996-2000 foi considerado como um importante estágio para maior aceleração do processo nacional de industrialização e a modernização. A nação, como um todo, foi bem sucedida na superação dos desafios e na manutenção de uma taxa de crescimento de 7% ao ano, indo contra a crise econômico-financeira que atingiu a região e os danos provocados por calamidades naturais, que causaram extremas dificuldades econômicas.

No quinquênio 2001-2005 a economia apresentou índices de crescimento continuamente mais elevados. A média de crescimento anual do PIB foi de 7,5%, de acordo com o planejamento anual; 3,8% na agricultura; 10,2% na indústria e construção; e 7% em serviços. O valor total do PIB em 2005 foi de 838 trilhões em VND * (equivalentes a 50 bilhões de dólares americanos), duas vezes o valor atingido

em 1995. O PIB per capita, de aproximadamente 10 milhões de VND (ou US\$ 640).

2 Criação de bases para o desenvolvimento sócio-econômico no processo nacional de industrialização e modernização

Do ponto de vista financeiro, houve um aperfeiçoamento no equilíbrio de poupança-dispêndio. Registrou-se um decréscimo progressivo nas despesas e o aumento da poupança possibilitou o desenvolvimento do investimento, de modo a alcançar a meta de otimização dos padrões de vida da população e implementar a industrialização.

Foram feitos progressos na melhoria da infraestrutura nacional incluindo transportes, sistemas energéticos, telecomunicações e redes de irrigação, de maneira a contribuir com o impulso ao crescimento econômico e aumento dos padrões de vida do povo.

A educação regular e especializada, a ciência e tecnologia registraram progressos consideráveis. A meta da universalização da educação elementar foi alcançada em todo o território nacional e a educação secundária atingiu totalmente 31 províncias e cidades.

O mecanismo de uma economia de mercado com orientação socialista vem sendo construído progressivamente; em relação à estrutura legal, política e à facilidade de gerenciamento econômico estão sendo implantadas reformas apropriadas.

3 A mudança econômica estrutural foi intensificada para explorar o potencial de todas as regiões e setores econômicos de industrialização e modernização do país

A reestruturação econômica foi dirigida para a industrialização e a modernização do país, auxiliando no aumento da eficácia e da qualidade do crescimento.

Crescimento em proporção ao PIB	1990	1995	2000	2005
Agricultura, silvicultura e Pesca	38,1	27,2	24,5	20,89
Indústria e construção	22,7	28,8	36,7	41,04
Serviços	38,6	44,0	38,8	38,07

Houve uma mudança na estrutura dos setores econômicos e, graças às reformas e aos rearranjos na economia estatal, as empresas beneficiadas operaram mais efetivamente.

4 As relações econômicas foram impulsionadas, auxiliando a aceleração do processo de integração com a economia regional e internacional.

As exportações apresentaram um célere aumento com uma taxa média de crescimento anual de 17,8% no período de 1991-95; 21% em 1996-2000; e 17,5% em 2001-2005. Em 2005 o Vietnã foi o segundo

maior exportador mundial de arroz, café e castanha de caju e o primeiro de pimenta.

Com respeito à atração de investimentos estrangeiros, no período de 1996-2000, o valor total de novos projetos aprovados e adicionados ao índice de Investimento Direto do Exterior (IDE) atingiu a cifra de US\$ 24,6 bilhões, com um aumento de 30% em comparação ao período prévio de oito anos. No período de 2000-2005, em meio a uma competição feroz no mercado de capitais, o país atraiu um valor total de US\$ 20 bilhões para novos projetos de exportação e adicionou ao IDE um valor implementado de US\$ 14,3 bilhões, devido principalmente à promoção contínua de investimento em políticas ambientalistas, excedendo assim a meta estabelecida.

5 Consideráveis realizações no tratamento das questões sociais e eliminação da fome e redução da pobreza.

Desde 1998 a redução da pobreza foi tratada em termos legais por meio do Programa Meta Nacional. Subsequentemente, ao final do ano de 2005, a incidência de domicílios pobres de acordo com a linha nacional de pobreza, caiu; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) melhorou continuamente; a expectativa média de vida foi de 71,3 anos e a incidência de desnutrição infantil foi reduzida. Sessenta e dois por cento da população rural têm acesso à água tratada, excedendo a meta estabelecida.

Segundo mostram avaliações de padrões de vida do povo vietnamita, no decorrer dos últimos 13 anos (1993-2006) o Vietnã reduziu o índice de pobreza de 42% da sua população, o que equivale a 35 milhões de habitantes. O índice de desenvolvimento humano no Vietnã melhorou e o país ganhou quatro posições, passando de 109º para 105º lugar entre 177 países.

Dificuldades e deficiências que deverão ser sanadas no futuro próximo

A parte das conquistas acima mencionadas há ainda deficiências que deverão ser sanadas no futuro próximo e que se encontram explicitadas a seguir.

- A economia vietnamita continua com um PIB per capita baixo. A produtividade, a qualidade, a efetividade e a competitividade econômica de cada setor, cada empresa e cada produto ainda continuam baixas. Comparadas com outros países da região, a escala econômica do Vietnã e a renda per capita são baixas. De acordo com o relatório do Banco Mundial, a Tailândia tem um PIB de US\$ 193,7 bilhões e o valor per capita deste mesmo índice de US\$ 2.990. Esses números correspondentes na Malásia apontam para

US\$ 141,4 bilhões e US\$ 5.490; nas Filipinas o PIB é de 20,2 bilhões e o PIB per capita atinge US\$ 1.420; e a Indonésia apresenta valores de US\$ 315 bilhões e US\$ 1.420 respectivamente. O Vietnã com um PIB per capita de US\$ 905 continua no grupo dos países com menores taxas de renda por habitante.

- Além disso, de acordo com relatórios do Banco Mundial, o investimento do Vietnã em meio-ambiente, embora tenha aumentado, ainda se encontra entre os menores patamares em comparação a outros países da região, incluindo Cingapura. Os melhores colocados nessa categoria são: Tailândia que ocupa o 15º lugar e Malásia na 24ª posição. O Vietnã está em 91º lugar entre 178 países e territórios. A classificação do Vietnã é baixa nos tópicos referentes ao procedimento de pagamento de taxas (128º), à dissolução de empresas (128º), à proteção ao investidor (165º).

- Em 2007, o Vietnã teve um déficit comercial de US\$ 12,5 bilhões, igual a um quarto do total das exportações, o que representa o maior déficit nos últimos anos, uma consequência direta do aumento da importação de máquinas e equipamentos para atender às demandas do desenvolvimento e dos investimentos no país, da redução nas taxas de importações e da elevação dos preços no mercado mundial. Entretanto, deve-se admitir que apesar do superávit na balança comercial que o país registra em transações com alguns mercados comerciais, há outros em que o país relata déficits, dos quais a China é um exemplo, onde o Vietnã sofre um déficit na balança comercial de US\$ 7,5 bilhões, igual a 60% do déficit total do país.

- Adicionalmente, o índice de preço ao consumidor registrado no país aumentou notadamente, em parte devido a políticas monetárias inadequadas, ao mercado comercial frágil e em decorrência do efeito dos preços praticados no mercado global.

- O dispêndio do Estado com investimento de capital foi reduzido em comparação a 2006, especialmente no que se refere ao capital mobilizado pelos bônus governamentais e capital de crédito estatal. O gerenciamento e a supervisão da construção civil ainda registraram resultados modestos. Algumas grandes obras já alcançam os requisitos necessários em nível de projeto e tecnologia, o que acarreta altos investimentos do capital do Estado. A corrupção, a burocracia e procedimentos administrativos complicados estão sendo combatidos.

- Mesmo considerando o aumento do padrão médio de vida do cidadão vietnamita, o cotidiano da população que vive nas áreas montanhosas longínquas, e frequentemente afetadas por desastres naturais, continua muito difícil.

- A poluição ambiental – englobando o ar, a água, os resíduos industriais, o lixo urbano e hospitalar –



Após vinte anos de renovação o Vietnã alcançou importantes metas sociais e otimizou os padrões de vida da população

foi acentuada, tornando-se uma questão ainda mais preocupante, e a adoção de um conjunto de medidas apropriadas ainda não é suficiente para resolver o problema.

Plano de Desenvolvimento Nacional para o período de 2006-2010:

1) Objetivos e orientações gerais

Esforços para fortalecer o crescimento econômico, movimentações no sentido de aumentar a qualidade e a sustentabilidade do crescimento para rapidamente retirar o país da posição de nação sub-desenvolvida. Aperfeiçoar marcantemente a saúde, a vida cultural e espiritual da população e pavimentar um caminho para intensificar a industrialização, a modernização e o desenvolvimento de uma economia fundamentada no conhecimento, com o objetivo precípuo de transformar o Vietnã em um país

moderno e industrializado até 2020. Manter a estabilidade política, a ordem social e a segurança. Elevar a posição do Vietnã na região e na arena mundial.

Maiores indicadores: os indicadores estão baseados na meta de garantir o estabelecimento rápido e sustentável de três pilares principais: o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Em termos de desenvolvimento econômico, em 2010, o PIB do país deverá ser 2,1 vezes maior do que o de 2000, mantendo uma taxa média anual de crescimento da ordem de 7,5 a 8% ou, se possível, acima de 8%. O PIB per capita em 2010 deverá variar entre US\$ 1.050-1.100. Os investimentos sociais deverão contribuir com 40% do PIB, sendo 65% desta cifra oriundos de investimentos domésticos e 35% de origem estrangeira.

Relativamente ao desenvolvimento social, por volta de 2010, todas as províncias e cidades terão alcançado a universalização da educação secundária.

ria; a mão-de-obra qualificada alcançará 40% do total da força de trabalho; a incidência de pobreza familiar (de acordo com o novo padrão) declinará para 10-11% em 2010.

Para a sustentabilidade do meio-ambiente, por volta de 2010, 50% da produção e estabelecimentos comerciais deverão atender aos requisitos dos padrões ambientais nacionais. Todos os estabelecimentos comerciais e residenciais estarão adaptados ao sistema de processamento de uso da água. Em 2010, a cobertura florestal aumentará para 42-43%.

2) Orientação para o Desenvolvimento

Desenvolver as áreas rurais e agrícolas, incrementar a indústria, aumentar a qualidade e a competitividade dos produtos; criar novos serviços; estimular a exportação, ampliar a proporção de produtos processados e manufaturados e a tecnologia e pesquisas intensivas de produtos; promover a reforma educacional e o treinamento para atender às demandas da industrialização e da modernização nacional, intensificar a capacitação científica e tecnológica do país; elevar a qualidade dos recursos humanos; aliar a proteção ambiental ao desenvolvimento sustentável.

A orientação para o desenvolvimento regional no período de 2006-2010 é a exploração do potencial e da competitividade de cada região, especialmente nas três maiores regiões econômicas, de maneira a criar uma força viva para o processo de desenvolvimento nacional e simultaneamente desenvolver as regiões em desvantagens para diminuir a disparidade de crescimento; incrementar a economia marinha.

3) Principais Medidas

Focalizar as políticas de investimento e desenvolvimento empresarial; os orçamentos financeiros e estatais; controle das políticas monetária, de preços e da inflação; políticas de remuneração da força de trabalho e seguro social, paralelamente ao planejamento de um aparato sincronizado e completo com a perspectiva de cumprimento até 2010 do plano de desenvolvimento sócio-econômico nacional.

Assegurar que a direção do Partido promova a democracia no período de renovação.

A política do Partido para a democracia

O Partido Comunista do Vietnã atribui grande importância à democracia porque ela é uma grande aspiração do povo. No decorrer da história da humanidade, registram-se lutas por democracia travadas pelos povos oprimidos e explorados. Os governos democráticos de diversas sociedades têm características tanto comuns e similares quanto diferentes. As similares são o desenvolvimento sócio-econômico e

de padrões intelectuais da população e a capacidade de praticar a democracia em seus países. Não há uma democracia universal que se adapte a todos os países e nações. Portanto, não é possível impor a democracia existente em uma sociedade a outros povos.

Durante o processo de construção da revolução, o Partido Comunista do Vietnã sempre deu grande importância à democracia. A resolução do 11º Congresso do Partido destacou claramente: "Em todas as suas atividades, o Partido deve compreender completamente o espírito de considerar o povo como a fundação, a construção e o desenvolvimento do poder da classe operária". Esse espírito alimenta as bases teóricas e práticas para o exercício e promoção da democracia no período de renovação.

Com referência à promoção do espírito democrático, o 7º Congresso do Partido aprovou a Plataforma de transição nacional ao socialismo que consistia no seguinte conteúdo: "A completa organização e operação do sistema político no país no novo período traduzem-se na construção e gradual aperfeiçoamento da democracia socialista para garantir que todo poder pertença ao povo. A democracia e a igualdade social devem ser implementadas na vida cotidiana do país em todos os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais por meio de atividades do Estado escolhidas pelo povo na forma da democracia direta".

No 8º Congresso, o Partido Comunista do Vietnã reafirmou: "A construção da democracia socialista é uma premissa fundamental da renovação do sistema político no Vietnã. Mecanismos e métodos específicos devem ser adaptados visando à implementação do princípio 'o povo conhece, discute e examina'". Essa importante maneira de pensar foi o tema da Diretiva Nr. 30-CT/TW, datada de 18 de dezembro de 1998, que trata da preparação e da implementação das bases da democracia no país.

Na proposição das linhas gerais, orientações e estratégias para o desenvolvimento nacional abrangente e em longo prazo, o 9º Congresso do Partido Comunista do Vietnã enfatizou: "A construção da grande unidade nacional e a promoção da democracia na vida social sob a liderança do Partido. A prática da democracia em todos os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, em todos os níveis de todos os setores". No detalhamento destes pontos de vista, a 5ª Sessão Plenária (9º Mandato) indicou: "Praticar internamente a verdadeira democracia nas entidades de bases políticas, de acordo com o princípio da concentração da democracia e promoção do poder popular fundamentado na implementação dos direitos democráticos, intensificando a democracia representativa. Definir especificamente a implementação do direito público, analisando as repartições e

os servidores e substituindo os quadros sem qualificação. A promoção da democracia deve estar ligada ao fortalecimento e à elevação da disciplina e da ordem de acordo com o previsto em lei”.

Assim, durante todo o processo de renovação, o Partido Comunista do Vietnã vem praticando constantemente sua liderança democrática e implementando o princípio de que a revolução é a causa do povo. Todas as diretrizes políticas do Partido devem ter origem na realidade popular. Todas as atividades revolucionárias devem ser para o povo, do povo e pelo povo. Implementar estritamente o princípio “o povo conhece, discute e examina” etc. Esses conceitos básicos sobre a democracia foram mais elaborados e aprofundados em todos os congressos do partido. No período de renovação abrangente, em resposta aos requisitos da vida social, a liderança democrática do Partido deve ser elevada a um novo nível.

O mais notável evento da liderança democrática do Partido no processo de renovação foi a emissão da Diretiva Nr. 30-CT/TW do Birô Político sobre a preparação e implementação da regulamentação da democracia nas bases. Não se trata apenas de uma resposta da direção partidária sobre a prática



da democracia, mas também de uma ruptura decisiva com a prática anterior, com a finalidade de promover democracia nas bases. A Diretiva foi um momento de decisão dos aspectos teóricos e práticos em direção às questões inerentes ao processo de renovação. A liderança do processo de preparação e implantação da democracia nas bases foi um passo para a realização do pensamento partidário na promoção da democracia no cotidiano da sociedade e a renovação dos conteúdos e métodos de direção partidária no processo de expansão e intensificação da democracia na nova situação. Portanto, além da continuação das idéias inerentes à democracia socialista no novo estágio revolucionário, o 10º Congresso do Partido declarou: “Praticar apropriadamente a implantação da democracia nas bases, de maneira a criar as condições necessárias para que a Frente Patriótica, os movimentos populares e o povo tomem parte da

construção do Partido, do governo e do sistema político no período corrente, é uma ação de significado determinante para o futuro sucesso da causa da renovação”.

Nguyen Thac Dinh é Embaixador do Vietnã no Brasil. Traduzido por Maria Helena Eugenio.

Conclusão

Por meio da implementação da renovação política desde 1986, o Partido confirma que esta é a política acertada para o governo vietnamita e para o povo liderado pelo Partido Comunista do Vietnã. Documentos aprovados pelo Partido no 10º Congresso recapitularam profundamente a teoria e a experiência prática dos 20 anos de renovação bem sucedida para pavimentar o caminho para o desenvolvimento da nossa plataforma e os pontos de vista da renovação no novo estágio revolucionário. O Congresso tomou decisões políticas importantes sobre aspectos fundamentais e pontos-chave para o desenvolvimento e a defesa nacional.

O sucesso da 14ª reunião dos países da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) contribuiu para ampliar a posição e o prestígio do Vietnã na região e no mundo. A reunião confirmou a visão da comunidade internacional sobre um Vietnã que tem um prognóstico brilhante com alto nível de

crescimento econômico, uma sociedade estável e que atrai investimentos do exterior, destacando-se por sua forte integração regional, assim como na economia global. O sucesso da 14ª reunião da APEC, a ascensão do Vietnã à OMC e a eleição do país como um membro não-permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, para o período 2008-2009, são grandes estímulos para o Vietnã no processo de promover ativamente a cooperação econômica internacional. Seu papel e prestígio na Ásia, na comunidade internacional, foram acentuados. O Vietnã tornou-se um dos principais parceiros de muitos países, inclusive do Brasil. Muito embora o país ainda enfrente uma série de dificuldades e desafios. Um ponto essencial é que ele deve agarrar todas as oportunidades neste momento, para vencer efetivamente os desafios, transformando-os em oportunidades e desenvolvimento prático para o nosso país.



José Saramago

Crime

(financeiro)

contra a humanidade

JOSÉ SARAMAGO

A história é conhecida e – nos antigos tempos de uma escola que a si mesma se proclamava como perfeita educadora – era ensinada aos meninos como exemplo da modéstia e da discrição que sempre deverão acompanhar-nos quando nos sintamos tentados pelo demônio a ter opinião sobre aquilo que não conhecemos, ou conhecemos pouco e mal. Apeles podia consentir que o sapateiro lhe apontasse um erro no calçado da figura que havia pintado, porquanto os sapatos eram o ofício dele, mas nunca que se atrevesse a dar parecer sobre, por exemplo, a anatomia do joelho. Em suma, um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar. À primeira vista, Apeles tinha razão, o mestre era ele, o pintor era ele, a autoridade era ele; quanto ao sapateiro, seria chamado na altura própria, quando se tratasse de deitar meias-solas num par de botas. Realmente, aonde iríamos nós parar se qualquer pessoa, até mesmo a mais ignorante de tudo, se permitisse opinar sobre aquilo que não sabe? Se não fez os estudos necessários, é preferível que se cale e deixe aos sabedores a responsabilidade de tomar as decisões mais convenientes (para quem?).

Sim, à primeira vista, Apeles tinha razão, mas só à primeira vista. O pintor de Filipe e de Alexandre da Macedônia, considerado um gênio na sua época, esqueceu-se de um aspecto importante da questão: o sapateiro tem joelhos, portanto, por definição, é competente nestas articulações, ainda que seja unicamente para se queixar – sendo esse

o caso – das dores que nelas sente.

A estas alturas, o leitor atento já terá percebido que não é propriamente de Apeles nem de sapateiro de que se trata nestas linhas. Trata-se, isso sim, da gravíssima crise econômica e financeira que está a convulsionar o mundo, a ponto de não escaparmos à angustiada sensação de que chegamos ao fim de uma época sem que se consiga vislumbrar qual e como seja o que virá a seguir, após um tempo intermédio, impossível de prever, para levantar as ruínas e abrir novos caminhos. Como assim? Uma lenda antiga para explicar os desastres de hoje? Por que não? O sapateiro somos nós, nós todos que assistimos, impotentes, ao avanço esmagador dos grandes potentados econômicos e financeiros, loucos por conquistar mais e mais dinheiro, mais e mais poder, por todos os meios legais ou ilegais ao seu alcance, limpos ou sujos, correntes ou criminosos. E Apeles? Apeles são esses precisamente: os banqueiros, os políticos, os seguradores, os grandes especuladores que, com a cumplicidade dos meios de comunicação social, responderam nos últimos trinta anos a nossos tímidos protestos com a soberba de quem se considerava detentor da última sabedoria, isto é: ainda que o joelho nos doesse não nos seria permitido falar dele, denunciá-lo, apontá-lo à condenação pública. Foi o tempo do império absoluto do Mercado, essa entidade presuntivamente auto-reformável e autocorretora encarregada pelo imutável destino de preparar e defender para todo o sempre a nossa felicidade pessoal





e coletiva, ainda que a realidade se encarregasse de o desmentir a cada hora.

E agora? Irão finalmente acabar os paraísos fiscais e as contas numeradas? Irá ser implacavelmente investigada a origem de gigantescos depósitos bancários, de engenharias financeiras claramente delituosas, de investimentos opacos que, em muitíssimos casos, não são mais que maciças lavagens de dinheiro negro, de dinheiro do narcotráfico? E já que falamos de delitos... Terão os cidadãos comuns a satisfação de ver julgar e condenar os responsáveis diretos do terremoto que está sacudindo as nossas casas, a vida das nossas famílias, o nosso trabalho? Quem resolve o problema dos desempregados (não os contei, mas não duvido de que já sejam milhões), vítimas do crash e que desempregados irão continuar a ser durante meses ou anos, malvivendo de míseros subsídios do Estado, enquanto os grandes executivos e administradores de empresas, deliberadamente levadas à falência, gozam de milhões e milhões de dólares a coberto de contratos blindados que as autoridades fiscais, pagas com o dinheiro dos contribuintes, fingiram ignorar? E a cumplicidade ativa dos governos, quem a apura? Bush, esse produto maligno da natureza numa das suas piores horas, dirá que o seu plano salvou (salvará?) a economia norte-americana, mas as perguntas a que terá de responder são estas: Não sabia o que se passava nas luxuosas salas de reunião em que até o cinema já nos fez entrar, e não só entrar, como assistir à tomada de decisões criminosas sancionadas por todos os códigos penais do mundo? Para que lhe serviram a CIA e o FBI, mais as dezenas de outros organismos de segurança nacional que proliferam na mal chamada democracia norte-americana, onde um viajante, à entrada do país, terá de entregar ao policial de turno o seu computador para que faça copiar o respectivo disco rígido? Não

percebeu o senhor Bush que tinha o inimigo em casa, ou, pelo contrário, sabia e não o importou?

O que está a passar-se é, em todos os aspectos, um crime contra a humanidade. E é desta perspectiva que deveria ser objeto de análise em todos os foros públicos e em todas as consciências. Não estou a exagerar. Crimes contra a humanidade não são somente os genocídios, os etnocídios, os campos de morte, as torturas, os assassinios seletivos, as fomes deliberadamente provocadas, as poluições maciças, as humilhações como método repressivo da identidade das vítimas. Crime contra a humanidade é o que os poderes financeiros e económicos dos Estados Unidos, com a cumplicidade efetiva ou tácita do seu governo, friamente perpetraram contra milhões de pessoas em todo o mundo, ameaçadas de perder o dinheiro que ainda lhes resta e depois de, em muitíssimos casos (não duvido de que eles sejam milhões), haverem perdido a sua única – e quantas vezes escassa – fonte de rendimento, o trabalho.

Os criminosos são conhecidos, têm nomes e sobrenomes, deslocam-se em limusines quando vão jogar golfe, e tão seguros de si mesmos que nem sequer pensaram em esconder-se. São fáceis de apanhar. Quem se atreve a levar esta gangue aos tribunais? Ainda que não o consiga, todos lhe ficaremos agradecidos. Será sinal de que nem tudo está perdido para as pessoas honestas.

José Saramago é escritor, roteirista, jornalista e poeta português, vencedor do Nobel de literatura em 1998.

Referência

Texto publicado no blog <http://caderno.josesaramago.org> em 19 de outubro de 2008 e adaptado para o português do Brasil para esta edição de *Princípios*.

O Brasil em Pequim

ORLANDO SILVA



Maurren Maggi – Primeira mulher saltadora a conquistar medalha de ouro em uma prova de atletismo nos Jogos Olímpicos



Vencedor da natação nas Paraolimpíadas: André Brasil.

Quando a chama olímpica apagou-se no Ninho dos Pássaros e a bandeira olímpica foi entregue a Londres – que em 2012 realizará os próximos Jogos –, uníssono, o mundo reconheceu mais uma grande obra realizada pela civilização chinesa: a maior olimpíada de todos os tempos.

As provocações e os ataques que aquele país e a organização dos Jogos sofreram durante os preparativos do evento se transformaram em pó diante da grandiosa realização. Uma a uma, cada insinuação dava espaço para o júbilo de um país que impressiona pelo desenvolvimento nacional, capacidade de seu povo e eficiência do sistema de governo.

A China se mostrou ao mundo. Sua história, tradição e futuro pretendido. A China palco da celebração dos valores olímpicos da amizade entre os povos e nações e o desejo de paz no mundo.

Os Jogos de Pequim foram pródigos também na superação de todas as barreiras. A cada dia assistimos a recordes serem quebrados. Ao maior número de países se somou o maior número de atletas, a conquista de medalhas por mais nações, recordes

individuais de conquistas, enfim, de qualquer ângulo Pequim marcou definitivamente a história do esporte mundial.

Pequim marcou, também, a evolução do esporte brasileiro.

Em 2008, o Brasil teve sua maior delegação olímpica: 277 atletas, dentre os quais se destaca a participação recorde de mulheres e a qualificação para disputas em 32 modalidades. Um atleta vai à Olimpíada não apenas porque deseja, ele precisa atingir determinado índice técnico e, se mais atletas atingiram as marcas exigidas, é porque houve uma evolução em nosso nível técnico.

Nunca participamos de tantas finais – em Atenas, foram 30 e, agora, em 38 oportunidades tivemos brasileiros entre os melhores do mundo. Conquistamos 15 medalhas, fato notável quando consideramos que, desde 1932, nossa participação em todos os Jogos representou a conquista de 73 premiações.

Há diferenças entre as modalidades. Algumas



Na categoria T46 da maratona, para atletas amputados ou com má formação congênita, Tito Sena conquistou uma prata

avançaram, outras recuaram, mas no conjunto houve evolução técnica. Basta examinar, modalidade a modalidade, como foi o desempenho agora e em edições anteriores.

Como de praxe, o final dos Jogos Olímpicos também abriu a temporada de avaliações sobre a participação brasileira. O esporte mexe com emoção, o que nos impõe ter muita paciência no diálogo com as críticas e é preciso inteligência para assimilar as boas idéias e transformá-las em ação no próximo período.

Há abordagens que não são razoáveis. Restringir a avaliação de nosso desempenho à conquista de ouros é de uma superficialidade assustadora. Alguém avalia que a Jamaica, do fenômeno Usain Bolt, tem o esporte mais desenvolvido que a França? Ou que a Etiópia e seus corredores de provas de fundo estão à frente da Espanha? São distorções possíveis, para não falar de muitas outras, que um ranking pelas medalhas de ouro pode produzir. Aliás, o ranking por ouros é um filho da Guerra Fria, que sobreviveu aos dias de hoje – invenção dos Estados Unidos para tentar afirmar a supremacia do capitalismo que, aliás, rapidamente se mostrou ineficiente, já que o campo socialista quase sempre esteve à frente nas disputas. E claro, o ranking também é útil para ocupar espaços no noticiário.

Outro exagero. Vincular a boa ou má performance de um país a resultados esperados de alguns ídolos. Isso é artificial e quase cruel. Alguém em sã consciência pode imaginar que um atleta vai competir para perder? Todos os brasileiros entraram na disputa e deram o máximo de si, são nossos heróis olímpicos. Mas são humanos, podem errar um movimento que fazem com maestria há anos e, numa fração de segundos, serem superados por um adversário.

Houve também quem bradasse contra a falta de apoio aos atletas. Nesse caso houve, da parte de alguns, má-fé, de outros, desinformação. Nunca se investiu tanto no esporte olímpico brasileiro. Felizmente as condições que nossos atletas olímpicos desfrutaram hoje não têm comparação no passado. Treinamento, acompanhamento técnico, intercâmbio internacional,

aclimatação no período olímpico etc. São condições ideais? Provavelmente não, mas indiscutivelmente superiores a todos os outros períodos.

Não poderiam faltar aqueles que reivindicavam uma “verdadeira” política esportiva no Brasil. É discurso político. Na verdade, é uma forma de divergir do que existe. Mas como ocultar o crescimento dos investimentos públicos e privados no esporte? Como não valorizar os programas de inclusão social através do esporte? Como não perceber a estruturação de

uma rede de gestão pública para políticas de esporte e lazer? Como não identificar a expansão da infra-estrutura esportiva no País? Como não comemorar a ampliação acelerada do número de profissionais qualificados em educação física e esporte? E o que dizer do Bolsa-atleta? Tudo isso é resultante de política pública que serve ao desenvolvimento do esporte brasileiro.

O Brasil teve uma participação espetacular nos Jogos Para-olímpicos. Num verdadeiro exemplo de coragem e superação, conquistamos 47 medalhas, sendo 16 de ouro, 14 de prata e 17 de bronze. É importante lembrar também que, deste total, 15 medalhas vieram de competidores contemplados pelo Bolsa-Atleta, com 5 de ouro, 3 de prata e 7 de bronze.

O Bolsa-Atleta é um programa do Ministério do Esporte que garante uma renda mínima a atletas de alto rendimento que não tenham patrocínio.

A performance dos atletas para-olímpicos brasileiros mostra a eficiência de pessoas que precisam de oportunidades para mostrar sua capacidade, e lança luzes sobre a realidade de cerca de 25 milhões de brasileiros que possuem alguma deficiência e devem ser protagonistas de políticas públicas de modo a exercer plenamente sua cidadania.

Está tudo, então, perfeito no esporte do Brasil? Não, longe disso. O que talvez não seja prudente é fazer o discurso fácil da terra arrasada. A crítica deve servir para orientar nossos desafios. O Brasil esteve bem em Pequim. E nossos atletas merecem aplausos e acolhimento. Parabéns a todos eles, parabéns ao Brasil.



César Cielo – Campeão olímpico nos 50m rasos em Pequim

Orlando Silva é ministro do Esporte

retrato doBRASIL

A cada mês, temas de grande relevância analisados com profundidade

agora com novo projeto gráfico e mais páginas

assinatura anual por apenas **R\$ 86,00** ou **2x R\$ 43,00**



Faça já a sua assinatura
www.retratodobrasil.com
ou ligue [11] 3032-1204 / 3037-7316

Bienal de Artes de São Paulo: ser ou não ser?

Entrevista com Ivo Mesquita

POR CAROLINA RUY

São Paulo converteu-se num centro artístico internacional, como queria a Primeira Bienal Internacional de Artes, em 1951. Além disso, o Brasil tornou-se um ponto de atração para artistas, curadores, galeristas, colecionadores internacionais, e artistas brasileiros consolidaram presenças sólidas no debate sobre a produção de visualidade contemporânea. A pergunta colocada pela curadoria da 28ª Bienal é: não seria o momento de a Bienal de São Paulo refletir sobre si mesma?

A proposta é forjar um momento para repensar a mecânica com que a Fundação Bienal São Paulo (FBSP) vem produzindo as sucessivas bienais desde 1951, avaliar suas produções e, talvez, considerar a possibilidade de se recolocar diante da cidade, e responder aos desafios a ela apresentados no século XXI. Nesta entrevista, Ivo Mesquita, curador da 28ª Bienal de São Paulo e professor do Center for Curatorial Studies, do Bard College, em Annadale-on-Hudson, nos Estados Unidos, fala sobre o sentido da Bienal hoje.

Princípios- Segundo o texto de abertura do catálogo da I Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo, de 1951, a Bienal deveria cumprir as tarefas de colocar a arte moderna do Brasil em contato com a arte do mundo, ao mesmo tempo em que para São Paulo buscava conquistar a posição de centro artístico mundial. Passados 57 anos, como você avalia a situação da Bienal Hoje?

Ivo Mesquita - No projeto da 28ª usamos essa mesma epígrafe. O que a Bienal se propôs a fazer em 1951 ela fez. A cidade é um centro internacional, as pessoas vêm para cá. Os artistas brasileiros estão no circuito internacional. A Bienal fez com que a cidade fosse mais moderna e cosmopolita, com gosto sofisticado para arte. Entretanto, o que foi um vivo



contato daquele momento é diferente do que é hoje em 2008. Aquele era o tempo do telégrafo. Qual a velocidade em que circulava a informação e como circula hoje? Em 1951, na 1ª Bienal de Artes de São Paulo, a cidade possuía um milhão e cem mil habitantes, duas escolas de artes, três museus, e dois deles recém-criados (MASP, de 1947 e MAM, de 1948), três salas de exposições e duas galerias de arte. Cento e vinte mil pessoas visitaram essa 1ª Bienal. Em 2006, na 27ª Bienal, a cidade possui dez milhões de habitantes, cerca de setenta galerias, doze escolas de artes, oito museus de arte, quatro centros culturais





① A proposta do curador Ivo Mesquita é desconstruir o conceito de Bienal de Artes

② O espaço vazio, no segundo andar do Pavilhão da Bienal, proporciona ao público vislumbrar o prédio e "usá-lo" de maneira alternativa

③ As obras artísticas mais "convencionais" foram deslocadas do cenário que se costuma usar em exposições desse tipo



③



④ A 28ª Bienal provoca o público a participar dela de maneira ativa

grandes (fora as comunidades pequenas) e quase um milhão de pessoas visitou a Bienal. Criou-se toda uma infra-estrutura para a mesma porcentagem da população. Aumentou o número absoluto de visitantes, mas não o número relativo. Não agregou público nisso, quem visita a Bienal são os mesmos 10% da população. Nós alcançamos as metas de 1951. Mas elas não são as mesmas de hoje.

Princípios - E qual é a meta de hoje?

Ivo Mesquita - Depois dos anos 1980 houve uma aceleração desenfreada seja da globalização, seja do crescimento das Bienais, da circulação de informação, do acesso à novidade, da produção da novidade etc. Hoje outros museus da cidade já fazem, por exemplo, exposições históricas, as galerias e os centros culturais cumprem o papel de mostrar a arte contemporânea. Já não se trata mais de servir como termômetro da arte do mundo como era no início. Parece-me que agora a demanda é assumir um caráter mais crítico, realizar exposições de caráter mais reflexivo. Para mim, é impossível manter a consistência de um conceito ou de um argumento com cem artistas, cento e cinquenta artistas. Para isso vinte, trinta, quarenta, não mais que isso, dão conta. Assim seria possível ter uma leitura mais clara do que os artistas estão produzindo, teríamos pontos de vista mais focados. Ao mesmo tempo, é muito importante ser local, afirmar sua regionalidade, neste contexto da globalização. Ter consciência da sua localidade, falar a partir da sua perspectiva. Este me parece ser um serviço que cabe à Bienal hoje.

Outro ponto: embora ao longo de sua história a Bienal não tenha construído um Museu, ela formou gerações de artistas e profissionais ligados à arte. Ela existe mais no nosso imaginário, do que como um Museu de visitação (que é eventual). Se desse modo formou as pessoas, ela poderia ter um papel mais permanente como centro educativo. Não necessariamente de exposição, mas um centro educativo. Porque ela tem uma biblioteca fantástica e um arquivo maravilhoso para pesquisa sobre arte contemporânea em Bienais, e pode-se gerar muita coisa com esse material.

Ela poderia também apoiar e preparar artistas brasileiros para divulgarem o trabalho pelo mundo. Muitas vezes eles são convidados a expor fora do país e enfrentam dificuldades financeiras pois não há apoio para isso, ou o respaldo é muito limitado. A Bienal, como tem essa vocação internacional e uma rede de trabalho consolidada, pode prestar esse serviço.

Ela poderia ainda ser um espaço de residência de artistas de fora do país. Poderia oferecer espaço para

que montassem o ateliê. São serviços que têm demanda neste momento.

Princípios - A Bienal está em crise?

Ivo Mesquita - Em momento algum quando falo em crise do modelo, crise institucional, vocacional, me refiro à produção artística. Para mim, a produção artística até aqui "vai bem, obrigado". As pessoas falam muito de uma crise institucional na Bienal. Como já tenho uma longa experiência nesta instituição, o meu ponto é que, antes de qualquer crise, é uma crise vocacional. Não sabe a que veio.

O projeto reflete essa crise vocacional e causa uma crise institucional, que se assemelham à crise de suas outras instituições do país, o MAM do Rio de Janeiro e o MASP de São Paulo. O modelo que criou estas instituições supunha outro modo de desenvolvimento das políticas culturais e da filantropia aqui no Brasil, diferente do que ocorreu. Então, estão defasadas do ponto de vista da gestão e, sobretudo, da funcionalidade. Isso interfere no organograma dos Museus, na captação de recursos, na flexibilidade etc. A meu ver as três instituições sofrem desse mesmo processo. O curioso é que elas foram criadas na mesma época. Então me parece um problema bastante sintomático, a crise tem a mesma raiz. Esta Bienal se propõe a refletir também sobre isso. Evidentemente o projeto não contempla especificamente as outras duas instituições, mas pela minha avaliação, como historiador, elas estão no mesmo barco.

Princípios - Você falou do caráter regional, local, que devem ter as Bienais. Esta 28ª Bienal tem esse caráter?

Ivo Mesquita - Sim. O "tema" é o modelo Bienal de exposição e a própria Bienal de São Paulo e sua história. Estamos convidando semanalmente, desde junho, duas pessoas para falarem de suas experiências com a Bienal de São Paulo, para gerar uma reflexão mais ampla e trabalhar com esse imaginário de uma maneira mais fundamentada. Fundamentada na experiência concreta e na memória.

Princípios - Seu projeto para a 28ª Bienal, ao que parece, será em torno de uma reflexão sobre o conceito "Bienal de arte". Por que propor tal reflexão neste momento?

Ivo Mesquita - A idéia é marcar uma diferença em relação às Bienais que se reproduziram ao longo destes anos. O Pavilhão Ciccillo Matarazzo é extremamente identificado com a Bienal de São Paulo. Se uma pessoa pegar um táxi e pedir para ir à Bienal, o motorista a levará até lá, de qualquer lugar da cidade em que ela estiver (rsrsrsr). Nosso projeto propõe

uma ocupação alternativa do prédio. Vamos transformar o térreo numa espécie de praça, aberta à cidade. A idéia é propiciar esse vivo “contato” colocado lá na primeira Bienal. E a praça nos pareceu o local mais apropriado para isso, retomando a tradição da Ágora grega, que é o espaço da política, do encontro da convivência dos cidadãos e das decisões coletivas. A praça será um lugar aberto para a realização de uma série de acontecimentos e projetos. Logo ao abrir o edifício toda essa energia fluirá. Isso que seria o território da

sensibilidade, da emoção, do corpo, se desloca para o terceiro andar, para o espaço do cérebro, da cabeça. Nele, ficará a exposição, organizada ao redor de uma biblioteca, de um auditório e de uma idéia de arquivo. Quer dizer, o centro dessa reflexão que queremos provocar, sobre o modelo de Bienais e sobre a Bienal de São Paulo, estará no arquivo da Fundação

Bienal. Com noções de história, de memória, do limite entre documentário e ficção e essa coisa de estar revolvendo o passado buscando coisas que possam ativar o presente. Nessa biblioteca haverá um catálogo com as mais de 200 Bienais já existentes no mundo.

Entre a biblioteca e a praça haverá um andar vazio. Ele funcionará como uma espécie de amortecedor. Mas ele tem um sentido em si: é uma maneira do provocar o olhar. Ele é uma experiência da diferença, porque as pessoas sempre veem esse espaço cheio. A pessoa poderá ver da arquitetura do edifício. E perceber essa idéia do vazio como as coisas em potência, em devir. Não é o nada, mas o vazio como uma experiência física que abre a imaginação. A indústria cultural nivela tudo sem qualificar nada. O que queremos dizer é que as experiências da rua e da exposição são diferentes.

Os três andares têm relação. Eles são parte de um todo. Eles falam da apropriação do espaço. O que estamos pondo em questão também é o uso do pavilhão. Precisa encher o prédio inteiro para ser uma Bienal? Hoje em dia há muitas formas de exposição. É uma questão de que circuito se almeja para a ex-

posição. Porque ela existe, primeiramente, no imaginário da cidade. A Bienal faz parte da identidade de São Paulo. De uma identidade moderna da cidade. Internacional, cosmopolita.

Princípios - Esta Bienal propõe um momento de reflexão. Você espera que todo o público responda a essa provocação? Em linhas gerais qual reação você espera do público para esta Bienal?



Pensar sobre o sentido da obra, o lugar onde ela se apresenta e sobre a própria exposição é uma das propostas desta Bienal

Ivo Mesquita - São duas coisas. Ela tem um lado – acredito que não haja problema em dizer isso – que é um pouco para especialista. É importante ter esse momento de revisão para os técnicos e profissionais da arte. Vamos pensar o que estamos fazendo e para onde estamos indo. Quando se tem um circuito muito grande e muito

rico, é importante tentar refletir sobre isso.

Princípios - Mas a Bienal é muito visitada. E por pessoas não especializadas em arte...

Ivo Mesquita - Por esse lado, sim. Há um interesse primário, digamos, dos artistas, curadores entre outros, em desenvolver um projeto que tenha um caráter mais educativo. A pergunta que lançamos, com a Praça, por exemplo, é: você já pensou o que é e para que serve uma praça? No lugar onde você mora tem uma praça? Você cuida da sua praça? Também queremos ir resgatando a história do Parque (do Ibirapuera), sua relação com a cidade de São Paulo. Vamos ter um histórico da implantação das praças na cidade e outras coisas desse tipo. Queremos mostrar que o sentido social e político da praça é o mesmo da exposição, que ficará no andar na biblioteca: ser um espaço coletivo. O principal para mim não é falar dos artistas que estão ali, mas do sentido dessa exposição.

Carolina Ruy é Secretária de Redação da Princípios

10º ENCONTRO INTERNACIONAL

DE PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

**Brasil,
São Paulo
21 a 23 de
novembro**

Novos fenômenos no quadro internacional. Contradições e problemas nacionais, sociais, ambientais e interimperialistas em agravamento. A luta pela paz, a democracia, a soberania, o progresso e o socialismo e a unidade de ação dos partidos comunistas e operários.

PARTIDO ANFITRIÃO

**PCdoB**
PARTIDO COMUNISTA
DO BRASIL



Pré-sal



discussões e grandes perspectivas

HAROLDO LIMA

Um esforço de mais de sessenta anos de prospecções foi coroado com a descoberta de grande volume de petróleo na camada do pré-sal. Para o presidente da República as rendas do "Pré-sal" deve se converter em benefício do povo brasileiro

Oito de novembro de 2007 ficará marcado como o dia em que a Nação brasileira tomou conhecimento de que a Petrobras fez descobertas petrolíferas na bacia de Santos, na camada de pré-



Campo de Jubarte (ES) – o presidente Lula e o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, com óleo extraído da camada pré-sal nas mãos

sal, de dimensões tão grandes que poderiam mudar a história do petróleo no Brasil e a própria história de nosso país. Um problema logo se pôs: deliberar sobre a forma regulatória mais adequada para explorar e produzir óleo e gás nessa nova província, de modo a que essa grande riqueza pudesse servir à sociedade brasileira. Examinar alguns dos fatores mais importantes para a definição desse marco regulatório é o objeto principal deste artigo.

Uma história de descobertas e a meta da auto-suficiência

O que permitiu as grandes descobertas de petróleo na camada do pré-sal da bacia de Santos foi o acúmu-

lo da experiência de 68 anos de prospecções e descobertas. Esse foi o período transcorrido desde o sucesso do primeiro poço perfurado no Brasil do qual jorrou petróleo – o de Lobato,

na Bahia, em 1939. Daí para cá, a perseverança na busca do óleo, o crescente conhecimento geológico de nossas bacias sedimentares e o domínio cada vez maior de tecnologia avançada guiaram-nos por um caminho que passou por marcos importantes. Em 1963, foi o marco de Carmópolis, em Sergipe, quando localizamos a maior acumulação petrolífera brasileira em campo terrestre, após o que chegamos, em 1968, a Guaricema, nos mares sergipanos, com o primeiro poço marítimo brasileiro. Em 1974 perfuramos Garoupa e descobrimos nossa maior província petrolífera, Campos, em águas frontais ao Rio de Janeiro. Em 1984 e em 1985, encontramos, na mesma bacia, em águas profundas, os campos gigantes de Albacora e de Marlim, este, o maior do país até agora.

Durante esse período, de quase sete décadas, foi sendo fixada, no horizonte dos que faziam a indústria do petróleo no Brasil, em particular na cabeça dos nacionalistas, a meta da auto-suficiência na produção do petróleo. Uma meta então ousada. E, a 21 de abril de 2006, quando começou a produção na plataforma P50, no campo de Albacora Leste, na bacia de Campos, atingimos essa meta da auto-suficiência na produção de petróleo.

A descoberta do que, de modo simplificado, passou a ser conhecido como “Pré-sal” muda o patamar no qual projetávamos nossos objetivos. A meta da auto-suficiência poderá estar, em médio prazo, inteiramente superada, e o Brasil, hoje ocupando a 16ª posição na relação dos detentores de reservas petrolíferas do mundo, com reservas da ordem de 14 bilhões de barris de óleo equivalente, poderá ir para a 9ª posição, com reservas que podem variar de 26 a 84 bilhões de boe.

Descoberta de tamanho significado (a de Tupi está entre as três maiores do mundo nas últimas três décadas) justificou plenamente a decisão tomada por unanimidade do Conselho Nacional de Política Energética, CNPE, sob a direção do presidente Lula, em 08 de novembro de 2007, de retirar 41 blocos da região do “Pré-sal” da 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, ANP, que seria realizada daí a 19 dias (1). Na continuidade, o Decreto presidencial de 17 de julho de 2008 criou uma Comissão Interministerial com oito participantes para formular proposta ao presidente da República sobre regras para explorar e produzir o petróleo do “Pré-sal” (2).

A Comissão ainda não finalizou seus trabalhos nem chegou a conclusões, em que pese seu intenso funcionamento. Nenhum de seus membros está autorizado a fazer conjecturas sobre quais as conclusões a que a Comissão chegará, não só porque isto poderia alimentar especulações estereis, como também porque todas as conclusões da Comissão terão de ser submetidas à prévia aprovação do presidente da República.

Contudo, em setores ligados à indústria do petróleo, no âmbito acadêmico, no Parlamento, nos meios nacionalistas e de articulistas e jornalistas afeitos ao tema, diferentes idéias, problemas e sugestões têm sido levantados sobre o assunto. É sobre alguns desses problemas, idéias e sugestões – já publicamente sendo examinados –, que se seguem os comentários adiante.

O baixo risco exploratório do “Pré-sal”

A exploração ou pesquisa do petróleo é o conjunto de atividades que objetiva localizar jazidas e, através da perfuração, descobrir o petróleo. Na indústria petrolífera, é uma atividade de risco – frequentemente de alto risco –, medido pelo índice de sucesso exploratório, que indica o número de poços exploratórios que encontraram petróleo ou gás relativamente ao número de poços exploratórios perfurados. Esse índice, em termos mundiais, é de 25%, ou seja, a cada 100 poços exploratórios perfurados 25 são bem sucedidos, 75 perdidos. Em 2002, esse índice de sucesso exploratório da Petrobras era 22%. Passou a 55% em 2002, bem acima da média mundial.

A extensão do “Pré-sal” foi estimada pelo CNPE

(vide Resolução 6) como se estendendo do sul do Espírito Santo ao norte de Santa Catarina, em uma área sumariamente calculada como tendo 800 km de comprimento por 200 km de largura. Na parte central dessa área, chamada pela Petrobras de “pólo”, ou “cluster” do “Pré-sal”, foram feitas nove perfurações, oito poços pioneiros e um de extensão.

O primeiro descobriu Parati, em 2005; o segundo, Tupi, em 2006; o terceiro, Carioca, em 2007; o quarto, Caramba, também em 2007; e mais quatro perfurações foram feitas em 2008, que descobriram Júpiter, Bem-te-vi, Guará e Iara. Ou seja, todos os poços foram bem sucedidos.

Com base nesse desempenho, há quem diga que no “Pré-sal” o risco exploratório é zero, ou por outra, que o índice de sucesso exploratório pode ser de 100%. Como estamos nos referindo apenas à região central do “Pré-sal”, essas conclusões são precipitadas, não só porque a área em questão é restrita, face ao conjunto do “Pré-sal”, como também porque é pequeno o número de perfurações até agora feitas. A própria Petrobras já perfurou, desde 1990, algumas dezenas de poços, na camada de pré-sal da bacia de Campos, sem sucesso. De qualquer maneira, uma conclusão se impõe: em áreas do “Pré-sal” é baixo o risco exploratório e são elevadas as capacidades das jazidas existentes.

A partilha da produção

Há três tipos de contratos mais usados no mundo para exploração e produção de petróleo: o de con-

O Brasil, hoje ocupando a 16ª posição na relação dos detentores de reservas petrolíferas do mundo, com reservas da ordem de 14 bilhões de barris de óleo equivalente, poderá ir para a 9ª



Roosevelt Pinheiro/Abbr

Manifestação da União da Juventude Socialista, em Brasília, defende os recursos do pré-sal durante o desfile de 7 de Setembro

cessão, o de partilha da produção e o de serviços. No de concessão, o óleo, produzido por conta e risco do concessionário, passa à sua propriedade na medida em que ele assuma os compromissos de pagar, pelo tempo do contrato, parcelas da produção ao governo. No de partilha, a propriedade do óleo produzido é do Estado, que remunera os concessionários com a “partilha” acertada, pagando em óleo ou em espécie. No de serviços, o Estado, proprietário de tudo produzido, paga ao prestador dos serviços o valor acertado.

Não existe um critério rígido para que um determinado tipo de contrato prevaleça obrigatoriamente em um país. Afora o contrato de serviço – hoje empregado muito limitadamente –, os outros dois tipos são usados, com muitas variações, pelos diferentes países, independente de terem alto risco ou não, de serem exportadores ou não.

No mundo de hoje, o tipo de contrato mais amplamente usado é o de concessão, aquele em que o Estado cobra do concessionário não só uma taxa fixa sobre a produção (o *royalty*), como também uma taxa variável, com alíquotas que aumentam com o crescimento da produção (no caso do Brasil, as participações especiais). A definição adequada dessas alíquotas, nos contratos de concessão, e das partes que o Estado deve pagar ao concessionário nos contratos de partilha, pode fazer com que os mesmos

resultados financeiros sejam assegurados ao Estado, seja em um tipo de contrato ou em outro.

Entretanto, apesar de tudo isso, os países que têm pouco petróleo usam mais os contratos de concessão e os que têm mais preferem os de partilha da produção. Ademais, é sob contratos de partilha da produção que os Estados nacionais controlam eficazmente o ritmo da produção de seus campos.

No caso do “Pré-sal” brasileiro há outro fator a ser considerado: o presidente da República tem proclamado e orientado a comissão que está trabalhando sobre o assunto no sentido de que deseja, com base nas rendas do “Pré-sal”, combater a pobreza no Brasil, investir fortemente na educação dos brasileiros etc. Para que tal seja assegurado, há a necessidade de uma definição mais estável de que o Estado terá acesso seguro à renda petrolífera elevada que o “Pré-sal” pode propiciar. E o caminho de reeditar decretos com alíquotas acrescidas para garantir participações governamentais elevadas traz rápidos resultados, mas é instável. Qualquer novo governo, não comprometido com esse objetivo social, pode editar novo decreto, reduzindo alíquotas. E as participações governamentais elevadas poderão ser rebaixadas.

Seja porque o contrato mais apropriado para regiões de baixo risco exploratório é o de partilha da produção, seja porque este é o contrato que permite

Cronologia do “Pré-sal”

8 de novembro de 2007

O Conselho Nacional de Política Energética, CNPE, toma conhecimento da descoberta de Tupi, feita pela Petrobras, com acumulações de 5 a 8 bilhões de boe. O CNPE delibera realizar a 9ª Rodada de Licitações da ANP, a ser feita dali a 19 dias, excluindo da relação dos blocos a serem licitados, 41 situados nas proximidades da grande descoberta

9 de novembro de 2007

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, chama o colega Luiz Inácio Lula da Silva de “magnata do petróleo” e propõe que trabalhem para vender petróleo barato aos países mais pobres

10 de novembro de 2007

O presidente Lula admite que o Brasil pode vir a entrar na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), a partir de onde vai trabalhar para reduzir o preço da commodity

13 de novembro de 2007

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, declara que o governo tem intenção de mudar o marco regulatório por meio de alterações na lei do petróleo

23 de novembro de 2007

O diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrella, anuncia o campo de Jubarte, em águas rasas, na bacia de Campos, como o primeiro a produzir no pré-sal

20 de dezembro de 2007

A Petrobras anuncia nova descoberta de petróleo leve na camada pré-sal (Caramba), a 280 km da costa paulista, em parceria com a Galp Energia (portuguesa)

21 de janeiro de 2008

Outra descoberta de grande jazida é anunciada: Júpiter, com volumosa quantidade de gás natural

28 de março de 2008

Nas páginas vermelhas da revista Isto É, Independente, o diretor-geral da ANP Haroldo Lima “(...) sugere a adoção da partilha de produção, em que todo o óleo produzido passa a ser propriedade do Estado e as empresas ganham um percentual em dinheiro”. Expressa, pela primeira vez, que: “(...) seria necessário criar uma nova estatal do petróleo, totalmente estatal”

14 de abril de 2008



Base na bacia de Santos, onde será extraído o petróleo

6 de junho de 2008

O ministro Edison Lobão fala na possibilidade de uma nova estatal para gerir futuras explorações no Pré-sal

15 de junho de 2008

O presidente Lula fala em criar um fundo com o dinheiro do petróleo do Pré-sal para investir na educação do povo brasileiro

27 de junho de 2008

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, sinaliza com mudanças no recolhimento e destinação das rendas do petróleo do Pré-sal, afirmando que, com o Pré-sal “mudou-se o patamar”

17 de julho de 2008

O presidente Lula cria comissão interministerial para estudar as regras para exploração e produção das reservas de petróleo da camada pré-sal. No ato de instalação da Comissão, no Palácio do Planalto, ele diz que o dinheiro do petróleo do Pré-sal deve ser para “acabar com a pobreza no Brasil”

7 de agosto de 2008

A Petrobras volta a anunciar óleo leve em lara, próximo a Tupi, sem estimar reservas

12 de agosto de 2008

O presidente Lula pede à União Nacional dos Estudantes (UNE) que se movimente no sentido de garantir para o povo os frutos do petróleo do Pré-sal e dá indicações de apoio à criação de nova estatal, 100% estatal

20 de agosto de 2008

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirma que o governo quer deixar parte dos recursos vindos do Pré-sal no exterior para evitar inflação e valorização excessiva do real. E, ainda, que outra parte dos recursos será direcionada a um fundo soberano

2 de setembro de 2008

controle no ritmo de produção do óleo, seja por ser o sistema que permite sustentar, de forma mais estável, políticas públicas, não sujeitas a mudanças fáceis em decorrência de variações políticas; por tudo isso, uma das hipóteses que tem sido levantada nas discussões, públicas ou reservadas, sobre o “Pré-sal” é a da implantação do sistema de partilha da produção para regular a exploração e produção no “Pré-sal” brasileiro e em regiões semelhantes.

Sistema misto e empresa cem por cento estatal

A hipótese da implantação do contrato de partilha da produção em blocos do “Pré-sal” e eventualmente em semelhantes traz consequências institucionais. Primeira: estaríamos trabalhando, no conjunto do país, com um sistema misto, onde a partilha prevaleceria para blocos do “Pré-sal” e assemelhados e as atuais concessões vigorariam para o restante do território. Considerando a vasta extensão territorial de nosso país, esta seria uma alternativa compreensível. Mesmo antes da descoberta do “Pré-sal”, essa já era uma hipótese aventada pela ANP, para distinguir blocos de “alto potencial” dos blocos de “nova fronteira”. Mas, há mais.

Nos contratos de partilha de produção, o concessionário de um determinado bloco, ao produzir o petróleo ou gás, transfere ao Estado o produto retirado do solo que, pelos termos contratuais, pertence ao Estado. Este trata de passar ao concessionário a parte a este garantida pela “partilha” acordada. Só que, quem recebe o produto e gerencia os negócios em nome do Estado deve ser uma entidade, ou empresa, efetivamente estatal, já que não seria possível, por exemplo, uma empresa representar interesses privados, mesmo que, em parte, pudesse assumir, em nome do Estado, essas prerrogativas.

Vale aqui observar a experiência por que passou a Noruega, em questão semelhante. Esse país da península escandinava tinha toda sua indústria petrolífera em mãos privadas, aí pela década de 1960. Os resultados eram pífios. No início da década de 1970, o governo criou a Statoil, empresa 100% estatal. Em 1985, ante o grande crescimento da Statoil, a Noruega decidiu dividi-la ao meio: a primeira metade ficou com a própria Statoil e a segunda passou a integrar o patrimônio estatal, através dos SDFI (Interesses Financeiros Diretos do Estado). Ainda por decisão governamental, a Statoil assumiu a gerência dos SDFI.

Eis que em 2001, a Statoil foi parcialmente privatizada. Embora continuasse sob controle estatal, como está até hoje, esse controle ficou reduzido a 63% das ações da empresa. A partir de então, já que

passava a representar também interesses privados, a Statoil deixou de ter condições de continuar gerindo os SDFI, pois já não era uma empresa genuinamente estatal. O governo criou, então, para gerir os SDFI, uma outra empresa 100% estatal: a Petoro.

A semelhança entre essa situação e o caso brasileiro situa-se em que a nossa Petrobras, por decisões do governo Fernando Henrique, passou a ter cerca de 62% de suas ações em mãos privadas, boa parte estrangeira, embora seu controle fosse estatal. Fica prejudicada a possibilidade de a Petrobras, por essa razão, gerenciar os interesses da União na região do “Pré-sal”. Sob o regime da partilha da produção, quem recebe o produto – que é propriedade do Estado, para gerenciá-lo em nome desse mesmo Estado – deve ser uma empresa 100% estatal. Daí estar em cogitação a criação de tal empresa, que não seria uma petroleira, nem operadora. Paralelamente, não há por que não se pensar, com os recursos potenciais do “Pré-sal”, em buscar mecanismos para o aumento da participação acionária do Estado na Petrobras.

Existe grande expectativa quanto às conclusões a que chegará a comissão interministerial criada pelo presidente Lula, que serão encaminhadas às considerações e decisões finais do próprio presidente. Se idéias que já dominam discussões públicas, como as aqui comentadas, prosperarem, então será necessário alterar a legislação existente para dar base legal às hipóteses levantadas. Seguramente um esforço deverá ser feito para que, enquanto tramitam no Congresso eventuais modificações legais, sejam encontrados mecanismos de transição, de tal sorte que o processo de exploração e de produção nas camadas de pré-sal não sofra solução de continuidade.

Haroldo Lima é diretor-geral da ANP

Notas

- (1) Excepcionalmente estiveram nessa reunião oito ministros de Estado e mais os presidentes do BNDES, do Operador Nacional do Sistema, da Empresa de Pesquisa Energética, da Petrobras e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo. A proposta de retirar os 41 blocos da 9ª Rodada foi feita pelo diretor-geral da ANP e, imediatamente apoiada pelo presidente Lula, foi unanimemente aprovada pelo CNPE.
- (2) Participam dessa comissão os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, da Casa Civil, Dilma Rossef, do Planejamento, Paulo Bernardo, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge, e o presidente Luciano Coutinho, do BNDES, Sérgio Gabrielli, da Petrobras e o diretor-geral Haroldo Lima, da ANP.



Socorro Gomes

Entrevista com Socorro Gomes

O mundo quer paz

POR CAROLINA RUY

Criada em 1943, durante a II Guerra para bloquear o avanço de navios alemães e ingleses, a 4ª Frota estadunidense foi reativada em 2008 no Atlântico Sul, sob o pretexto de "missão" humanitária.

Socorro Gomes, presidente do Conselho Mundial da Paz, chama a atenção para uma unificação dos povos da América Latina, a fim de reagir contra o imperialismo. Para ela está claro que, apesar de

todo poder o imperialismo estadunidense está em uma situação difícil e que cresce a luta pela paz no mundo



Detentos andam na Base militar de Guantanamo em Cuba

Princípios - Existem atualmente bases militares estadunidenses na Baía de Guantâmo, Cuba; em Aruba, Curacao; Manta, Equador; Comapala, El Salvador; em Comayagua, Honduras; e no aeroporto Mariscal Estigarribia, Paraguai, concluído em 2000. Este quadro mostra que os tentáculos do Imperialismo estaduniense estão cravados na

América Latina. Em sua avaliação qual a dimensão desse controle militar dos EUA no nosso continente?

Socorro Gomes – O governo paraguaio tem se colocado contra esse aeroporto. No Equador não haverá nenhum novo acordo para a base militar de Manta. Encerra-se no ano que vem. E o presidente Rafael Correa já negou qualquer possibilidade de

continuação. De fato, a base militar de Guantánamo (Cuba), onde está a famosa prisão de Guantánamo, tem tido grande rejeição pelo mundo. O governo dos EUA coloca ali seus opositores, onde foram denunciadas torturas cruéis.

A prisão é absolutamente fechada, os presos não têm julgamento. Essas atividades criminosas que os EUA fazem com essas bases têm como objetivo o controle e a intimidação.

Em termos globais, as bases estadunidenses da América Latina estão em menor número, sendo que os EUA têm em torno de 735 bases militares espalhadas pelo mundo, com porta-aviões, bombas nucleares etc. O objetivo é controlar mercados, regiões e, principalmente, saquear recursos naturais. Se observarmos bem, veremos que a maioria dessas bases está sobre recursos naturais. Lugares onde há petróleo, em regiões ricas do ponto de vista da biodiversidade, ricas em minérios nobres que servem a indústria de ponta, como América Latina e Oriente Médio. Resumindo numa frase: o objetivo dessa ação dos Estados Unidos é saquear os recursos naturais.

Princípios – A Quarta Frota Naval dos EUA foi criada em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, e desmantelada em 1950. Sobre sua reativação em 2008 há vários argumentos: ajuda humanitária, proteção do Caribe e Atlântico Sul, chegando até a alegar relações “potencialmente terroristas” entre Venezuela e Irã. É possível identificar quais setores e governos latino-americanos aderem a tais argumentos e apóiam a ação dos Estados Unidos?

Socorro Gomes – Pode-se dizer que a Colômbia por si só constitui-se em uma base estadunidense. Hoje a Colômbia é a ponta-de-lança dos EUA contra os povos e as nações da região. Funciona como Israel para o Oriente Médio.

Entretanto, a grande maioria dos países latino-americanos tem se posicionado contra. Os Estados Unidos sempre tiveram a América Latina como uma extensão do seu quintal. Aqui eles destruíram Estados, economias, impuseram, no período de 1950 aos anos de 1970, governos fascistas sob sua orientação,

além de terem assassinado patriotas e opositores. De uns anos para cá isso mudou. Observamos haver uma tendência ao aprofundamento dessa mudança. O povo, as forças sociais, os movimentos populares

têm fortalecido o caminho da independência. E, mais do que isso, eles têm levado ao poder governos que não apenas são independentes da política estadunidense, mas também se opõem ao seu sistema econômico que, por sinal, está em decadência. Além disso, esses governos buscam maior integração regional. Esta é uma forma de fortalecer a reação contra os EUA. É uma inte-

gração parceira, solidária, econômica, cultural, política etc.

Princípios – Qual a situação atual da 4ª Frota americana? Ela está navegando? Como ela tem agido?

Socorro Gomes – Pelo que sei ela estava para prestar ajuda humanitária no Haiti, mas nem sei que ajuda poderia ser essa. Ela está com um aparelhamento extremamente bélico, inclusive com bomba nuclear. Isso não é para ajuda humanitária. Isso dificulta a ajuda humanitária. Seu comandante, o contra-almirante Joseph Kernan, foi instrutor do Seal (grupo de elite da Marinha dos EUA – homens-rãs, treinados para a guerra, com capacidade de sabotagem e destruição) e participou de diversas operações secretas de guerra no Iraque e no Afeganistão. Seu perfil é de guerra. É claro que isso demonstra qual a verdadeira intenção dessa 4ª Frota. Além disso, ela está preparada para entrar nos rios, no Amazonas, no Orenoco, no Rio Prata etc. Aí não são mais nem águas internacionais. Ou seja, dessa forma eles mostram a intenção de intervenção agressiva. Justamente nos rios caudalosos que temos nessas regiões e que dão acesso às regiões mais ricas. Isso é muito grave.

Princípios – No dia seguinte à confirmação da descoberta de grandes reservas de petróleo em camadas profundas do território brasileiro, George Bush reativou a 4ª Frota Naval, ou seja, reuniu navios e um porta-aviões nuclear e mandou para o Atlântico. Ao que parece, es-



Navios da 4ª Frota estadunidense

sa reativação está calcada na incansável busca por petróleo...

Socorro Gomes – Essa 4ª Frota foi criada no período da Segunda Guerra Mundial, e foi desativada. Seu surgimento, depois de cinquenta anos – quando o continente como um todo muda de orientação política, levando ao poder governos progressistas –, é sintomático. Além da questão do petróleo, outras forças sociais e políticas assumiram o comando desses países e eles se colocaram numa posição de independência em relação ao império estadunidense. A reativação da 4ª Frota se dá também justamente quando se cogita

criar o Conselho de Defesa Comum na América Latina – um Conselho saído do tacho da OEA. Quando houve, por exemplo, a invasão do Equador pela Colômbia, associada aos EUA, todas as nações repudiaram. Quando a Bolívia é assediada pelos EUA, os demais países prestam-lhe solidariedade e defendem o governo constitucional de Evo Morales. Então, devemos

nos ater com cuidado ao momento em que surge essa 4ª Frota. Além disso, o Brasil acaba de descobrir o pré-sal. Os EUA não têm reservas de petróleo nem abundância de recursos naturais. Para suprir esta falta eles buscam conter o avanço dos povos e das nações.

O imperialismo tem um histórico de agressividade muito grande. Uma potente força destruidora. Ele não respeita nenhum tratado internacional. Sequer a ONU. Só mesmo a união dos povos e da nações pode detê-lo.

Princípios – Segundo o general Durval de Andrade Nery, coordenador do Cebres (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos), hoje não temos capacidade de impedir uma sabotagem nas nossas plataformas de petróleo porque as Forças Armadas brasileiras estão sucateadas e a única maneira de a Marinha dar segurança nas plataformas, ou na nossa costa, seria com um submarino nuclear. O que já foi feito no sentido de restabelecer o poderio militar brasileiro?

Socorro Gomes – Se temos capacidade de defesa isso é um processo. A primeira coisa é a consolidação de uma atitude firme dos povos, países e governos, a exemplo de Brasil, Venezuela, Cuba e Bolívia, que se posicionaram contra essa situação. Mas isso é um processo. Um alerta de que não vamos aceitar. Muitas vezes as batalhas são vencidas não por quem

tem maior poder bélico. Também se vence do ponto de vista político. Claro, vamos sempre nos empenhar para que não haja guerra. Queremos defender nossos interesses, nossa soberania, mas, antes de tudo, queremos paz. Nisso os governos estão, em sua grande maioria, de comum acordo.

Claro, o governo tem de fortalecer seu aparato e o país tem de ter suas forças armadas. Nós não vivemos em um momento de paz no mundo, infelizmente. A meu ver, os governos também vão buscar defender suas fronteiras, águas e territórios.

Quando George Bush tomou posse ele chamou o

presidente Lula para convocar o Brasil para a guerra do Iraque. Nessa ocasião nosso presidente declarou que a única guerra que iria travar seria contra a fome e a miséria. Lula tem demonstrado, a exemplo desta declaração, que quer paz, embora o imperialismo fique tentando criar uma cizânia na América Latina: Lula x Hugo Chávez, Lula x Evo Morales. Em

todos os momentos o governo brasileiro tem procurado sentar à mesa, dialogar e buscar negociações justas. Isso é muito positivo.

Princípios – Como o Conselho Mundial da Paz tem se posicionado frente a essa situação?

Socorro Gomes – Reunimos recentemente o secretariado executivo e delineamos campanhas contra guerras e ocupações, contra as 735 bases militares oficiais e também contra a bomba nuclear. Estes são os eixos contra a OTAN, que é o braço armado nos Estados Unidos em várias partes do mundo. Ela tem um poderio muito grande na Europa, no Oriente Médio, no Cáucaso etc. Sobre a 4ª Frota estamos preparando um seminário, pelo Cebrapaz, previsto para novembro, e a partir daí queremos criar uma campanha contra a 4ª Frota. Estamos buscando apoio da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais) para lançar essa campanha nacionalmente. E no Fórum Social Mundial a idéia é lançá-la em âmbito internacional.

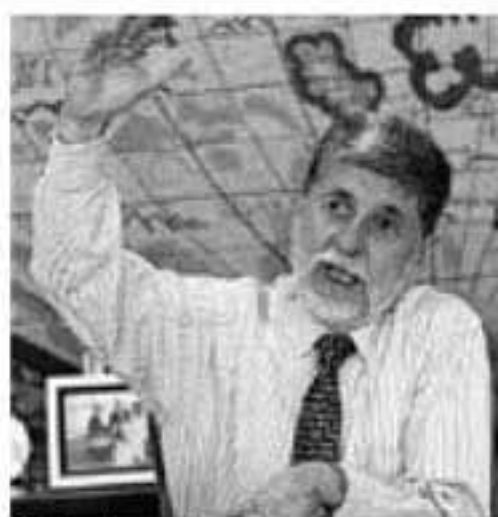
Um dia destes Fidel Castro disse que com a 4ª Frota George Bush fecha o Globo militarmente. Claro, isso é para intimidar, mas ao mesmo tempo eles estão em decadência, nunca foram tão rejeitados no mundo. Hoje o povo tem noção de quem faz guerra, quem é a maior ameaça da paz. Por isso, vamos dar ênfase à luta contra a 4ª Frota, que é um terrorismo de Estado.

Carolina Ruy é Secretária de redação de Princípios

Crises e conflitos num mundo em transição

RONALDO CARMONA

Da crise na Rodada de Doha à explosão da bolha financeira, passando por modificações no cenário geopolítico, é intenso o debate sobre a crise e o esgotamento do neoliberalismo e a tendência ao declínio e à superação



Celso Amorim

da hegemonia norte-americana no mundo

Após quase duas décadas de início da atual ordem mundial, com o fim do mundo bipolar, e no plano econômico, após pouco mais de três décadas da suplantação do capitalismo regulado gerido em Bretton Woods pelo capitalismo financeirizado, o neoliberalismo e a hegemonia norte-americana estão em crise.

O mundo atual vive um cenário de diversas crises simultâneas: econômica (financeira e no sistema multilateral de comércio), no domínio unipolar e no aviltado sistema multilateral, no preço e na oferta de energia e alimentos e nos graves desequilíbrios ambientais.

Neste texto, buscaremos discutir aspectos de duas grandes crises do mundo atual: a crise do neoli-

beralismo, nas suas dimensões financeira e no sistema multilateral de comércio, e a crise no domínio unipolar. Em ambos os casos, por certo, ainda não há respostas definitivas, pois se tratam de problemas em desenvolvimento, que exigem investigação e estudo, para uma atualização do quadro internacional atual.

A crise do neoliberalismo

Está em curso uma enorme operação no coração do império visando salvar o capitalismo na sua versão atual – numa crise que, segundo uma definição que já é quase uma unanimidade, em seu volume, profundidade e extensão é a maior do capitalismo desde 1929.

A crise atual possui raízes exatamente na tendência inata do capital a buscar uma valorização acelerada. O desenvolvimento capitalista, em sua busca incessante por reverter uma de suas leis gerais – a baixa tendencial da taxa de lucro – e visando a manter a hegemonia estadunidense sobre a ordem econômica internacional, impôs, a partir da década de 1970, um “retorno” do capitalismo ao capitalismo “liberal”, desregulamentado do final do século XIX e início do XX.

Com efeito se a crise de 1929 resulta, ao final da Segunda Guerra, no “capitalismo de Bretton Woods” – etapa fundada no controle de capitais e na estabilidade da taxa de câmbio, que durou cerca de 30 anos e representou aquilo que Hobsbawn chamou de “a era de ouro do capitalismo” – no início dos anos 1970, se inicia uma ruptura desse sistema pactuado no pós-guerra. Logo após, o aumento dos juros nos EUA, a partir de 1979, é considerado “o início da reafirmação econômica americana no plano internacional, e uma nova forma de operação do capitalismo, constituindo um marco simbólico do início da globalização” (1).

Inicia-se então a era do predomínio financeiro, no qual o capital cria mecanismos de multiplicação acelerada de seu valor através da reprodução direta, em grande medida sem passar pela valorização na produção, pelo trabalho, um D-D’, como definiria a economia política marxista. É, pois, o que predominou faz quase quatro décadas: baixa regulação, ampla liberdade de movimentação de capitais e crescimento de uma cadeia de riscos, gerado por alavancagens em cadeia – na qual, a dívida de um banco é o crédito de outro banco, numa espiral – que aumentou em várias vezes, por meio de derivativos e outras “inovações” financeiras, o valor real dos ativos. Nessa “farra” de reprodução do capital participaram não apenas o setor financeiro, mas também empresas “produtivas” que provêm parte de seus ganhos em operações no mercado de capitais.

Com isso, foi se gerando uma imensa cadeia de riscos, fazendo eclodir, há pouco mais de um ano, a chamada crise dos subprimes, títulos de segunda linha, com alto risco de inadimplência, localizados sobretudo na bolha formada no setor imobiliário dos EUA. A crise entra então numa nova fase, com a decisão do governo dos EUA de “deixar quebrar” o centenário banco de investimentos Lehman Bro-

thers, em 15 de setembro último.

Desde então, o mundo observa aquilo que alguém chamou de “uma epidemia de destruição do capital”, fazendo com que, em um ano (findo em setembro), as empresas (em grande parte a “economia real”) perdessem US\$ 7,3 trilhões, deixando a economia mundial “à beira do derretimento sistêmico”, como reconheceu o FMI.

Faz sentido: apenas no último dia 29 de setembro de 2008, após a rejeição do Plano Paulson (ou “Plano de Resgate de Ativos Problemáticos”, TARP, na sua sigla em inglês) pelo Congresso estadunidense, a Bolsa de Nova Iorque registrou a evaporação de US\$ 1,2 trilhões.

O capitalismo gerou um verdadeiro monstro em três décadas de predomínio de sua versão *financeirizada*

O capitalismo gerou um verdadeiro monstro em três décadas de predomínio de sua versão financeirizada: os ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e ações somados) em circulação somam três vezes e meia o PIB mundial real. Os contratos de derivativos, por sua vez, segundo o BIS,

somam US\$ 596 trilhões, ou mais de dez vezes o PIB mundial (de US\$ 54,3 trilhões). Como nunca, os postulados de Marx sobre as características e as tendências do capitalismo vão se confirmando.

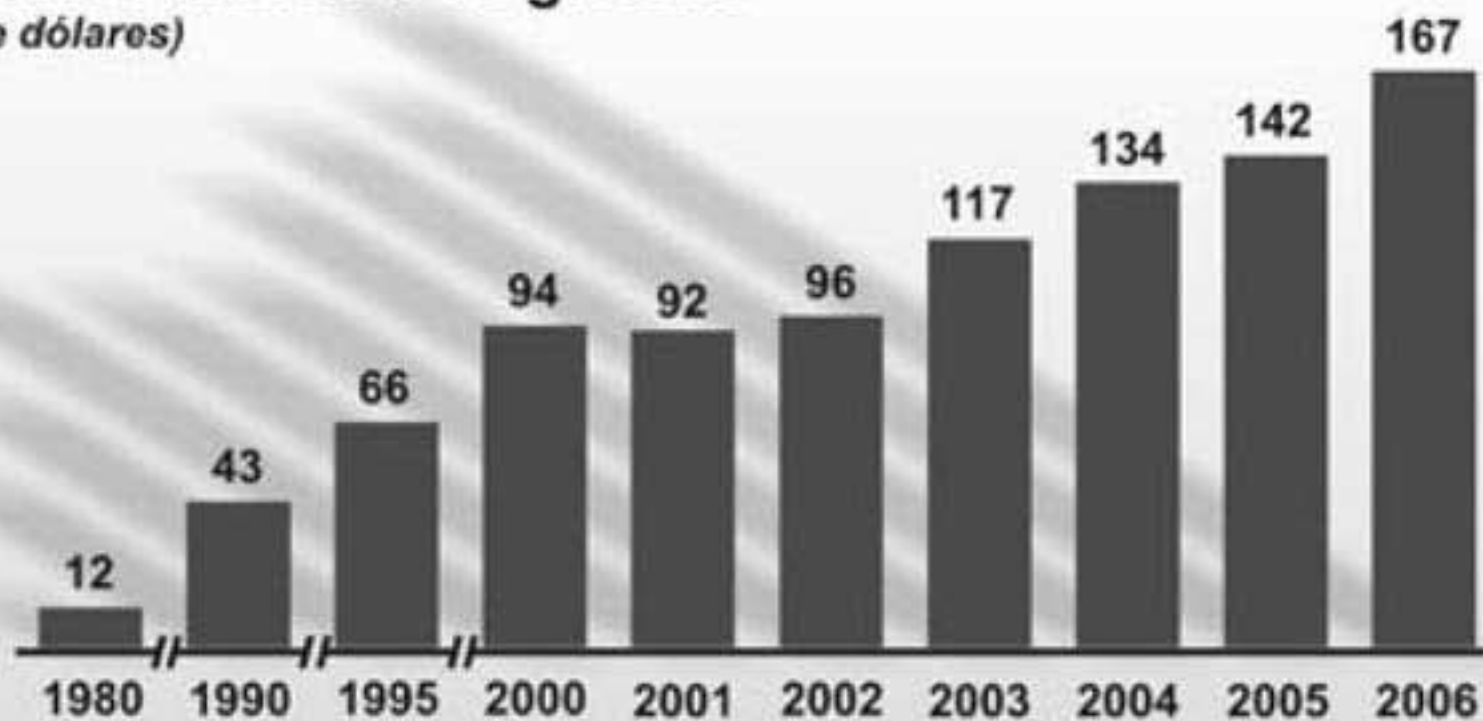
Ferindo de morte a utopia liberal e neoclássica, a crise desata intervenções em massa dos Estados no sistema financeiro.

Até o momento em que concluímos este texto, nos Estados Unidos, o Plano Paulson aprovado pelo Congresso, prevê US\$ 700 bilhões visando, principalmente, comprar títulos podres e limpar balanços das empresas do setor financeiro e, desta soma, US\$ 250 bilhões para comprar participações em grandes bancos, como o Citigroup, o Bank of América e outros. A Grã-Bretanha destinou a fabulosa soma de 500 bilhões de libras para, dentre outras coisas, promover uma estatização parcial de seu sistema bancário, em gigantes como o Lloyds e os RBS. Os europeus da Zona do Euro, por sua vez, anunciam uma intervenção no sistema financeiro na casa de 1,873 trilhão de Euros. Em todo o mundo, os Estados lançam-mão de vultuosos recursos para estancar o colapso do sistema financeiro e o contágio da economia real.

Diante deste quadro e a despeito da intensidade, todos pedem um “choque regulatório”, visando a disciplinar o capitalismo. Até o Institute of International Finance (IIF), uma espécie de associação mundial de bancos, pede uma “supervisão mais

Total de ativos financeiros globais

(em trilhões de dólares)



PIB Mundial (US\$ trilhões)	10,1	21,5	29,4	31,7	31,6	32,8	36,9	41,6	44,8	48,3
Relação ativos/ PIB mundial	1,09	2,01	2,23	2,94	2,90	2,91	3,18	3,23	3,17	3,46

Fonte: McKinsey Global Institute Global Financial Stock Database

eficiente" e até um "novo corpo regulatório global". O próprio Banco Mundial pede um "novo Bretton Woods", pedido semelhante dos governos francês, alemão, russo e brasileiro. O governo britânico, propôs a convocação de uma Conferência Internacional no final do ano para tratar da reforma do sistema financeiro internacional e o G20 se reunirá em Washington para tratar do mesmo tema.

Mas, em que medida é possível um retorno a um capitalismo regulado? Por um lado, ainda que não aja uma resposta totalmente clara a essa pergunta, é certo que o limite da intervenção é dado pela necessidade de "salvação do sistema"; "os bancos centrais e os governos fizeram e farão o que for necessário para salvar suas economias capitalistas em crise sistêmica" (2). Nesse sentido, há toda uma revisitação das teses de J. M. Keynes que "propôs políticas, regras e instituições para mantê-lo vivo" (3) por meio da ação do Estado.

Mas, de certo, é impensável "voltar a roda da história", isto é, um retorno a um modelo de capitalismo que existiu a partir de circunstâncias históricas e de forças muito particulares, como foi a gerada no pós-guerra. Conforme lembra, em re-

cente editorial, o chinês *Diário do Povo*, devemos ter em conta que "o sistema monetário de hoje no mundo não é algo isolado. É resultado de uma evolução histórica (do capitalismo) durante longo tempo" (4).

Pois, em que medida a financeirização, resultado de uma "evolução histórica" do capitalismo, pode ser limitada, mesmo que transitoriamente? O fato é que, com fins explícitos de salvar o capitalismo, ganha força um movimento para impor certa ordem na anarquia que ameaça a forma atual capitalismo.

O próprio presidente Bush, ao justificar as medidas recém adotadas, diz que "como firme partidário do livre mercado, me oporia a esta medida em circunstâncias normais. Mas estas não são circunstâncias normais". Em seguida, dando conta da transitoriedade da intervenção do Estado, diz que "a intervenção governamental não é absorção governamental. Seu propósito não é o de debilitar o livre mercado, mas de resguardar o livre mercado" (5). Mais claro, impossível, deixando claro que o limite da regulação possível é dado exatamente pela ne-

cessidade de salvação do sistema – auto-destrutivo se submetido à “auto-regulação” proposta, utopicamente, pelo liberalismo clássico.

A crise no sistema multilateral de comércio

Outro aspecto da crise do neoliberalismo é a crise no sistema multilateral de comércio. O fracasso da Rodada de Doha – o terceiro colapso pelo terceiro ano consecutivo – tem como causa uma contradição básica que a levou a sucessivos impasses: por um lado, a tentativa dos países ricos (EUA e União Europeia) de imporem uma nova onda de liberalização comercial aos países em desenvolvimento, sobretudo em produtos industriais e serviços. Por outro, a exigência dos países em desenvolvimento de uma “Rodada de Desenvolvimento”, isto é, que represente ganhos efetivos de acesso aos mercados dos países ricos, sobretudo em agricultura, e que ao mesmo tempo permita espaço para políticas nacionais de desenvolvimento – seriamente afetadas pela anterior Rodada Uruguai, concluída em 1993, no auge da ofensiva neoliberal.

Os impasses nas negociações na OMC ocorrem porque os fluxos de comércio e o acesso aos mercados determinam a divisão internacional do trabalho – e ao longo da história econômica o protecionismo sempre foi largamente utilizado como caminho para o desenvolvimento. Mas não há disposição das nações desenvolvidas em desobstruir o caminho para o desenvolvimento das nações pobres; as nações ricas insistem na manutenção do status quo da atual divisão internacional do trabalho.

Na reunião da OMC de julho último, um fator adicional forneceu o pretexto aos países ricos para bloquear a Rodada. Naquilo que é expressão de uma nova realidade em gestação no mundo, Índia e China levantaram a necessidade, cada vez mais explícita, de, como grandes e populosos países em desenvolvimento, manterem a capacidade de prover alimentos à sua população, através da adoção do direito às chamadas salvaguardas especiais, isto é, possibilidade de impor barreiras para proteger a produção local de alimentos

As negociações da Rodada de Doha, no entanto, deixam um saldo de grande significado: pela primeira vez na história das negociações comerciais, os países em desenvolvimento, unidos em distintas coalizões, lograram não apenas impor freio a uma libe-

ralização comercial unilateral, como também foram os protagonistas nas negociações.

Exemplo maior dessa unidade foi a constituição do G-20, surgido na Conferência da OMC em Cancun, em 2003, com base no interesse comum de eliminar o protecionismo agrícola e abrir os mercados dos países ricos. Nos momentos decisivos das negociações de Doha, chegou-se a se constituir um G-100, aliança entre todos os grupos de países em desenvolvimento em torno de uma plataforma comum.

Certamente, existem, sobretudo em se tratando de comércio, algumas contradições importantes entre os países em desenvolvimento, dado o próprio desenvolvimento desigual do capitalismo. Mas nas negociações de Doha, no fundamental – barrar uma liberalização comercial unilateral dos países em desenvolvimento e

lograr espaço para políticas nacionais – logrou-se uma unidade de importância histórica.

A crise do mundo unipolar

Ao lado da crise da hegemonia neoliberal, representada pelas crises no sistema de comércio e nas

finanças, caminha a crise da ordem mundial unipolar – as duas grandes crises que marcam o cenário internacional atual.

A ordem mundial inaugurada por George Herbert Bush em 1990 proclamava não apenas o fim da história, como também decretava o anacronismo da luta antiimperialista, isto é, da possibilidade de desenvolvimento da luta norte-sul, em contradição com uma lei fundamental do capitalismo, a lei geral de seu desenvolvimento desigual, conforme proposto por Lênin.

Mas, ao contrário da proclamação liberal triunfalista, apenas uma década e meia depois uma nova luta dos países em desenvolvimento, com variadas e contemporâneas feições, ressurgiu no plano internacional.

A relançada luta dos países do sul se afirma no aparecimento de novas coalizões, como o G-20 e outras no âmbito da OMC. No G-5 (China, Índia, México, África do Sul e Brasil), que, em nome do Sul do mundo, expressa inúmeras contradições nos “diálogos” com o G-7, o clube dos países ricos, que aliás, debate sua própria reformulação, visando aumentar sua legitimidade. Já os BRIC, sigla de Brasil, Rússia, Índia e China, passam a reunir-se regularmente, num fórum de chanceleres, em que se busca

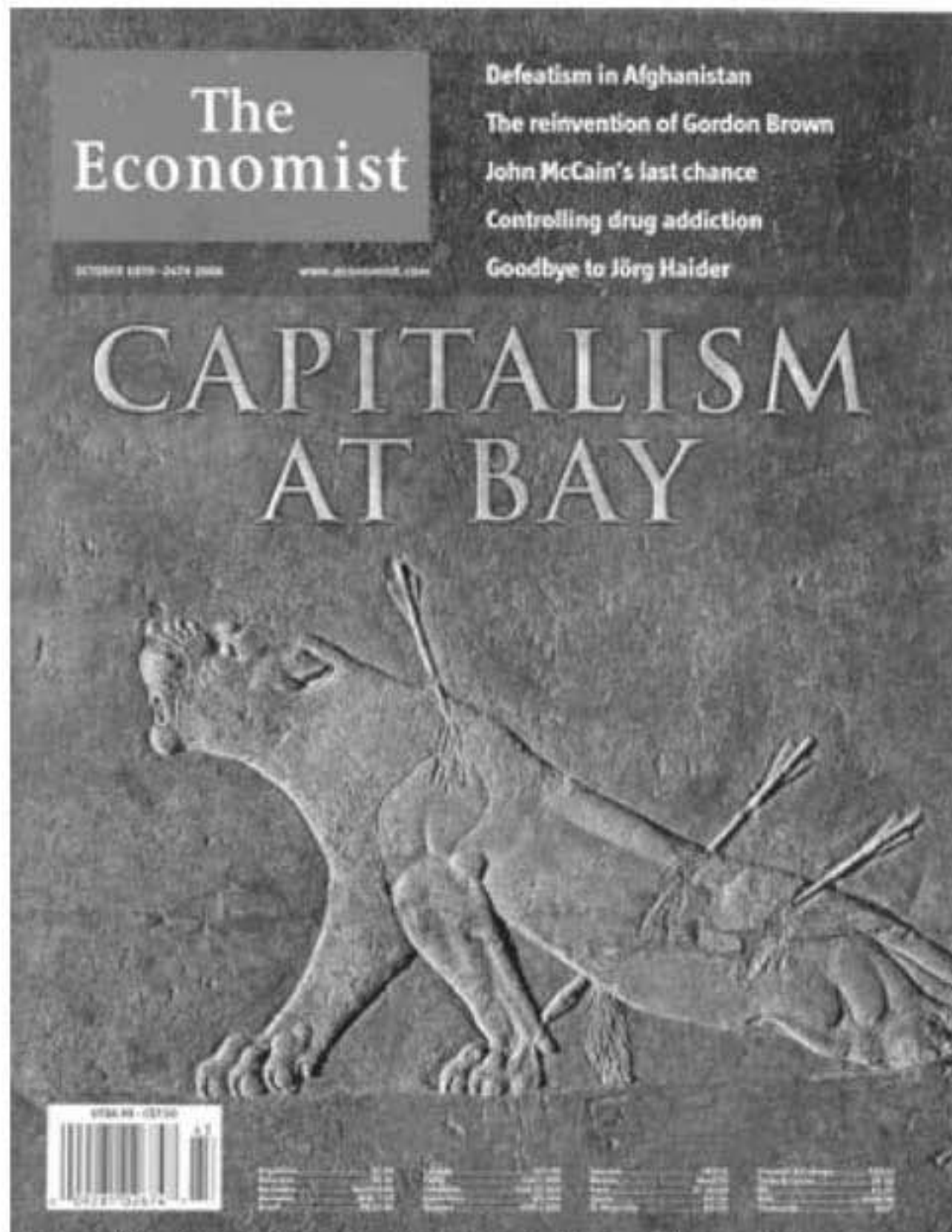
Não há disposição das nações desenvolvidas em desobstruir o caminho para o desenvolvimento das nações pobres

concertar uma agenda comum destes grandes países em desenvolvimento. Surge o IBAS, fórum trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul e se realizam as Cúpulas entre a América do Sul e o Oriente Médio, e entre a América do Sul e a África.

Aparecem estruturas regionais, como a Organização de Cooperação de Xangai, de iniciativa bilateral sino-russa, que reunindo diversos países, é elemento de resistência à influência do imperialismo norte-americano sobre a região; também tem esse sentido último a Unasul (União das Nações Sul-americanas), como no recente e firme papel jogado contra a divisão da Bolívia e, no âmbito do Grupo do Rio, no rechaço à violação da soberania equatoriana pela Colômbia. De conjunto, todos são movimentos de contestação da atual ordem mundial unipolar e de luta por uma nova ordem mundial.

Grandes países em desenvolvimento passam a polarizar regiões inteiras, apontando para novos pólos de poder no mundo. A China, como produto dos 30 anos da política de reforma e abertura e dos 60 anos do socialismo com características chinesas, é uma grande novidade no mundo, jogando um papel progressista no cenário mundial. É o caso do Brasil que, em aliança com a Venezuela e a Argentina, forma o vértice de um pólo sul-americano independente e de resistência, estruturado a partir do Mercosul e da Unasul. A Rússia – após a humilhação a que foi submetida com o fim da União Soviética –, se reergue, apoiada na enorme força militar remanescente da era soviética e em num projeto nacional. Grandes países, como Índia e África do Sul, também passam a jogar importante papel.

Em oposição a essa tendência, os EUA atuam abertamente no sentido de impedir o surgimento de potências ou massas territoriais que rivalizem com seu predomínio sobre o mundo, a partir de diversas iniciativas. É o caso da ação no entorno da Rússia, com as Revoluções coloridas e com provocações, como a recente guerra no Cáucaso. É o caso das provo-



Até o neoliberal *The Economist* admite: o capitalismo está encurralado

cações no entorno e no interior da China, com a “promoção” da “independência” do Tibet e de Taiwan.

É o caso também da ação do império contra a tendência progressista na América Latina, como no apoio ao golpismo e ao secessionismo em países como Venezuela e Bolívia; no restabelecimento da 4ª Frota Naval, ameaçando as reservas petrolíferas do Pré-sal, na costa atlântica brasileira, e no cerco de bases militares ao redor da Amazônia brasileira.

Qual a dimensão da crise e do declínio da hegemonia neoliberal e do mundo unipolar? – uma grande questão em aberto e em debate.

“Is America in Decline?” é a pergunta feita no dossiê na edição de maio-junho (2008) da *Foreign*

Affairs. A *The Economist*, porta-voz do neoliberalismo anglo-saxão, acusa o golpe e informa em sua capa que está o Capitalism at bay (Capitalismo encurralado). No espanhol *El País* (20/07/08), pergunta o prêmio Nobel, Joseph Stiglitz “¿El fin del neoliberalismo?”. “Cresce pressão por ‘novo comando’ global”, informa a *Folha de S. Paulo* (12/10/08). Já o presidente russo, Dimitri Medvedev, sustenta numa conferência em Berlim que “desapareceu irreversivelmente” a era da hegemonia econômica estadunidense.

De certo não é um debate totalmente novo (6). Mas também é certo que um conjunto de fatos novos, que discutimos neste texto, demonstram de forma inequívoca o esgotamento do neoliberalismo e a crise do mundo unipolar. Mesmo quem na “contracorrente” vê um fortalecimento da hegemonia norte-americana nesta crise, como José Luis Fiori, diz que “de todos os pontos de vista, acabou a ‘era Thatcher/Reagan’ e foi para o balaio da história o ‘modelo neoliberal’ anglo-americano, junto com as idéias econômicas hegemônicas nos últimos 30 anos”. E acrescenta que “deverá ganhar pontos, nos próximos meses e anos, em todas as latitudes, o ‘modelo chinês’ nacional-estatista, centralizante e planejador” (7).

O fato é que voltam os Estados Nacionais a ser protagonistas na cena internacional e no destino de seus povos, sobretudo na “periferia”. No Sul do mundo, a centralidade “ideológica” da questão nacional, que em muitos casos toma nitidez antiimperialista, torna-se base objetiva e subjetiva para a consecução dos projetos nacionais de desenvolvimento e mesmo, em casos mais avançados, em proclamações pelo socialismo. Da crise da globalização re-emergem Estados nacionais.

Mas seria precipitado decretar o fim do neoliberalismo e o declínio absoluto da hegemonia norte-americana, uma vez que uma alternativa a ambos ainda não se apresenta com força e nitidez para suplantá-los e se impor: o socialismo, após sofrer uma grande derrota histórica, só agora começa a dar sinais de nova vitalidade e tendência de superação de sua crise.

Tampouco os Estados Unidos, com sua enorme e desproporcional força militar, ideológica, econômica, científica e tecnológica, deixarão de ser um ator central no cenário internacional por um longo período histórico. Nem seria possível dizer que traços estruturais da “evolução” do capitalismo, como a tendência à expansão mundial pela livre circulação

de mercadorias e capitais, tendem a se reverter estruturalmente.

Mas não se pode negar o fortalecimento de uma tendência nova e objetiva à multipolaridade e ao declínio (lento, mas constante) da hegemonia norte-americana – dados do curso histórico e da transição no mundo atual. Muito se diz sobre uma crescente perda de “liderança intelectual”, isto é, de hegemo-

nia dos Estados Unidos em estabelecer os parâmetros e em representar um “modelo” de país a ser seguido – como vigorou na ordem mundial surgida no início dos anos 1990.

Emergirá um mundo caracterizado pela intensificação de incertezas e conflitos, numa fase de transição da

ordem mundial. Da mesma forma é falsa e ilusória a idéia de que a multipolaridade signifique a emergência de um mundo de paz.

A questão da alternativa ao capitalismo neoliberal e ao mundo unipolar passa a estar na ordem-do-dia. Mais do que nunca, o socialismo pode e precisa se afirmar, num quadro em que o capitalismo e o imperialismo mostram todos os seus limites, num sistema social superior ao atual, em crise. Afinal, a vitória histórica e a superioridade do capitalismo sobre o socialismo, proclamada após os episódios de 1989-1991, se esfaram a olhos nus.

Ronaldo Carmona é sociólogo e membro da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB

Notas

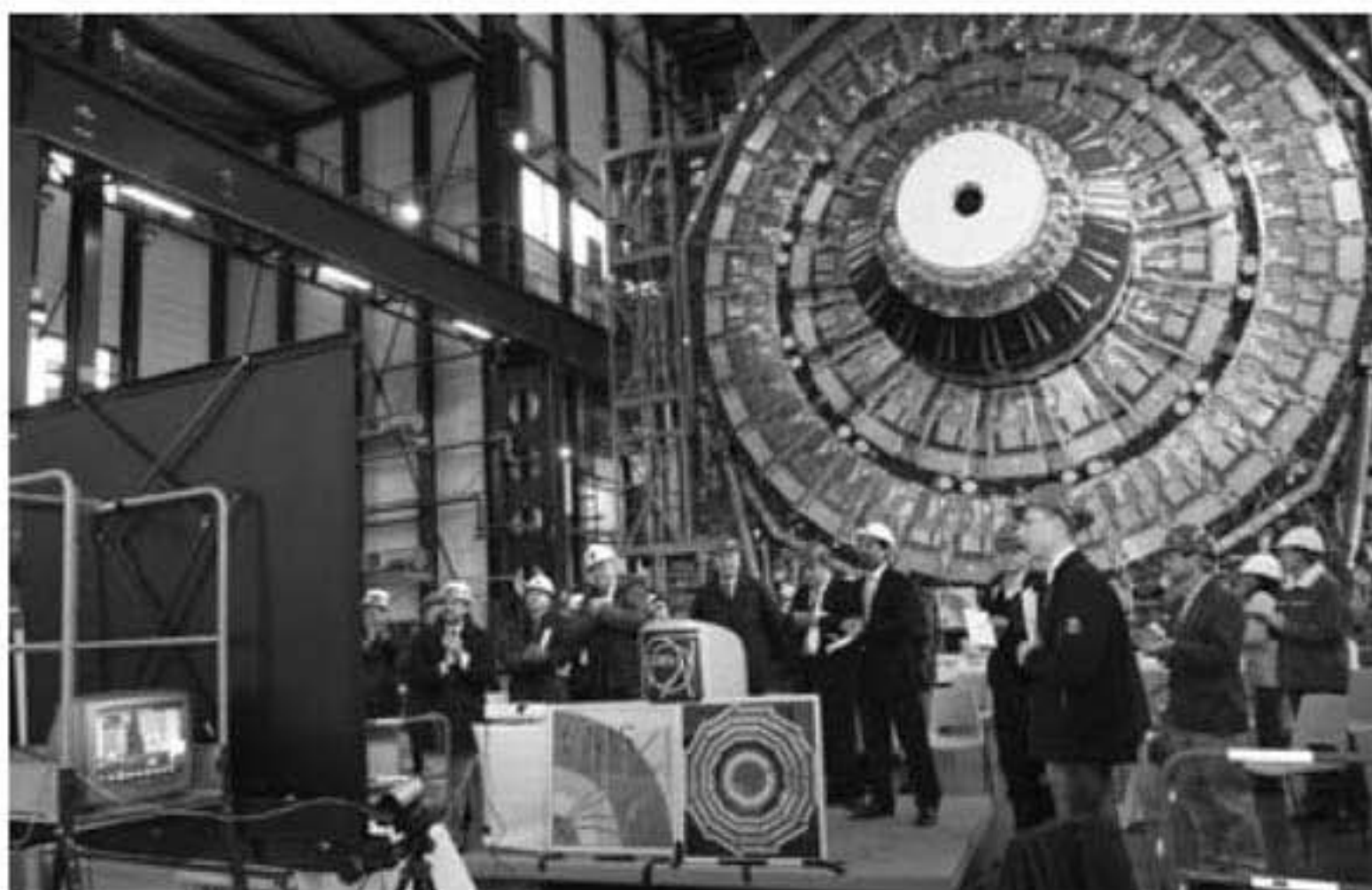
- (1) Ricardo Carneiro, “O fim de uma era?”, *Folha de S. Paulo*, 02/10/08.
- (2) José Carlos Braga, “A crise sistêmica e a miragem”, *Valor Econômico*, 18/09/08.
- (3) João Sicsú, “Keynes também manda lembranças”, *Folha de S. Paulo*, 16/10/08.
- (4) *Diario del Pueblo*, “Un nuevo enfoque de la crisis de las subprime de EEUU después de la tormenta de Lehman Brothers”, 24/09/08.
- (5) Discurso de George W. Bush, 17/10/08.
- (6) no final da década de 1970, com os EUA derrotados política e militarmente na guerra do Vietnã e com a contestação do dólar como moeda de reserva do sistema monetário internacional, era forte o debate sobre o declínio de sua hegemonia.
- (7) José Luis Fiori, “O mito do colapso americano”, *Valor Econômico*, 08/10/08.



Entrevista com Olival Freire

O Grande da “Big Science”

POR A. SÉRGIO BARROSO



Grande Colisor de Hádrons ou, do inglês, Large Hadron Collider (LHC)

Desde setembro de 2008, em Genebra, começou a funcionar o LHC (Grande Colisor de Hádrons). Com um perímetro de 27 quilômetros é o maior acelerador de partículas já produzido pelo homem. Um de seus principais objetivos é nada menos que buscar explicação para a origem da massa das partículas elementares do universo. Trata-se da “Big Science” a que se refere o professor Olival Freire Jr., mestre em Ensino de Física e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e ex- editor de *Princípios*.

Princípios - *A visão avançada na História da Ciência destaca a relação entre as descobertas científicas e as necessidades materiais ou sociais da humanidade. Desde setembro último, em Genebra, deu-se o início do funcionamento do LHC (Grande Colisor de Hádrons) – um*

fantástico acelerador de partículas que vem provocando verdadeiro frenesi nas idéias acerca das possibilidades de novas descobertas nas estruturas mais recônditas da matéria. Devemos enxergar o LHC dentro desse parâmetro da história das sociedades?

Olival Freire – O LHC é o estágio mais elevado de um fenômeno típico da ciência da segunda metade do século XX, a chamada “Big Science”. Alguns números podem ilustrar quão “big” é essa ciência. Os túneis do acelerador, localizados na fronteira entre a França e a Suíça, têm 27 km de circunferência, e são construídos entre 50 e 150 m abaixo do solo. O equipamento envolve 27 toneladas de magnetos supercondutores, quase 100 toneladas de hélio liquefeito a cerca de 270° negativos. O acelerador lançará feixes de prótons, partículas subatômicas, um contra o outro. Daí a palavra colisor. As partículas vão ser aceleradas a uma velocidade de 99,999999% da ve-

locidade da luz, e a energia na colisão poderá chegar a 14 Tev (Tera elétron-volt, 10^{12} eV). Sua equipe envolve quase 10 mil pessoas de mais de cem países, e seu custo é da ordem de 5 bilhões de euros.

A relação entre a construção dos grandes aceleradores de partículas e necessidades materiais e sociais da humanidade é no mínimo um tema controverso, a menos que consideremos tais necessidades em uma perspectiva mais flexível, aquela das circunstâncias históricas. De fato, os grandes aceleradores são fruto tanto de necessidades intrínsecas da ciência quanto das circunstâncias históricas relacionadas ao uso da ciência na Segunda Guerra e à Guerra Fria entre os EUA e a antiga URSS no período posterior.

Vejamos um pouco dessa história. Embora o primeiro acelerador de partículas subatômicas antedate a eclosão da guerra, com o ciclotron construído por Ernest Lawrence em Berkeley na Califórnia, o uso da física na Segunda Guerra – especialmente com os projetos da bomba atômica e da construção do radar, ambos cercados de êxito nos Estados Unidos – é que deu início a uma relação de estreita colaboração entre cientistas e militares, tanto nos EUA quanto na URSS como, em menor escala, em outros países. Os primeiros aceleradores construídos por Lawrence foram inclusive usados no esforço da construção da bomba para a separação de isótopos. Não tivesse a Segunda Guerra sido seguida pela polarização entre os aliados que a venceram – polarização marcada pela corrida armamentista e pelo uso da ciência no desenvolvimento de variados equipamentos militares – é duvidoso que os Estados se dispusessem aos enormes investimentos na física que efetivamente foram feitos.

A própria história da construção do LHC reflete os condicionantes geopolíticos da segunda metade do século XX. Ele é um acelerador construído pelo CERN, um organismo europeu de cooperação científica criado em 1954 que pode ser considerado um precursor da unificação européia. De fato, o CERN foi a resposta inteligente dos cientistas europeus face à hegemonia norte-americana na área da física de altas energias. Ao longo da segunda metade do século XX a competição pelo acelerador mais potente não foi isenta das ambições nacionais das grandes potências que podiam construir aparatos científicos desse porte. Os maiores competidores eram os Estados Unidos, que lideraram o setor até o final de década de 1970; a Europa, que assumiria a liderança a partir de 1980; a antiga URSS; e, mais recentemente, o Japão. Aceleradores menores estão espalhados pelo mundo, e são usados inclusive para finalidades de radioterapia. O fim da Guerra Fria tornou evidente que a corrida pelo acelerador mais potente era, também, parte daquela disputa. Isso ocorreu em 1993 quando

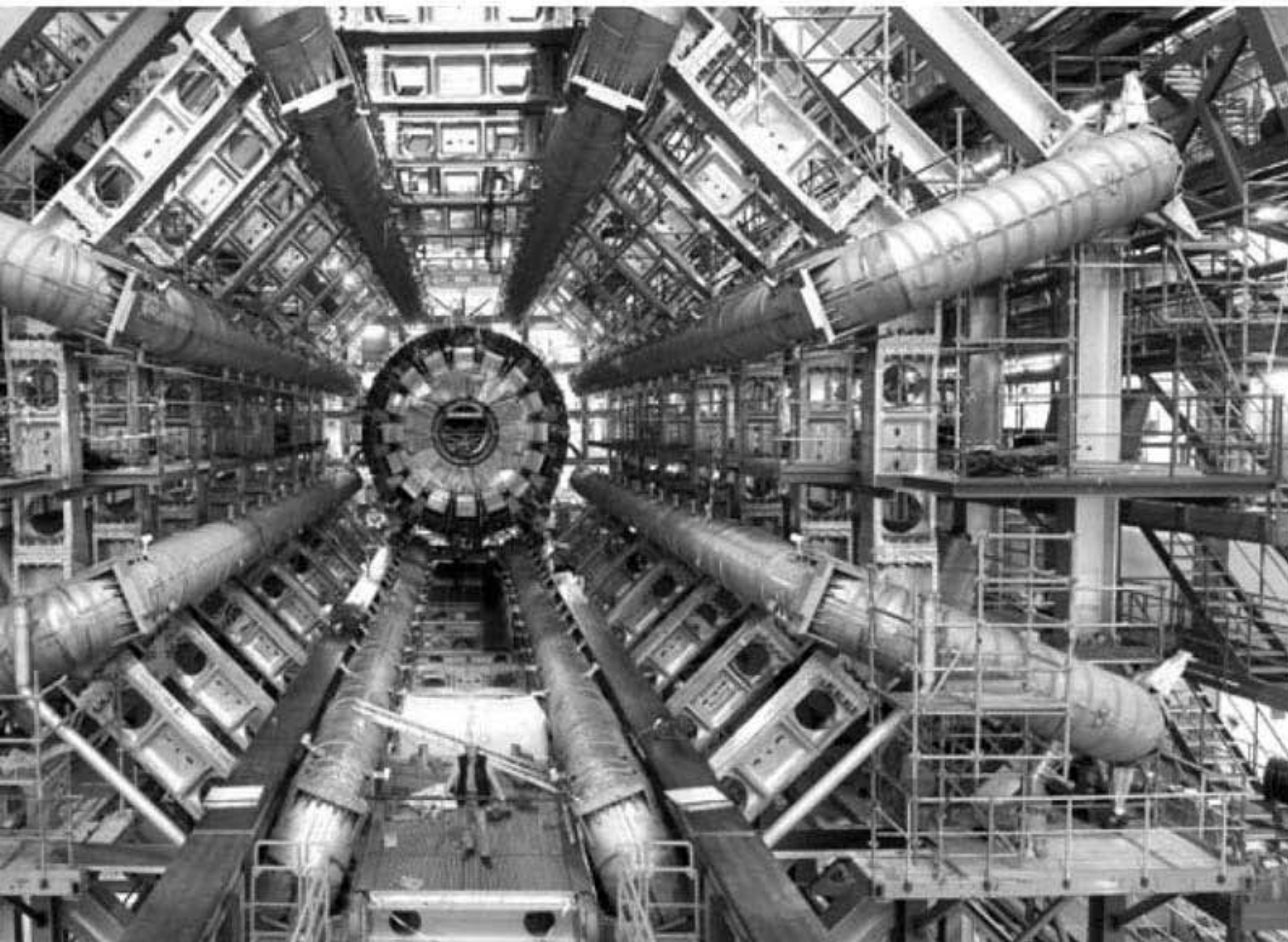
o Congresso norte-americano negou os investimentos para a construção do SSC (*Superconducting Super Collider*). A decisão, que encontrou tanto oposição quanto apoio entre os próprios cientistas norte-americanos, foi também um sinal dos tempos pós-Guerra Fria. No final da década de 1990, os EUA associaram-se ao CERN na construção do atual LHC.

Críticas quanto à conveniência dos altos investimentos requeridos pelos grandes aceleradores que simbolizam a Big Science existiram no passado e continuam a existir. Não há dúvida, entretanto, de que nosso conhecimento atual sobre a matéria subatômica não poderia ter chegado ao atual patamar sem a construção desses dispositivos, a dúvida residindo na sua prioridade face a outros investimentos em ciência e tecnologia. Essa é uma das razões, inclusive, da ampla divulgação empreendida pelo próprio CERN. A legitimidade social de tal investimento precisa ser consolidada. A própria concessão do Prêmio Nobel em Física este ano não foi isenta da busca pela legitimidade desses investimentos.



Princípios - *Especialmente após o pioneirismo das pesquisas do alemão Max Planck (1858-1947), do norte-americano Robert Milikan (1868-1953), do neozelandês Ernest Rutherford (1871-1937) e do britânico James Chadwick (1891-1974), passou-se a fixar a estrutura de um núcleo atômico formado de prótons e nêutrons, "orbitado" por uma nuvem de elétrons. A partir dos anos 1960, o estudo das partículas subatômicas, ou mais especificamente a "teoria dos campos", explica a força existente entre duas partículas através de outra, distinta: as "mensageiras". Explique-nos melhor esse assunto.*

Olival Freire – Você introduziu bem o assunto. A teoria quântica de campos – isto é, o tratamento pela mecânica quântica das interações fundamentais, como a interação eletromagnética, e das inte-



rações cujo alcance é restrito ao interior do núcleo atômico, a fraca e a forte – teve início ainda na década de 1930, mas se impôs entre 1950 e 1960 quando uma série de problemas teóricos inerentes a essa abordagem foi equacionada. Ao que chamamos hoje de Modelo Padrão é um sistema teórico que integra todas aquelas três interações e agrupa todas as partículas hoje conhecidas em dois grandes blocos: os léptons, que incluem o elétron; os neutrinos, o muon e o tau, e os quarks, esses últimos agrupados em três famílias distintas, uma composta pelos up e down, a outra pelos charm e strange; e a terceira pelos quarks bottom e top. Na teoria quântica de campos, as interações, os campos de força são mediados pelas partículas mensageiras, o fóton para a interação eletromagnética; as partículas W e Z para a força fraca; e o glúon para a interação forte. Fica de fora do modelo padrão a interação gravitacional, o que é um grande problema em aberto na física atual.

Princípios - *Você poderia comentar a atribuição do Prêmio Nobel de Física deste ano aos físicos Yoichiro Nambu, Makoto Kobayashi e Toshihide Maskawa, os dois últimos japoneses e o primeiro japonês naturalizado norte-americano, por realizações relacionadas à física de partículas?*

Olival Freire – O Nobel deste ano é pleno de significados. Há, de início, o inquestionável mérito científico de suas contribuições. Nambu recebe pela “descoberta do mecanismo de quebra espontânea de simetria em física subatômica”, e Kobayashi e Maskawa pela “descoberta da quebra de simetria que prediz a existência de pelo menos três famílias de quarks na natureza”. As previsões resultantes dessas teorias têm sido sistematicamente corroboradas. Essas contribuições exploraram um dos recursos mais fecundos da física teórica do século XX: a existência de simetrias e de quebras dessas simetrias. Se pensarmos que simetrias são recursos valorizados pelo

homem desde as antigas civilizações, temos aqui um caso de atualização de temas recorrentes na história do conhecimento. Mas o Nobel deste ano também tem implicações políticas óbvias. A referência positiva ao acelerador LHC, colocada explicitamente nos comunicados da Fundação Nobel, como instrumento capaz de explorar ainda mais as teorias premiadas, traz um claro sinal de busca da legitimação social do próprio acelerador. Além disso, o Nobel de Física deste ano tem um claro componente de reparar injustiças, como, aliás, o Nobel de Medicina também tem, ao premiar o francês Luc Montagnier por suas descobertas relativas ao vírus da AIDS, que haviam sido contestadas no passado pelo norte-americano Robert Gallo. Note que as descobertas que estão na base do Nobel da Física já estavam bem corroboradas desde, pelo menos, 1994, com a confirmação da observação do quark top por duas equipes distintas trabalhando no Fermilab, o maior acelerador norte-americano. Deve ser registrado que uma dessas equipes – a D-Zero – teve uma significativa participação brasileira na equipe liderada pelo professor Alberto Santoro, do Rio de Janeiro. Aliás, o professor Santoro também integra equipes científicas que atuam no LHC.

O Nobel deste ano tem, também, outras implicações culturais mais amplas. É bem sabido que a física teórica no Japão teve a singularidade de ter sido fortemente animada por uma corrente inspirada no marxismo, em especial através dos físicos Mituo Taketani e Shoichi Sakata. Este último elaborou o que se chama na Física de modelo Sakata, análogo e concorrente à época do modelo dos quarks. O programa de pesquisa do Sakata muitas vezes é referido como a Escola de Nagoya. Ele era considerado um nobelizável, em vida – uma categoria típica dos bastidores da ciência. Nobelizável é aquele cientista que realizou um trabalho de tal porte que seus pares consideram-no digno do Nobel. Todo fim de ano, tais cientistas esperam ansiosamente o anúncio de Estocolmo. Infelizmente, Sakata morreu cedo, e o Nobel não pode ser concedido postumamente. Ele sempre sustentou que seu programa de pesquisa em Física havia sido influenciado pelo materialismo dialético e, em especial, pela idéia de inexauribilidade da matéria de Engels, além da teoria dos “três estágios” de seu colega Taketani, sendo a mesma inspirada na dialética hegeliana. Os escritos filosóficos de Taketani e Sakata foram traduzidos para o inglês e publicados na *Progress of Theoretical Physics* (Suplemento número 50, 1971), a principal revista da física japonesa – o que dá uma idéia da legitimidade adquirida pelas idéias filosóficas marxistas entre os físicos japoneses. Trabalhei com essas idéias em mi-

nha dissertação de mestrado, em 1991, depois que o professor Shozo Motoyama, da USP, alertou-me para a existência dessa corrente marxista japonesa que, de outra maneira, eu teria desconhecido.

Pois bem, depois dessa breve apresentação da figura de Shoichi Sakata, notemos que a informação científica apresentada pela Fundação Nobel (“Scientific Background on the Nobel Prize in Physics 2008 – Broken Symmetries”, 7 de outubro de 2008) evidencia claramente a conexão entre os dois premiados. E Sakata, Kobayashi e Maskawa são apresentados afirmando: “(...) foi nessa época, em 1972, que dois jovens físicos japoneses, Makoto Kobayashi e Toshihide Maskawa, da Escola de Nagoya de Sakata, trataram o problema(...)”, tendo antes afirmado: “(...) essa Escola de Nagoya foi muito influente e as partículas de Sakata finalmente se transformaram nos quarks de Gell-Mann, embora com um propósito modificado”. O problema histórico relevante é que durante muito tempo a denominada “teoria de Kobayashi-Maskawa” havia adquirido influência na física de partículas sem que as raízes japonesas e marxistas dessa teoria fossem lembradas. Até onde eu saiba, o mérito do resgate dessas origens é do historiador e filósofo Kent Staley que, em um artigo intitulado “Origens perdidas da terceira geração de quarks: teoria, filosofia e experimentos”, publicado na revista *Physics in Perspective* (número 3, pp. 210-229, 2001), apresentou o artigo original de Kobayashi e Maskawa “ênfaticamente o papel largamente esquecido dos teóricos da Universidade de Nagoya e do ‘modelo de Nagoya’ que eles desenvolveram”. Staley afirmou ainda: “vários dos autores do modelo de Nagoya abraçaram a filosofia do materialismo dialético”, e ele discutiu “o papel que tais compromissos metafísicos jogam na teorização da física”. Eu havia chamado a atenção para a relevância desse resgate realizado por Staley em um resenha sobre um livro seu, publicada em 2005 (Isis, 96(3), pp.464-465, 2005).

Princípios - A propósito, nota-se sempre uma reiterada curiosidade em compreender a idéia de permanência e superação existente entre a teoria da “relatividade restrita” (1905), do genial físico Albert Einstein (1879-1955), e as leis da mecânica clássica, de Isaac Newton. Em termos de espaço e tempo o que isto sugeriu na evolução da física quântica?

Olival Freire – A teoria da relatividade especial assenta-se em bases conceituais radicalmente distintas daquelas da mecânica newtoniana, sua primeira diferença residindo no papel atribuído ao espaço e ao tempo em cada uma dessas teorias. No que pese essa descontinuidade conceitual, os resultados da mecâ-

nica newtoniana são equivalentes aos da teoria da relatividade para sistemas com velocidades pequenas comparadas com a velocidade da luz. Há, assim, como você disse, permanência e superação entre essas teorias físicas. Algo análogo ocorre com a teoria quântica, embora nesse caso a ruptura conceitual seja mais profunda e de maiores implicações.

Princípios - *Em 1983 o CERN (Conselho Europeu de Investigação Nuclear) confirmou a hipótese das partículas "mensageiras" (W e Z), então resultante das pesquisas de Carlo Rubbia e Simon van der Meer (prêmio Nobel de 1984). Denominadas de "bósons", no que contribuem para o desenvolvimento das conquistas da mecânica quântica?*

Olival Freire - A observação dessas partículas, mensageiras da interação fraca, foi uma expressiva corroboração do caminho trilhado pela teoria quântica de campos. Elas foram previstas por Sheldon Glashow, Steven Weinberg e Abdus Salam em uma teoria que unificava as interações eletromagnéticas e fracas. Por esse trabalho eles receberam o Prêmio Nobel. A observação dessas partículas, por equipes nas quais Rubbia e Van der Meer tiveram grande liderança, foi o primeiro grande feito científico do CERN, marcando o deslocamento da hegemonia dos aceleradores norte-americanos para o europeu. A expressão bóson designa o tipo de estatística quântica que tais partículas obedecem, no caso a estatística de Bose-Einstein.



Princípios - *Mais especificamente, de uma parte, acaso o titânico empreendimento do LHC poderia ainda aclarar a "função" daquilo que o físico britânico Peter Higgs denominou de "bóson de Higgs", também chamado de "partícula de Deus"? De outra parte, como o LHC pode contribuir para novos desenvolvimentos do pensamento materialista, na medida em que se acerca das conexões das leis do movimento?*

Olival Freire - O bóson de Higgs é uma partícula prevista na mesma abordagem de pesquisa da teoria quântica de campos. A introdução hipotética dessas partículas foi necessária para explicar o surgimento da massa em um universo inicial com elevadas energias, mas com partículas sem massa. Muitos físicos têm expectativa de que o LHC possa levar à observação dessa partícula. Para outros, como Stephen Ha-

wking, a mesma não será observada e esse resultado nulo tomará toda a Física mais interessante. O desenvolvimento da ciência tem reforçado as visões filosóficas materialistas, e mesmo materialistas dialéticos, como os físicos japoneses que comentei. Os diversos matizes filosóficos, de um lado, e as crenças religiosas, de outro, são, entretanto, fenômenos culturais mais largos e mais complexos que o desenvolvimento da ciência, como a história do século XX, nos mostra.

Princípios - *Conte-nos um pouco sobre sua importante distinção Senior Fellowship, do Dibner Institute for the History of Science and Technology, MIT, EUA.*

Olival Freire - O Dibner Institute foi criado por uma fundação estabelecida por Bern Dibner, um milionário americano apaixonado pela história da ciência. Além dos fundos financeiros, ele doou a essa fundação uma magnífica biblioteca e coleção de instrumentos. A cada ano, entre dez e quinze pesquisadores de diversos países eram selecionados para um período, usualmente de um ano, em que ficavam inteiramente dedicados à pesquisa. Eu obtive essa bolsa no ano acadêmico 2004-2005, e pude levar a um patamar superior, com certo número de resultados publicados em

boas revistas internacionais, um projeto de pesquisa que já havia desenvolvido no Brasil com o apoio do CNPq dedicado à história da mecânica quântica. Durante quinze anos o instituto funcionou associado ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) em Cambridge, grande Boston, mas no momento da renovação desse acordo a família Dibner, que controla a fundação, optou por deslocar os fundos e as coleções para outra instituição, a Huntington Library, na Califórnia. Não foi uma boa solução para a história da ciência porque agora nem todos os períodos históricos de estudo são igualmente apoiados. Fui da penúltima turma do Dibner em Boston, e como fui o primeiro brasileiro, terminei sendo o único dessa etapa de associação com o MIT. Além dos aspectos profissionais extremamente positivos, a estada nos Estados Unidos por um período prolongado permitiu-me compreender melhor a diversidade das tradições, progressistas e conservadoras, que integram o povo norte-americano.

Sérgio Barroso é doutorando em economia e membro da Comissão Editorial de Princípios

O Acre e a ameaça de internacionalização da Amazônia



BINHO MARQUES

No longínquo ano de 1902 a Amazônia brasileira estava prestes a ser submetida a uma grave ameaça. As forças do capitalismo monopolista



internacional estavam articuladas para implementar na região um enclave econômico e territorial que poderia ter graves consequências para a soberania brasileira sobre a Amazônia



Plácido de Castro: O gaúcho que liderou a conquista do Acre para o Brasil

Estas ameaças já possuíam inclusive um cenário preferencial, bem como nome e sobrenome. O local era o Acre, um território que pertencia formalmente à Bolívia, mas que havia sido ocupado por brasileiros que se consideravam os legítimos donos



Rio Branco - Memórial ao Centenário da Revolução Acreana – Autor: Filipe Mesquita de Oliveira

da região. E o nome da ameaça internacional era Bolivian Syndicate, uma companhia de capital inglês e norte-americano que pretendia arrendar o Acre da Bolívia pelo prazo de vinte anos com amplos direitos sobre as terras e sua população.

Diante da inércia do governo brasileiro à época,

que nada fez para evitar o arrendamento do Acre ao Bolivian Syndicate, coube às pessoas que ocupavam essas terras tomar nas mãos o seu destino e por consequência de toda a Amazônia.

Depois de diversos movimentos insurreccionais iniciados em 1899, nos quais o Acre chegou a se proclamar um Estado Independente, coube ao ex-militar gaúcho José Plácido de Castro o importante papel de comandar as ações revolucionárias, a partir de 1902. Mas não menos importantes foram os milhares de seringueiros e seringalistas, a grande maioria deles até hoje anônimos, que dedicaram o melhor de suas vidas à causa de tornar o Acre parte do Brasil.

Seis anos mais tarde, em 1908, a ameaça internacional havia sido vencida e o Acre já tinha sido integrado ao Brasil através do Tratado de Petrópolis, assinado com a Bolívia em 1903. Entretanto ainda não havia cessado a luta por um Acre e uma Amazônia plenamente reconhecidos em sua importância.

O governo brasileiro promoveu uma traição ao povo acreano, que tanto havia lutado por essa região, ao aqui implantar o regime de Ter-

ritório Federal. Um regime injusto que tutelava os acreanos e os condenava a ser cidadãos de segunda categoria dentro de seu próprio país. Um estranho e autoritário regime que mais tarde foi estendido a outras regiões da Amazônia brasileira (Rondônia, Amapá e Roraima).

Mais uma vez foi necessário levantar a voz contra o descaso do governo brasileiro, que deveria ter sido o primeiro a reconhecer com gratidão todos os sacrifícios até então empreendidos pelos acreanos. E à frente desse novo movimento, que recebeu o nome de Movimento Autonomista, mais uma vez estava Plácido de Castro e seus muitos soldados que, mesmo de forma anônima, não poderiam em sua consciência se calar.

E foi pela defesa desse Acre livre, soberano e com plenos direitos para todos os seus cidadãos que o Cel. Plácido de Castro pagou com a vida em uma emboscada realizada em 09 de agosto de 1908, vindo a falecer dois dias mais tarde, no dia 11 de agosto.

É por isso que, ao chegar no centenário da morte desse grande líder de todo o povo acreano e brasileiro, o governo do Estado realizou uma série de homenagens, estendendo-as não só ao Cel. Plácido de Castro, mas também a todos os revolucionários, a título da gratidão que todos nós acreanos temos para com esses homens e mulheres que não mediram sacrifícios para que cumpríssemos nosso destino como povo amazônico e brasileiro.

Origem e formação de Plácido de Castro

Em 12 de dezembro de 1873, nascia na cidade de São Gabriel, próximo à fronteira com o Uruguai, o primeiro filho do casamento do Capitão Prudente da Fonseca Castro com Dona Zeferina de Oliveira Castro. O menino recebeu o nome de seu avô paterno, José Plácido de Castro que, a exemplo de seu pai e de seu bisavô (Joaquim José Domingues), também havia sido militar. Com isso, o menino parecia predestinado a seguir a carreira militar que acompanhava os homens daquela família por três gerações consecutivas. Mas a morte do pai, quando Plácido tinha por volta de 12 anos de idade, dificultou a formação do menino que se viu obrigado a trabalhar para ajudar no sustento da mãe e de seis irmãos menores.

Trabalhou em diversos ramos de atividade, desde então. O primeiro emprego foi em uma loja de fazendas, a seguir foi aprendiz em uma ourivesaria e finalmente se transferiu para a cidade de São Francisco de Assis, onde um irmão paterno lhe ofereceu um emprego em seu Cartório.

Em 1889, o jovem Plácido assentou praça no 1º Regimento de Artilharia de Campanha, mais conhecido como "Boi de Botas", para logo em seguida in-

gressar na Escola Tática de Rio Pardo, de onde retornou, já em 1892, como 2º Sargento ao regimento de onde saíra. No ano seguinte conseguiu uma vaga na Escola Militar de Porto Alegre na qual permaneceu até que começaram os conflitos da Revolução Federalista que assolou todo o país durante a presidência de Floriano Peixoto. Entre os Pica-paus, republicanos partidários de Floriano Peixoto, e os Maragatos, que reuniam federalistas e monarquistas, Plácido acabou por se alinhar aos últimos e lutou em diversos combates alcançando rapidamente o posto de Major. Porém, a derrota dos Maragatos levou Plácido de Castro a abandonar a carreira militar, mesmo tendo sido anistiado, num dos episódios menos compreendidos de sua biografia, uma vez que ele parecia talhado para a carreira militar.

O ano de 1896 assiste à chegada de Plácido ao Rio de Janeiro onde se empregou no Colégio Militar.

Mais uma vez ele ascendeu rapidamente, melhorando de posto até que, ao brigar com um dos professores do Colégio, abandonou definitivamente a caserna. Foi parar desse modo em São Paulo, em 1898, onde trabalhou na Doca de Santos para juntar dinheiro e empreender uma longa viagem até Manaus, onde alguns amigos lhe acenavam com

a possibilidade de rápida fortuna.

Seguindo seu tortuoso caminho, Plácido logo chegou às terras amazônicas. Começou a trabalhar como agrimensor na demarcação daquelas terras ainda pouco exploradas, mas muito ricas graças à exportação da borracha natural. A virada do século encontrou Plácido de Castro, gaúcho das frias terras do sul, sofrendo com o clima amazônico, tornando-o mais uma vítima do impaludismo que tanto provocava sofrimento aos exploradores da região.

O ano de 1900 já estava próximo de seu final quando Plácido foi localizado em um seringal do rio Purus por um grupo de homens que se dirigia ao Acre a fim de realizar uma revolta armada contra os bolivianos. O objetivo deste grupo era convidar Plácido de Castro para participar daquele empreendimento que necessitava de homens experimentados nas artes da guerra. Seja em função de seu precário estado de saúde, seja porque já percebia o desatino daquela aventura a que se lançavam homens mais devotados ao copo e a boêmia do que às armas, Plácido recusou o convite que lhe foi feito e assistiu à partida da Expedição dos Poetas, que

Em 1908, a ameaça internacional havia sido vencida e o Acre já tinha sido integrado ao Brasil através do Tratado de Petrópolis

logo seria derrotada pelas forças bolivianas.

Pouco mais de um ano depois, Rodrigo de Carvalho acompanhado de dois outros grandes seringalistas, alarmados pelas notícias do arrendamento do Acre ao Bolivian Syndicate, procuraram Plácido de Castro para lhe propor um movimento armado definitivo. Após ouvir seus motivos e ponderações, Plácido mostrou-se favorável a participar daquela revolta, mas para tanto apresentou três condições indispensáveis: 1- Tudo se fará à margem do Governador do Amazonas; 2- Será estabelecida uma junta revolucionária, mas, uma vez desencadeada a revolução, esta se dissolverá ficando todos os poderes atribuídos ao chefe militar, que os senhores propõem que seja eu; 3- Deve ficar assentado que, firmadas as condições, quem faltar aos compromissos será sumariamente passado pelas armas.

As condições impostas foram aceitas e Plácido de Castro começou a preparar a luta que marcaria a história de sua vida.

Revolução Acreana

Muito tem sido dito sobre o papel de Plácido de Castro na vitória revolucionária contra os bolivianos. As manifestações mais comuns se dedicam a traçar páginas do mais puro heroísmo épico que visam a criar uma imagem até certo ponto romântica acerca desse homem e de seu destino. Parece mais sensato buscar alguns dos aspectos mais relevantes na vitória da Revolução Acreana, deixando um pouco de lado uma visão ufanista dos fatos.

É preciso considerar que a quarta revolução ocorrida no Acre foi até certo ponto curta em sua duração. Começou em 6 de agosto de 1902 e terminou em 24 de janeiro de 1903. Ou seja, apenas seis meses de confrontos mais agudos, o que facilitou em muito o seu desfecho favorável. Talvez o principal fator do sucesso desse movimento armado tenha sido que pela primeira vez se procurou formar um exército organizado. Por um lado, é verdade que era composto por seringueiros sem experiência militar, mas, por outro, a organização implementada foi suficiente para direcionar corretamente os esforços e ações daquelas centenas de homens. Nesse aspecto foi fundamental a experiência que Plácido possuía da vida militar, onde disciplina e obediência são condições primárias do funcionamento de um agrupamento armado. Neste

Neste ponto, o comandante-em-chefe do exército acreano era radical, não admitindo atos de rebeldia ou o descumprimento de suas determinações

ponto, o comandante-em-chefe do exército acreano era radical, não admitindo atos de rebeldia ou o descumprimento de suas determinações. Alguns o acusam, inclusive, de ter sido até duro demais no exercício do comando, mas esse era seu modo de conseguir a coesão daquele grupo tão desigual, no que obteve sucesso.

Um outro fator de peso no resultado positivo do movimento armado foi o forte apoio obtido dos grandes seringalistas, especialmente dos proprietários de terras do rio Acre. Isso lhe deu o suporte necessário para a formação e manutenção de um exército como ainda não havia existido nesta região. Durante os longos dias de cerco e combate às posições bolivianas, não faltaram suprimentos, munição e armamentos para o exército acreano, apesar de aqui e ali o próprio Plácido de Castro ter se queixado, em seus apontamentos escritos após a revolução, das provações passadas nos dias de marcha forçada quando faltavam provisões para alimentar seus soldados. É certo que, ao final da revolução, o exército acreano havia acumulado uma grande dívida junto aos fornecedores de gêneros e

armas, mas que foi facilmente paga pelo butim tomado ao exército boliviano.

Apesar do exagero tão comum nos livros que tratam da Revolução Acreana, onde Plácido de Castro foi pintado com cores quase sobrenaturais, é preciso reconhecer que ele foi um dos principais responsáveis pelo sucesso do movimento armado que tornou o Acre brasileiro.

O líder autonomista

Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, estava resolvida a questão do Acre, e Plácido de Castro fez questão de ir pessoalmente ao Rio de Janeiro, em março de 1904, entregar em mãos do Barão do Rio Branco o seu relatório. Durante toda a viagem Plácido foi homenageado, especialmente em Manaus e Belém. Os historiadores descrevem como apoteótica sua chegada ao Rio de Janeiro, onde de fato foi recebido ainda a bordo do navio pelo próprio Barão, então ministro das Relações Exteriores.

Depois seguiu ao Rio Grande do Sul para rever a mãe em São Gabriel. Já de retorno ao Rio de Janeiro

recusou o oferecimento de uma patente de coronel da Guarda Nacional, pois julgava ofensiva esta honraria comumente feita a coronéis e compadres políticos do poder oficial. Finalmente retornou ao Acre onde a expectativa de realizar sua independência financeira lhe acenava.

Com efeito, mais uma vez a ascensão de Plácido de Castro foi rápida. Logo se tornou proprietário do Seringal Capatará, onde implantou um sistema diferenciado da maioria dos seringalistas. Baseava sua atuação em uma rígida disciplina de trabalho e obrigava seus fregueses a ter suas próprias plantações (roçados). Em um gesto audaz, entrou no território boliviano para requisitar a posse legal de terras que ele havia conquistado na Bolívia. Tendo obtido sucesso nessa empreitada, já era um grande latifundiário que sonhava em implantar sistemas mais racionais de exploração daquelas terras, planejando inclusive estabelecer a criação de bois e muaras nas pastagens naturais de algumas localidades acreanas. Esse processo culmina com a compra também a crédito do grande seringal Bagaço, consolidando assim uma fortuna pessoal que era causa de acusações por parte de seus inimigos.

A vida no agora Território do Acre ainda estava sujeita às oscilações políticas que caracterizaram os primeiros anos após sua legalização. Plácido de Castro ainda se viu envolvido nas discussões sobre os abusos cometidos pelo governo federal que cobrava um imposto escorchante sobre o comércio da borracha, a ponto de, após cinco anos apenas, já ter recuperado o capital que havia pago como indenização à Bolívia e ao Bolivian Syndicate. Sem, entretanto, investir no desenvolvimento do Acre, como todos esperavam que fosse feito pelo Governo Federal. Convocado a participar de uma reunião no seringal Bagé, Plácido se opôs a qualquer movimento armado contra o governo brasileiro, limitando-se a negar com veemência a possibilidade de anexação do Acre ao Amazonas e a reivindicar a autonomia acreana através de sua elevação a Estado da federação. Ainda assim não lhe faltaram acusações de estar tramando uma revolta contra o governo federal.

Já entre os anos 1906 e 1907, durante oito meses, exerceu o cargo de Prefeito Interino do Departamento do Alto Acre, a partir do que remeteu re-

latório ao ministro da Justiça. Após o que retomou suas atividades de seringalista até a chegada do novo Prefeito Departamental do Alto Acre, o Cel. Gabino Besouro, que esteve envolvido no desfecho de sua trajetória.

A vida pela causa acreana

Na verdade os acontecimentos que levaram ao desentendimento de Gabino Besouro e Plácido de Castro são ainda um capítulo pouco claro dessa história. O mais provável é que a disputa política regional que marcou esse período tenha sido o principal fator das disputas que se sucederam. O certo é que um dos homens fortes de Gabino Besouro, e que havia lutado ao lado de Plácido de Castro durante a revolução, assumiu uma postura

de confronto direto com Plácido. O Cel. Alexandrino José da Silva, agora subdelegado nomeado pelo Prefeito, havia se notabilizado durante a revolução como um homem cruel e que só atendia o próprio comandante do exército acreano.

O fato é que em 09 de agosto ao retornar da cidade de Rio Branco para o Seringal Capatará, Plácido acompanhado pelo irmão e alguns amigos, sofreu uma

emboscada. No ataque de surpresa, Plácido recebeu dois tiros à queima roupa, um dos quais lhe perfurou o pulmão. Levado ao seringal Benfica, de seu amigo João Rola, agonizou durante dois dias e, em 11 de agosto de 1908, deixou a vida nas terras que ajudou a conquistar.

Mas em 2002, por ocasião das comemorações do Centenário da Revolução Acreana, o governo brasileiro começou a reparar essa injustiça histórica ao inscrever o nome do Cel. Plácido de Castro no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, reconhecendo ainda que de forma tardia a importância deste homem que com sua luta garantiu a soberania brasileira sobre a Amazônia.

Binho Marques, 45 anos, Governador do Acre (2007-2010). Graduado em História pela UFAC e Mestrado em Educação pela UFRJ. Secretário de Educação de Rio Branco (1993-1996), Secretário de Estado de Educação (1999-2006), vice-governador (2003-2006).

Foi pela defesa desse Acre livre, soberano e com plenos direitos para todos os seus cidadãos que o Cel. Plácido de Castro pagou com a vida em uma emboscada realizada em 09 de agosto de 1908

História urbana: labirinto e fronteira – parte II

LUIZ SÉRGIO DUARTE DA SILVA E ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA



O sertão é lugar mítico que narra a cultura brasileira.

O debate teórico acerca da formação das cidades apóia-se em várias correntes teóricas. A segunda parte do presente artigo expõe uma reflexão subjetiva e simbólica da idéia de cidade, cravada no campo das mentalidades

8 Agora, as teses sobre sertão e cidades de fronteira: I) a América é fronteira, o sertão da Europa; II) sertão é extremo (o ermo geográfico, o ignoto simbólico, a prova existencial); III) o grande sertão americano produziu uma forma de pensamento: a) labiríntico (aprendizagem que se faz pelas múltiplas rotas de comunicação; narração em rede; hipertexto; abdução mais que dedução ou indução; a mente sertaneja ou nômade; o pensamento fragmentado, torto e híbrido; o método da incerteza, o conhecimento como remendo); b) o desdobramento extremo-ocidental (deslocamento e abundância resistentes ao cânone clássico, condicionados pelo sentimento de finitude, pela experiência liminar e pela relação violenta com as culturas indígena e africana); c) o neo-barroco localizado pelo concretismo brasileiro e pelo modernismo americano: o realismo fantástico, a arquitetura e literatura coloniais, a arte popular são exemplos dessa estética da superposição e da compressão; IV) as raízes da forma de pensamento labiríntico, ou neo-barroco, ou sertanejo podem ser localizadas nas relações entre iberismo e América, mais precisamente entre modernismo

e barroco. Comecei estudando, na literatura cubana, as representações sobre cidade (Lezama, Carpentier, Infante e Sarduy) e redescobri a insistência do pensamento americano (de raiz historicista) em afirmar a especificidade da experiência americana. Este projeto de afirmação identitária, também um projeto de atualização (são intelectuais modernistas), encontra um campo de expressão e identificação nas referências do barroco espanhol para questionar a representação clássica, para afirmar uma linguagem específica e cifrada, para defender a superposição simbólica (as várias formas do hibridismo), para defender o que até então era chamado de deformação. Enfim, uma forma de conhecer caracterizada pela compressão (conflito e encontro) e que se expressou na arte, na literatura e no pensamento social americano; V) cidades de fronteira são armas de luta contra o sertão. Região mental (a margem da civilização), reino da natureza e do perigo, o sertão é, sobretudo, interior e, então, ambigualmente, significa também o cume da nacionalidade. Reserva da especificidade nacional, o significante sertão tem seus significados dependentes de uma ontologia substancialista e de

uma epistemologia historicista. Seu referente, o ser nacional, é representado como pura contradição: a fronteira como centro. O sertão é lugar mítico. O mito que narra o surgimento da cultura brasileira produz a categoria do pensamento social dualista que explica a constituição do Brasil como nacionalidade; VI) mais que categoria inconsciente do entendimento ou termo de uma representação dualista da nação interesse-me pela retórica da liminaridade que apresenta o sertão como centro. Fronteiras são construções. São processos social e historicamente – vale dizer, simbolicamente – produzidos. Devem ser concebidas mais como abertura e atualidade do que como dado ou acabamento. São locais de mutação e subversão: regidos por princípios como os de relatividade, multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade. São lugares que deixam clara a validade da máxima bachelardiana: “Longe de ser o ser a ilustrar a relação, é a relação que ilumina o ser”; VII) fronteiras são sítios da exacerbação e do excesso onde limites são ultrapassados, novas dimensões descobertas, reordenamentos encaminhados. Por isso, são espaços de ruptura e conflito: ambientes de extremidade, crista e culminação. Elaboram originalidade pela via da multiplicação da experiência. Realizam modificações espirituais que as aproximações sucessivas possibilitam. Produzem diferença pela liberação da imaginação (excesso insensível, estado da intensidade). A imaginação não é apenas a mediadora entre entendimento e sensibilidade, ela possui um dinamismo próprio livre de esquemas.

Ou melhor, seu esquema é interior. O drama de idéias opera deslocamentos e saltos, reaproximações. Como no sonho (deslocamento e condensação), ou no ovo (corpo sem órgãos) a imaginação não depende de identidades fixas, psiquismos consolidados, sujeitos constituídos, corpos organizados. Na fronteira aprendemos a viver com a contingência, a incompletude, a historicidade. Na terra onde tudo está por ser feito a regra é o improvisado do espadachim, a bricolage do pensamento selvagem. Fronteiras são lugares de devir: a forma da evolução por aliança (não por filiação); “domínio das simbioses que coloca em jogo seres de escalas e reinos inteiramente diferentes, sem qualquer filiação possível” (*Mil platôs*, Vol. 4:19). Criação que se faz a partir do contágio, o devir é a especificidade resultante da coexistência

A fronteira é zona cinzenta. Onde os contornos são mal definidos a separação e a ligação dos campos opostos se faz sem vergonha

de durações, das comunicações transversais entre populações heterogêneas. Proliferação, propagação, povoamento produtor de híbridos o devir é uma involução. Involução no sentido da dobra: o involuto é aquele que tem as bordas enroladas para dentro, não no sentido da regressão ao menos diferenciado. Involuir é “formar um bloco que corre segundo sua própria linha, ‘entre’ os termos postos em jogo, e sob as relações assinaláveis” (idem, *ibidem*). Fronteiras são exterioridades: resultados expressivos. Nela imperam figuras, formas, imagens, tipos. Elementos que permitem a teoria, a facilidade da relação. Com Deleuze uma teoria que enfoca a coexistência mais que identidade; mais que sucessão: correspondência. Objetos de pensamento acessíveis pelo contorno. Trata-se do recorte que instala o limiar pela consistência

interna dos componentes e que registra a escolha pela regionalização, marca da vizinhança e sinal de consistência externa. Fronteiras são lugares de deslizamento. Alianças, bifurcações e substituições que preparam o reconhecimento e a necessidade de limites. A oscilação característica de uma linha de tradução ou produz o reconhecimento dos perigos (medo ou vitória da tranquilidade dos

sistemas molares, clareza ou crença de ter entendido tudo, poder ou impotência alternante daquele que quer deter as linhas de fuga, desgosto ou risco de reterritorialização destrutiva) ou pela vitória do desgosto (o pior dos medos) instala o estado suicidário: a vontade de fazer morrer e de morrer, paixão de abolição. A fronteira é a vitória da contingência. Arranca a história da necessidade, estabelece o devir (o tomar-se): “(...) ainda hoje a história designa apenas o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais nos desviamos para nos tornarmos, ou seja, para criarmos qualquer coisa de novo” (*O que é a filosofia*: 86). A fronteira é zona cinzenta. Onde os contornos são mal definidos a separação e a ligação dos campos opostos se faz sem vergonha. “O sentimento de vergonha é um dos mais poderosos motivos da filosofia” (*O que é a filosofia*: 96). Mas é também zona de troca: “o devir é sempre duplo e é esse duplo devir que constitui o povo futuro e a nova terra” (*O que é a filosofia*: 98). A fronteira impõe o método das linhas de fuga ou de divergência das formações. Desfazer ou inverter operando a análise dos estados mistos, ousando conceber os tipos mistos.



Enxergar mais agenciamentos que abstrações, mais acontecimentos que essências, mais dispositivos que ações, mais linhas que pontos. O método da fronteira é o da construção cartográfica (construir mapas é se propor ao registro aberto, relacional, reversível, arbitrário, múltiplo, político). Ele procede microanaliticamente: busca focos de unificação, nós de totalização, processos de subjetivação. Contra os modelos estruturais (a idéia da base que opera a constituição, como a raiz) e gerativos (a idéia do pivô que instala a sucessão, como a árvore) propõe-se o modelo rizomático: "O único subtraído da multiplicidade a ser constituída" (*Mil platôs*, vol.1: 15). Conexão, heterogeneidade, multiplicidade e ruptura como princípios de construção e de apreensão de processos que ocorrem na dimensão transformacional e subjetiva. Dar atenção ao novo, à emergência, à atualidade ao invés de fixar-se no eterno. Rachar as coisas (esqui-soanálise) ao invés de buscar origens. É uma arte das superfícies (o mais profundo é a pele). É o saber das inscrições, a tematização dos enunciados: hiperhermenêutica. Não interprete, experimente, desdobre. Não represente, apresente. Mais que fixar-se no todo, produzir a diferença.

A fronteira é o lugar onde se produz a arte da contraconquista.

9

As cidades novas de fronteira são cidades barrocas: construtos de exaltação dos centros. Algumas notas a respeito do método da pesquisa – produzidas sob a inspiração da releitura de *Rua de mão única* –, o texto de Benjamin em que o raciocínio espacial se apresenta de forma mais radical: a) uma cidade barroca é feita para ser vista e lida como texto (exige atenção total); b) andar pela cidade é análogo à transcrição de um texto: tal método aumenta o comando do leitor e a força significativa do objeto. Deambulação e cópia impõem ocupação concentrada; c) deve-se amar uma cidade assim como se ama uma mulher, de tal forma que as sensações não se aninhem na cabeça, mas nos lugares experimentados. Nesse caso os defeitos, as rugas, as manchas, as roupas gastas são mais significantes que toda beleza; d) reauratização: a experiência paralela e contemporânea do mais próximo e do mais distante; detalhes e resíduos em nova relação formando um mundo de coisas não entendidas exclusivamente a partir da vinculação ótica, mas na embriaguez que caracterizava o trato antigo com o cosmos. O gesto de aceitação e de reverência da libatio era precaução contra a avidez e a desgraça da rapina; e) espaço imagético; f) a virtude do caçador: nomadismo pesquisador de acasos alegóricos; g) o

exercício da faculdade da fantasia: descobrir intensidades em plenitudes comprimidas através do seu desdobramento; acolher os produtos da arquitetônica urbana; encontrar seus espaços privilegiados de memória, a lógica sucessiva de seu trânsito; realizar a história de sua imagem; enxergá-la como um livro sobre o qual uma última olhada é urgente para aquele que teme não mais deparar-se com ele; h) poder de improvisação e agilidade de golpe de mão da presença de espírito capaz de observar com exatidão o que se cumpre em cada segundo e de preencher o agora; i) desenvolver a capacidade de devorar a proximidade, de estar em casa nos detalhes e nas nuances daqueles cuja vida é viajar. Benjamin fala do marujo que está em casa porque desenvolveu um princípio de relação com ele. Em cada cidade ele sabe muito bem para onde dirigir-se (a cervejaria e o bordel) e como guardá-la (as lembranças compradas e colecionadas). A composição de um lugar na memória dos sentidos. Podemos documentar essas microcidades e seus lugares de encontro.

10

Benjamin usa o método dos extremos: dar vida ao inorgânico (empatia, ebriedade) e paralisar autoritariamente o movimento (imagens dialéticas). A mesma realidade que transforma todo vivo em cadáver (caducidade de todas as coisas) produz a visão que franqueia mil entradas e permite enxergar uma trilha no mundo fetichizado. A pura exterioridade da coisa, como aparência momentânea, a transporta para o nível da representação. Trata-se de movimentar-se na exterioridade absoluta das coisas: o pensamento deve converter-se em ato, odor, sabor e passear por cima das coisas, entre elas ou dentro delas. A época da perda da aura (aura existe quando há distância ritual que concede capacidade de réplica do olhar às coisas sagradas) pode ser palco de uma reauratização profana (ou teórica). As coisas podem ser de novo capazes de responder ao olhar: a inacessibilidade (as imagens de culto estão essencialmente distanciadas) é substituída pela contemplação teórica, o mais próximo torna-se passível de teoria. Isto é ótimo para a análise dos espaços imagéticos. Existem técnicas para isso: colagem, montagem, câmera lenta, congelamento, aproximação, distanciamento, cortes, truques, efeitos, tomadas interiores, avanço, retorno, apressamento, alegoria, distração, cópia, choque. As técnicas do cinema? Sim. Mas também o comentário de texto, a análise microscópica: o universal no particular. Os objetos levados ao discurso por meio da interpretação crí-

tica. O mundo como texto e o texto do mundo nos detalhes (o que está tão próximo que é esquecido) e nos detritos (o que foi abandonado).

Em Benjamin a preocupação de um método estético é captar um tipo de expressão e leitura do mundo que acompanhe o fluxo do tempo desnaturalizado e desaturado. Uma visão móvel o bastante para apreender o instante e que não recue diante do caráter fragmentário do real. A alegoria, base deste modo de percepção, guarda o momento de sua composição. Como imagem de uma idéia, assume seu caráter de cópia. Não quer expressar o insondável (como o símbolo), quer destruir o orgânico, interromper o curso do mundo, arrancar as coisas de seu contexto. A alegoria, como resultado de uma construção, exige para o seu desvendamento a atividade do leitor (deciframento). O tempo que degradou a experiência criou também os instrumentos de um novo aprendizado. A unidade e durabilidade simbólicas foram substituídas pela reprodutibilidade e fugacidade alegóricas. Todo um mundo de imagens que habita as coisas vem à tona. No entanto, existe uma estratificação da percepção. Só atitudes alternativas à maneira banalizada de lidar com os objetos podem apossar-se dos “espaços imagéticos”. Pode-se aprender com as crianças: “uma criança não pega um copo enfia a mão nele” (BENJAMIN, 1991, p.620). Ela mostra-se superior ao mundo banalizado, não exercita o protesto angustiado dos adolescentes contra o mundo dos pais. O mundo banalizado (exterioridade gasta) é apenas um dado, e ela apodera-se dele. Apesar da assistência verbosa e sentimental dos pais – que cerca e atrapalha o raciocínio, pelo seu didatismo extremado e sua ornamentalidade *kitsch* –, a criança aprende a lidar com o mal-entendido. Aprende a ler o mundo com o ritmo do próprio mundo. Utiliza-se das pistas e trampolins existentes no diálogo. Através da repetição incansável de canções e contos, ela decifra fórmulas escondidas, descobre figuras, encontra caminhos. A criança dá-se ao trabalho de penetrar no coração das coisas adormecidas. Ela exercita o assombro diante do mundo, mas não foge diante dos pequenos enigmas. Sacode, agita, aperta as coisas: um brinquedo querido é um brinquedo atormentado.

As imagens dialéticas ao juntar o acontecido ao presente são os instrumentos de uma leitura que quer apossar-se de um passado ameaçado pela tristeza (esquecimento). Possui a forma de uma constelação, a unidade cujo sentido é a descontinuidade, o todo que pode ser lido construtivamente. A unidade de passado, o momento-imagem, é escrita que exige leitura. Tornar legível uma época é pura



*Brasília – a
Construção de uma
cidade induzida
para ocupar uma
zona do país
que era pouco
explorada*

crítica interiorizada nesse tempo. Cada momento passado possui seu agora capaz de reconhecê-lo. Acontece que, se não houver disposição e atenção, tudo isso será perdido, a verdade não romperá essa prisão (o agora da reconhecibilidade) onde ela encontra-se guardada. O agora da reconhecibilidade é o momento em que aquilo que foi (por exemplo, a escrita) encontra-se com o agora (a leitura). Este momento é perigoso porque envolve crítica (comentário) que, se malfeita, coloca a perder todo o empreendimento iniciado na escrita. O conceito de imagem dialética tem a preocupação de captar esse agora instantâneo (*Jetzt Blitzhaft*), o arriscado momento que é base de toda leitura.

A modernidade é o tempo que torna possível esse tipo de leitura. Só o *angelus novus* possui o olhar capaz de perceber a catástrofe (os eventos) que acumula tantos escombros (os bens culturais cuja existência deve-se “não só ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos” (BENJAMIN, 1985, p.157)). Esse é o olhar de uma nova percepção, a percepção do choque. As imagens em movimento constante substituem o pensamento e impõem uma atenção redobrada, sensibilizada pelo trauma. A percepção ferida ajusta-se e excita-se em um tipo de visão que não teme mais o fugidio, o disperso, o excêntrico. A

contemplação não é mais possível no tempo da reprodutibilidade técnica. A decadência da aura, possuída pela obra de arte valorizada culturalmente, é o correlato da distração que permite que o novo ritmo do mundo, tão bem expresso na nova arte, o cinema, seja incorporado e absorvido pelo aparelho perceptivo do homem contemporâneo.

II Deve-se estudar uma cidade não só seguindo os planos dos que a conceberam, mas, sobretudo a partir de práticas que a construíram. “Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos (...) as coisas não passam de objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe” (VEYNE, 1982, p.162).

Luiz Sérgio Duarte da Silva é historiador e professor da Universidade Federal de Goiás e Adriana Mara Vaz de Oliveira é arquiteta e professora da Universidade Católica de Goiás.

O anagrama chinês

República Popular da China. A sede de poder estratégico (Mecanismos do processo de decisão), Heitor Barras Romana, Coimbra, Almedina, 2005, 368 pp.

É inédita a complexidade com que se defronta a Quarta Geração de dirigentes do Partido Comunista Chinês. Mudanças sócio-econômicas sem precedentes. Saneamento e reestruturação do setor empresarial do Estado. A adesão à Organização Mundial do Comércio e uma estratégia de reformas econômicas à la “leninismo de mercado”. Uma matriz organizacional de planejamento baseada no leninismo, adaptada a uma perspectiva de um “capitalismo de Estado desenvolvimentista”.

Enormes modificações no “tecido sócio-cultural” produzidas pela urbanização mais que acelerada, uma dinâmica nova da mobilidade geográfica. Desafios inteiramente desconhecidos no que tange à emergência de novos grupos sociais – empresários –, novas atividades econômicas (tecnologia da informação), isto “saindo do controle” do Estado.

Para além disso, sabidamente a China altera suas posições no sistema de relações internacionais. Substituindo relações baseadas no “bilateralismo”, um crescente envolvimento nas questões internacionais e uma visão estratégica voltada para um “multilateralismo condicionado”. Daí um crescente processo de integração no “espaço asiático”, através de diálogos políticos e de segurança regional e trans-regional. A constituição da ARF (Asiana Regional Fórum) e da ASEM (Asia-Europe Meeting), especialmente, possibilita a construção de um “espaço natural” geoestratégico e geopolítico de não hostilidade a Taiwan, simultaneamente buscando reduzir a pressão da influência dos EUA.

Tudo isso não seria possível sem um rápido processo e modernização do aparelho militar da China e uma nova concepção de seus estrategistas acerca das novas condições de desenvolvimento dos conflitos armados. O aumento do orçamento para a Defesa, centrada em: a) expansão da capacidade de seu sistema de mísseis; b) desenvolvimento de aviões de combate “multirole”; c) aumento de sua capacidade naval de “perimeter defense” e das operações anfíbias. Tudo sintonizado à mudança no conceito de “local war” para “hightech war”.

Alterações no processo de consolidação de chefias no famoso Exército Popular de Libertação (EPL) se defrontariam com duas tendências importantes. Uma primeira, marcada por não completa



identidade entre a Quarta Geração de chefes militares do EPL e a Quarta Geração de dirigentes. A segunda, onde a emergência de uma nova China no cenário mundial estaria sendo um conduto para um nacionalismo atuante como fator de “distensão na sociedade e como suporte político das

reformas econômicas”; o reposicionamento estratégico do EPL lhe reservaria função de “prolongamento militar do poder econômico”.

No centro nevrálgico de tudo, as transformações ideológicas no Partido Comunista Chinês, que transitariam do marxismo-leninismo-maóismo para um nacionalismo de Estado como principal fator mobilizador de massas da sociedade chinesa, suportado num “pragmatismo tecnocrático”. Um novo nacionalismo, tipificado em: a) nacionalismo político; b) identidade étnica; e c) uma concepção culturalista da posição da China no mundo. O que, ainda, fundaria o exercício do poder para “manter o mais inalterada possível a sede do poder”.

Tal nacionalismo chinês – “como ideologia útil” –, em síntese, emergiria como uma resposta ao pós-maóismo (“três crises espirituais”): de confiança no socialismo, de confiança no futuro do país e de confiança no Partido. Wang Gungwu, por exemplo, disserta sobre as várias facetas desse nacionalismo: a) afirmação da soberania; b) unificação do território; c) respeito pela moral nacional; d) recuperação dos valores tradicionais (apud Romana, p. 258).

Todavia, quais seriam as principais características dessa nova liderança chinesa? 1) é relativamente jovem e possui formação acadêmica; 2) afiliou-se ao PCCh no auge da Revolução Cultural, somente iniciando a carreira política nos fins dos 1970, sob a influência do presidente Deng Xiao Ping; 3) tem pouca experiência militar e adveio dos centros urbanos costeiros.

A obra de Heitor Barras Romana é poderosa, crítica e inigualável a tudo o que foi publicado no Brasil acerca das extraordinárias transformações da exuberante China. No âmago, como diz o título, o exame detalhado (das transmutações) na sede do “anagrama” chinês: o Partido Comunista!

Sérgio Barroso

O Sentido da Revolução

Caio Prado Júnior, *o Sentido da Revolução*, de Lincoln Secco, Editora Boitempo, 2008, 254 pp.

O centenário de nascimento de Caio Prado Júnior, completado em 2007, foi uma oportunidade pouco aproveitada para debater seu papel, sua trajetória política e intelectual e sua obra.

Um fruto tardio destas comemorações é o livro recém-lançado pela Editora Boitempo, *Caio Prado Júnior, o Sentido da Revolução*, de Lincoln Secco.

Secco é professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo onde estudou letras e história e fez mestrado e doutorado em História Econômica. É autor dos livros *Gramsci e o Brasil* e *A Revolução dos Cravos*.

Caio Prado Júnior foi um homem complexo e não é simples para o biógrafo encontrar o modo de apreendê-lo em sua totalidade. Lincoln encontrou o elemento que unifica o homem e a obra, em sua trajetória pessoal e intelectual: a militância política de Caio Prado. Perceber isso foi o principal trunfo do autor, porque permite-lhe atingir um Caio Prado total.

Como o autor demonstrou, o intelectual, que articulava com enorme facilidade as facetas de historiador, geógrafo, economista e filósofo, o fazia sempre na busca por entender o Brasil para modificá-lo. É provável que a formação gramsciana de Secco tenha contribuído para que ele conseguisse desvendar este Caio Prado essencialmente político.

Ao encontrar esta chave interpretativa, Lincoln não deixou de ver as outras facetas da atividade de Caio Prado Júnior. Pelo contrário, ao perceber que a militância era o ponto nodal da vida do biografado, o autor conseguiu um mirante excelente para enxergar as demais dimensões da atividade de Caio Prado Júnior.

A pesquisa de Lincoln contribui também para desmistificar a relação de Caio Prado com o partido comunista. O autor mostra que, salvo momentos especiais, a relação do biografado com seu partido foi relativamente harmônica. Segundo Secco: "Não idealizemos, portanto, o marxismo de Caio Prado Júnior. Ele era um comunista com todo o peso 'ontológico' que a palavra carregava" (...) "Ser comunista era ser



membro do partido e aceitar o modelo do socialismo vigente. Quanto a isso não há dúvida de que Caio Prado Júnior aceitou o modelo soviético sem questionamentos".

Mais adiante o autor sustenta que, ainda que a interpretação de Caio Prado sobre o Brasil fosse mal vista pela direção do partido, seria ingenuidade acreditar que o PCB, em sua fase mais obreirista, o tivesse aceitado como vice presidente da ANL em São Paulo em 1935, ou como candidato por duas vezes na década de 1940 se não confiasse nele.

Caio Prado sentia falta de um ambiente intelectual mais forte dentro do partido, se ressentia da ausência de uma interpretação menos esquemática do Brasil, mas via estes defeitos como características do grau de desenvolvimento da nação, e não como um problema específico dos comunistas. Ao mesmo tempo, admirava a dedicação dos militantes comunistas ao partido e à causa revolucionária, além de ter tido, como comunista, a oportunidade de conhecer o proletariado e sua luta. Quando divergências com o partido apareceram e se agravaram, Caio Prado se esforçou em recuar e evitar a ruptura, tendo permanecido ligado aos comunistas até o final da vida.

Outra faceta interessante apresentada pelo autor é a do período em que o biografado foi parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Secco demonstra como a atuação de Caio Prado foi propositiva e de auto nível, indo além da simples denúncia do parlamento, "leitura extemporânea do leninismo". A afirmação feita no livro que ficou merecendo melhor demonstração é a de que Caio Prado teria ganhado maior dimensão da importância dos problemas mais concretos do país com o exercício do mandato. Em 1947, quando assumiu o mandato, ele já era militante comunista há mais de quinze anos, tendo, portanto, contato próximo com a população mais pobre.

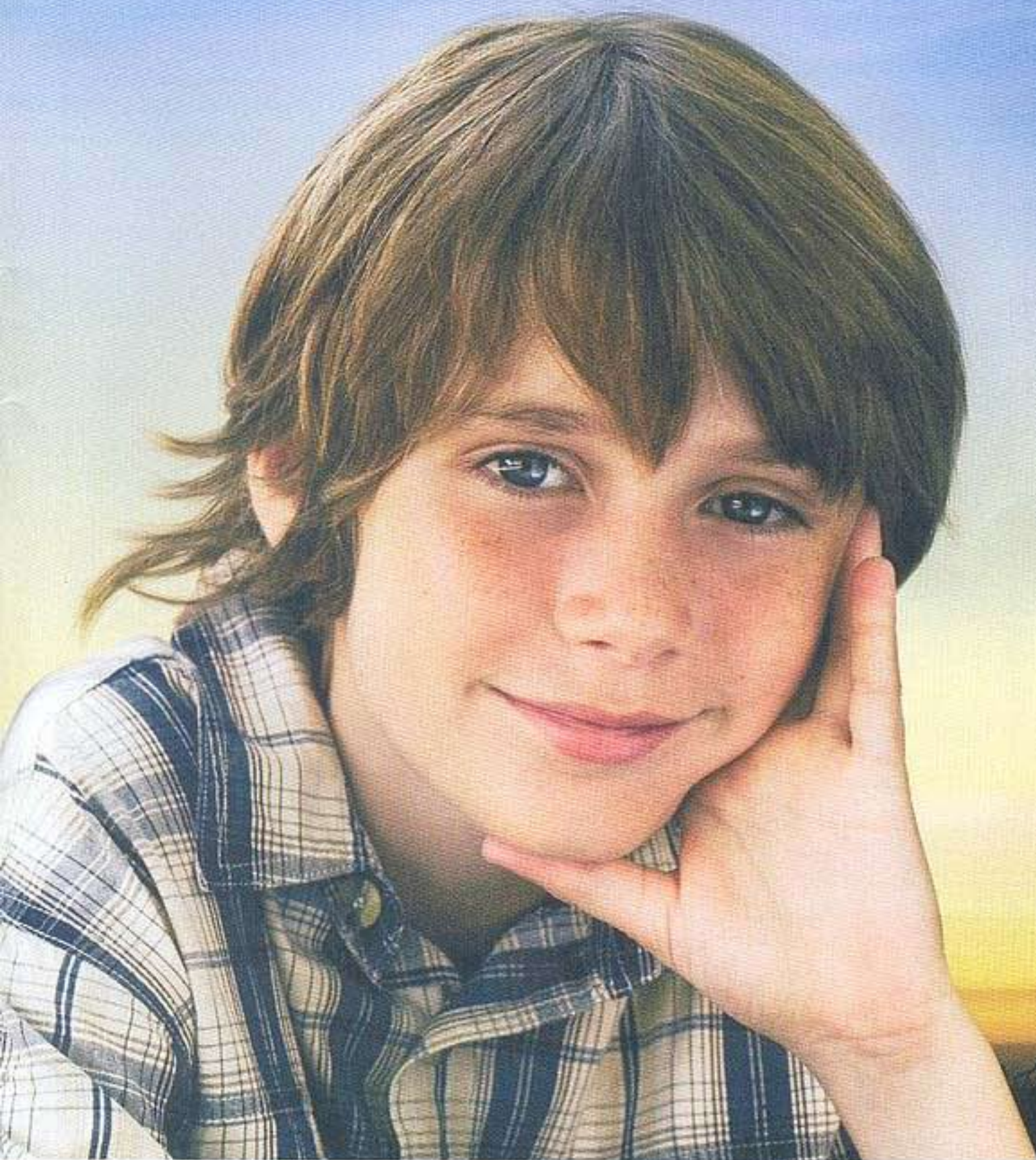
Outra tarefa encarada por Secco é a de estudar a obra de historiador de Caio Prado. Para além de "encaixar" a obra de Caio Prado Júnior no contexto de sua época, e de ressaltar sua importância, Secco passa em revista, com grande habilidade, os questionamentos sofridos pela obra do autor nos dias de hoje. Além de inventariar as polêmicas mais importantes, oferece sua análise sobre cada uma delas.

A obra de Lincoln Secco transformar-se-á em referência obrigatória para os que querem entender a luta e a obra de Caio Prado Júnior.

Julio Vellozzo

DESENVOLVIMENTO. É ISSO QUE O PETRÓLEO E O GÁS NATURAL SOMAM À VIDA DE TODOS OS BRASILEIROS.

Mais empregos, mais renda, mais recursos para o País, para os estados e para centenas de municípios. Enfim, mais qualidade de vida para todos. É isso que o Brasil promove com as rodadas de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural. As rodadas garantem os investimentos no setor, ampliam o conhecimento do potencial petrolífero brasileiro e fazem aumentar os volumes de reservas e de produção de óleo e gás. A 10ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução nº 10/2008 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vai oferecer 70 mil Km², em 130 blocos, localizados em bacias sedimentares de novas fronteiras e em bacias maduras, todas terrestres. O objetivo é aumentar a pesquisa de hidrocarbonetos em áreas pouco exploradas e dar oportunidade a pequenas e médias empresas. Ganha o Brasil, ganham os brasileiros.



Brasil 10ª Rodada
Licitações de Petróleo e Gás

18 e 19.12.08
Rio de Janeiro/RJ - Brasil
www.anp.gov.br



Cartola

o poeta verde e rosa — e brasileiro

Curso primário, negro, morador da favela da Mangueira (Rio de Janeiro), servente de pedreiro, fundador, em 1928, da Estação Primeira de Mangueira, a grande verde e rosa (cores que ele escolheu) do carnaval brasileiro. É um gigante da música popular brasileira e da lírica de nosso idioma. Este foi Agenor de Oliveira, o Cartola. Teve a vida dura dos trabalhadores. Mas o depoimento sobre o mundo, que deixou em suas canções, tem a sofisticação simples dos grandes poetas, e gravou no coração dos brasileiros versos pontiagudos como os de *O mundo é um moinho*, otimistas como os de *Alvorada*, ou românticos com os de *As rosas não falam*. Este ano, comemoramos o centenário de seu nascimento.

As rosas não falam

*Bate outra vez
Com esperanças o meu coração
Pois já vai terminando o verão
Enfim*

*Volto ao jardim
Com a certeza que devo chorar
Pois bem sei que não queres voltar
Para mim*

*Queixo-me às rosas
Mas que bobagem, as rosas não falam
Simplesmente as rosas exalam
O perfume que roubam de ti, ai*

*Devias vir
Para ver os meus olhos tristonhos
E quem sabe sonhavas os meus sonhos
Por fim*

